

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Heloisa Pires de Lucca

RETORNO À FAVELA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR
MULHERES REMOVIDAS E REASSENTADAS EM UM
CONJUNTO HABITACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
1997 / 2007

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Heloisa Pires de Lucca

RETORNO À FAVELA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR
MULHERES REMOVIDAS E REASSENTADAS EM UM
CONJUNTO HABITACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
1997 / 2007

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo sob
orientação da Prof.^a, Dr.^a Maria Lúcia Carvalho
da Silva

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

Dedicatória

Aos meus pais que me ensinaram a viver com dignidade e ética.

Às minhas filhas para que entendam que sempre é tempo de recomeçar.

Às senhoras Nair, Lourdes, Neuza e Débora, para que suas histórias sejam conhecidas.

Agradecimentos

À querida mestra Maria Lúcia Carvalho da Silva pelos ensinamentos acadêmicos e principalmente pelos ensinamentos mais sublimes da vida.

À professora Maria Lúcia Martinelli por ter-me introduzido no caminho metodológico da história oral e pelas indicações bibliográficas.

Aos professores Carlos José Ferreira dos Santos e Rosângela Dias Oliveira da Paz pela valiosa contribuição no exame de qualificação.

À minha querida irmã e amiga Silvia Pires de Lucca, e ao querido Mario Ficarelli pelo cuidado e esmero com que fizeram a revisão e pelo carinho de sempre.

Ao querido Anníbal, que esteve todo tempo ao meu lado, apoiando-me com paciência e amabilidade.

À amiga de todas as horas Márcia, pela dedicação e cuidado nos momentos mais difíceis.

À amiga e colega Fernanda pelo constante apoio, incentivo e colaboração.

A todos os amigos e colegas da HABI que torceram pelo êxito desta pesquisa, pelo apoio, contribuições e compreensão nos momentos de minha ausência, especialmente à Nancy, que viabilizou total apoio institucional, sem o qual esta pesquisa não se realizaria.

E, finalmente, a todos aqueles me apoiaram na realização deste trabalho.

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado teve como objeto de estudo os significados do retorno à favela, a partir das experiências vividas por mulheres removidas da Favela Três Marias e reassentadas no Conjunto Habitacional Garagem, pelo “Programa de Canalização de Córregos, Abertura de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale”- PROCAV II, implantado pela Prefeitura do Município de São Paulo.

O objetivo geral foi compreender os significados dessas experiências, a partir dos relatos dessas mulheres, numa perspectiva de análise sócio-cultural.

Definiu-se como hipótese que os significados de retorno à favela podem ser múltiplos, e compreender dimensões inter-relacionadas de condições concretas de vida e de subjetividade, sendo a favela um espaço onde seus moradores constroem livremente não só a moradia como o modo de viver.

A História Oral foi utilizada como metodologia qualitativa de pesquisa, visando dar ênfase aos sujeitos e seus relatos, construtores que são de seus destinos, entre as possibilidades e limites existentes. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo por meio de quatro entrevistas semi-estruturadas, observação participante e fotografias tiradas pelos sujeitos.

Os conceitos de referência adotados foram: ‘experiência’, ‘cultura’, ‘habitar’, ‘favela’ e ‘enraizamento’, em uma abordagem interdisciplinar.

Os resultados apontaram que o fator econômico conduz pessoas reassentadas a saírem de conjuntos habitacionais, mas que este não é o único determinante. A saída dos conjuntos apresenta-se como resultado de uma ‘decisão’ individual ou familiar, devido também a necessidades e interesses subjetivos, que as conduzem à mudança de espaço em busca de transformação da vida pessoal. Voltar para a favela aparece como a solução possível, mas também como uma ‘opção’. Pretender o conhecido, o familiar, o próximo. Foi na favela que as mulheres, sujeitos desta pesquisa, retomaram suas raízes, o sentimento de pertença a um grupo e a um espaço com suas práticas culturais comuns, e reconstruíram o processo de formação de identidade social, de modo que se reconheçam nos percalços, nas lutas, e nos prazeres do viver cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: habitar – favela – cultura – política habitacional

Abstract

The aim of this study is to understand the meaning of returning to live in a shanty town based on the significance revealed by women who were removed from the “Três Marias” slum and were resettled in the Garagem Housing Project. It was part of the Program for the canalization of streams and construction of public roads – PROCAV II implemented by the City Hall of São Paulo. The main objective is to understand the meaning that emerges from the narrative of those women focusing on a social and cultural analysis.

It was defined as hypothesis that returning to live in a shantytown can be explained and understood in multiple ways, some of them based on facts of real life and others based on abstract sensations. At the same time, shanty towns are seen as areas where people build freely their house and their way of living.

The methodological approach is the Oral history, a qualitative methodology that emphasizes people and their narrative as responsible for the construction of their life and fate in a limited and problematic reality. The methodology was grounded on bibliographic research, document research and research in area based on 4 semi-structured interviews, participative observation and pictures taken by the subjects.

The concepts adopted are: “experience”, “culture”, “to live”, “shanty town” and “rooted” in an interdisciplinary approach.

The outcomes reveal that financial difficulties force those who were resettled to give up the housing project but this is not the only possible reason. Giving up the housing projects and returning to shanty towns can also be seen as a result of individual or familiar decision due to subjective needs and interests, which lead people to look for a transformation in life. Going back to shanty towns seems to be a possible solution, and also an option. It seems that people desire what is known, familiar and the nearest place.

It was in a shanty town that the women, subject of this research, refound their roots, their feelings of belonging to a group, of belonging to an area where their neighbours have similar cultural aspects. When returning to shanty towns they rebuilt their identity so that could recognize themselves in the problems, struggle and pleasure of their routine.

KEY WORDS: to live, shanty town, culture, housing policy

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I – Aspectos do habitar no Brasil	23
1. O sentido do habitar	23
2. Configurando a produção da casa e da cidade no Brasil	26
3. As políticas habitacionais no Brasil: um breve histórico	30
Capítulo II- Um retrato das favelas no Brasil	38
1. Favelas nas grandes cidades brasileiras	38
2. Favelas no município de São Paulo	44
Capítulo III – A ocupação das várzeas na Cidade de São Paulo e o "Programa de Canalização de Córregos Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale" – PROCAV II	49
1. Configurando a ocupação das várzeas, a questão sócio-ambiental e as obras públicas	49
2. O PROCAV II e o Plano Diretor de Reassentamento – PDR	52
3. Considerações sobre o Monitoramento e a Avaliação do PROCAV II	70
Capítulo IV- Relatos de mulheres sobre suas experiências de vida no habitar	73
1. A favela de origem, Três Marias, o Conjunto Habitacional Garagem e as favelas de retorno	73
2. <i>“Eu vou trocar porque não vai dar. Porque de repente a Prefeitura vem, me põe pra rua com meu filho... Fiquei com medo”</i> : relato de dona Nair	77
3. <i>“A favela é uma coisa que você vive liberta”</i> : relato de dona Lourdes	94
4. <i>“Favela é a porta do mundo”</i> : relato de dona Neuza	106
5. <i>“Eu não sinto que estou morando numa favela”</i> : relato de dona Débora	122
Capítulo V – Significando as experiências vividas pelas mulheres no percurso de seu habitar	135
1. As experiências vividas antes e durante a moradia na Favela Três Marias	135
1.1. Moradias anteriores	135
1.2. Precariedades no viver cotidiano e mudanças de moradia	136
1.3. Morando na Favela Três Marias: construindo raízes	138
2. As experiências vividas no Conjunto Habitacional Garagem	142
2.1. O morar em apartamento: outro modo de viver	143
2.2. Motivações para a venda do apartamento ou por troca com casa na favela . . .	150

2.3. A comercialização das unidades habitacionais e a permuta com casa na favela	152
3. As experiências vividas nas favelas de retorno	162
3.1. Diversidades “inter” e “intra” favela	162
3.2. O que é bom e o que não é bom na favela	163
Considerações Finais	172
Bibliografia	175
Anexos	180

Introdução

A presente Dissertação é resultado de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, dentro da temática habitacional. Traz para o debate a compreensão do viver na favela. A população que encontra na favela a solução possível para o seu habitar, nesse espaço constrói a sua casa e também seu modo de viver, os meios de vida e os vínculos sócio-afetivos. Assim sendo, a proposta desse estudo é analisar um movimento, uma trajetória, um processo: o movimento de remoção da favela, onde há enchentes e desabamentos, para uma moradia construída pelo poder público, em um conjunto habitacional dotado de infra-estrutura básica, equipamentos e serviços, cujas condições físicas de moradia são mais seguras, e finalmente o movimento de retorno para a favela.

Esta pesquisa tem interconexão com o ‘Programa de canalização de córregos, implantação de vias e recuperação ambiental e social de fundos de vale - PROCAV-II’, implantado pela Prefeitura do Município de São Paulo, que agregou em um só programa, obras de canalização e drenagem de córregos, pavimentação de vias públicas, saneamento, habitação e recuperação de espaços urbanos, envolvendo diversos órgãos municipais. Para a realização das obras, de 1997 a 2007 favelas foram extintas ou reduzidas e 3.698 famílias foram reassentadas em conjuntos habitacionais, prédios ou casas, estas últimas em menor número.

Para desenvolver o trabalho social junto às famílias que seriam removidas das favelas e reassentadas em conjuntos habitacionais foi formada uma equipe, composta basicamente de assistentes sociais, da qual fez parte a pesquisadora. Assim sendo, o tema da presente pesquisa está vinculado à experiência profissional, como assistente social da Prefeitura do Município de São Paulo, locada na Superintendência de Habitação Popular – HABI, da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo – SEHAB, e mais especificamente, ao trabalho desenvolvido no PROCAV-II de 1996 a 2000.

A partir de vivências e observações no cotidiano de trabalho social neste período, tornaram-se comuns os casos de pessoas removidas das favelas para conjuntos habitacionais que declaravam “preferir” a vida na favela. Solicitações de permuta de apartamento por casa na favela eram e ainda são constantes. Além disso, os apartamentos começaram a ser vendidos pelas famílias reassentadas.

Não há dados a respeito do destino das famílias que transferem os apartamentos, pois as transferências (principalmente as vendas) são feitas, na maioria dos casos, sem intermédio da Prefeitura, uma vez tratar-se de ato proibido pelo Termo de Permissão de Uso- TPU¹. É fato, contudo, que algumas famílias voltam, efetivamente, a morar em favela.

Quais os significados de se retornar à favela? Seria, preferência, opção ou a única alternativa possível? Seria a expressão de um movimento natural de mudança de moradia em razão de valores, escolhas e aspirações pessoais; ou seria consequência de um processo social excludente? Foram estas as principais perguntas que motivaram este estudo.

O que apresentamos é portanto o resultado de um esforço de compreensão dos significados do retorno à favela. A partir das questões colocadas acima, o objeto de pesquisa ficou assim definido: ‘Significados de voltar a morar em favela, compreendidos a partir da análise da trajetória de mulheres e suas famílias que passaram pelas experiências de remoção da Favela Três Marias pelo PROCAV II, e de reassentamento no Conjunto Habitacional Garagem.’²

O retorno à favela é, muitas vezes, interpretado pelo senso comum como “desinteresse” por parte dos moradores que “não querem” pagar pela moradia proporcionada pelo Poder Público ou pelos serviços de água e luz, isto porque estão “acostumados” a não pagar, ou ainda, como interesse único por parte dos moradores em adquirir a unidade habitacional para depois vendê-la e com isso conseguir um ganho extra. Tais interpretações, em nossa visão, apresentam-se como superficiais e generalizantes.

Surgiu daí a necessidade de buscar amadurecer e aprofundar o conhecimento sobre os significados do retorno à favela por essas famílias. Todavia, nossa intenção foi, desde o início, compreender essa realidade por meio do relato de suas próprias experiências.

¹ Termo de Permissão de Uso – Por meio do Decreto 36.629/96, o então Prefeito Paulo Maluf dispõe sobre a permissão de uso de Caráter social, a título oneroso, de imóveis vinculados aos programas habitacionais da Secretaria da habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB. Tal documento emitido pela permitente (Prefeitura do Município de São Paulo) regula a ocupação da unidade habitacional pelo permissionário.

² As mulheres não retornaram para a Favela Três Marias porque esta foi praticamente extinta pelo PROCAV-II, mas foram para outras favelas.

A partir dos questionamentos orientadores enunciados, identificamos que um dos fatores preponderantes que motivam as transferências (vendas ou trocas) do apartamento no conjunto habitacional e o retorno à favela, é a incompatibilidade dos custos deste tipo de moradia, principalmente das taxas condominiais, com relação à capacidade de endividamento do ocupante. A inadimplência condominial é geradora de conflitos entre os moradores, e os devedores são pressionados pelos demais moradores a deixar os prédios. Outros fatores são as dificuldades de se morar em prédios, de acordo com regulamentos impostos pelo Poder Público e a desistência por motivo de ameaças ligadas ao tráfico de drogas, que colocam em risco a vida da família.

Neste sentido, os significados de retorno à favela podem ser múltiplos e compreender dimensões inter-relacionadas de subjetividade e de condições concretas de vida, tendo por hipótese que a favela, diferente do conjunto habitacional, é um espaço apropriado pelos moradores, onde constroem livremente não só a moradia como o modo de viver.

Definimos como objetivo geral desta investigação compreender e analisar os significados do retorno à favela, expressos por famílias que passaram pela experiência de remoção e reassentamento em conjunto habitacional, numa perspectiva de análise sócio-cultural.

Os objetivos específicos foram definidos com vistas a: a) analisar como as famílias viviam e constituíam suas relações sociais na favela de origem e como passaram a viver a partir do momento em que foram removidas e reassentadas no conjunto habitacional pelo poder público municipal; b) elucidar os fatores que levaram os sujeitos da pesquisa a vender ou trocar o apartamento e voltar para a favela, c) compreender a percepção e os sentimentos que os sujeitos têm sobre essa prática; d) conhecer e analisar como, no retorno à favela, os sujeitos da pesquisa vivem e reconstituem suas relações sociais, de trabalho, de vizinhança, de lazer, reencontrando o sentido de pertencimento.

Do ponto de vista da intervenção social, esperamos que este estudo possa colaborar com os gestores das políticas habitacionais voltadas às famílias de baixa renda, inclusive com os técnicos sociais, assistentes sociais em particular, que trabalham diretamente com a população atendida nos diversos programas, no sentido de

possibilitar novos parâmetros para a elaboração de planos e definições de critérios de atendimento, visando compatibilizar demandas e alternativas habitacionais e conseqüentemente, maior efetividade nos resultados.

Para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, entendemos que esta pesquisa poderá trazer uma contribuição, pois trata de tema atual e relevante para o debate acadêmico dentro da temática da habitação, especialmente por analisar os modos de vida na favela como elementos importantes para se pensar o trabalho do assistente social no contexto das políticas habitacionais.

O caminho metodológico escolhido para esta pesquisa foi o da abordagem qualitativa, uma vez que buscamos identificar e analisar os significados contidos nas trajetórias dos sujeitos, isto é, aquilo que os sujeitos têm a dizer a respeito da experiência de voltar a viver em favela após reassentamento em conjunto habitacional.

Segundo Minayo, quando se opta pela pesquisa qualitativa, o que se pretende é dar respostas a algumas questões particulares e trabalhar com o “*universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes (...)*”. (Minayo, 1994, p. 21-22)

Para Chizzotti, a pesquisa qualitativa volta-se para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno, quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele. Ainda afirma Chizzotti (2006, p. 28), que “*o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.*”

Quanto ao instrumento metodológico de abordagem qualitativa, foi utilizada a ‘história oral’, pois o uso da fonte oral institui-se como recurso privilegiado para trazer à tona as ‘evidências’ do problema, os dados de difícil percepção, embutidos nas histórias pessoais, histórias dos grupos familiares, no cotidiano, enfim, na cultura das famílias que retornaram à favela.

De acordo com Latif Cassab, (1999/2000, p. 7), a metodologia da História Oral possibilita que “*indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.*”

Segundo Portelli, (1997, p. 31) “*a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual.*”. Portanto, de acordo com essa afirmação, o que interessa é como o próprio sujeito interpretou a história; como o sujeito viveu aquele momento de forma singular.

No entanto, adotamos, como Cassab (1999/2000), a crença de que o trabalho de pesquisa deve envolver, sempre, um olhar ao redor e vincular o fato narrado a outros contextos sociais, ou seja, partir do conhecimento da micro realidade à totalidade social e da conjuntura à estrutura.

A escolha do método de pesquisa expressa a nossa concepção de mundo e consiste nas fundamentações teóricas que escolhemos para explicá-lo. Nesse sentido, encontramos em Edward Palmer Thompson, historiador marxista inglês, as principais explicações, com as quais nos identificamos, pois, traz o termo ‘cultura’ para a argumentação aqui pretendida.

Em seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*, E.P.Thompson (1981, p. 182) afirma: “*O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’*”. Para o autor, a ‘experiência’ é, em última instância, gerada na ‘vida material’, estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determina a ‘consciência social’.

A junção de ‘experiência’ e ‘cultura’ ocorre porque, as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com idéias, no âmbito do pensamento. “*Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.*” (Thompson, 1981 p. 189)

Martinelli ao interpretar o pensamento de E.P.Thompson, explicita as principais categorias de análise por ele apresentadas para se trabalhar na perspectiva de conhecer-se o sujeito e o seu modo de vida:

“*Cultura, como viver histórico dos sujeitos, como seus modos de vida, de luta, de resistência, de trabalho, em sua experiência social cotidiana; Consciência,*

modo como os sujeitos elaboram a sua vivência, a sua experiência social cotidiana; Experiência, como a mais rica das possibilidades humanas, como a exploração aberta do mundo e de nós mesmos, como o fazer-se histórico dos sujeitos.” (Martinelli, 2005, p. 119)

Iniciamos esta pesquisa por um levantamento bibliográfico que viabilizasse referências a respeito do objeto estudado, qual seja, ‘significados de voltar a morar em favela’.

Por tratar-se de um estudo com abordagem multidisciplinar, buscamos autores diversos, num esforço de procedermos a construção de um respaldo teórico que abrangesse os seguintes conteúdos pretendidos: o sentido do habitar; o processo de expansão urbana e a atuação do Estado; e a compreensão de favela em seus múltiplos aspectos (surgimento, imaginário, modo de vida, características). Dentre os autores selecionados, destacam-se Heidegger (2001), sobre o sentido do habitar e Arlete Moyses Rodrigues (2003), que escreve sobre o morar como um imperativo básico do indivíduo; não se trata apenas de ocupar um espaço, mas ter um abrigo onde o homem realiza as suas necessidades. Segundo esta autora, as características da habitação vão mudando historicamente e também espacialmente. A forma de morar revela condições econômicas e sociais, mas também características ideológicas e culturais.

Conforme Kowarick (2000) “*a moradia nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado constitui fator primordial no processo de inclusão-exclusão social na vida dos trabalhadores*”. (2000, p. 83).

Magnani J.G., 1984) traz a concepção do ‘pedaço’: um componente que corresponde uma determinada rede de relações sociais num determinado espaço.

Encontramos em Rodrigues (2003) e Baltrusis (2000) algumas explicações sobre a produção da casa e da cidade, e sobre a atuação do Estado. Baltrusis constrói um trajeto histórico do processo de urbanização no Brasil e da política habitacional para atender a população de baixa renda, desde o período da Regência até a década de 1990. Neste trajeto, observamos também como surgem e se expandem as favelas, bem como o ‘tratamento’ a elas dado pelo Estado.

Com referência às favelas, Suzana Pasternak (2006) trata sobre elas nas grandes cidades do Brasil e em São Paulo. Também apresenta dados estatísticos, características, surgimento e evolução histórica das mesmas.

Zaluar e Alvito (1999, p. 8) evidenciam como surgiram “*as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas, que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o ‘outro’, distinto do morador civilizado (...)*”.

P. Jacobi, L. Travassos e M.D. Groestein trazem referências a respeito da ocupação da cidade de São Paulo sobre a bacia hidrográfica do Alto Tietê e de ocupações em áreas críticas na cidade, provocando o processo de degradação dos fundos de vale e várzeas urbanas.

Quanto aos aspectos sócio-culturais do viver em favela, buscamos aportes teóricos também em Alba Zaluar, Marilena Chauí, Antonia Jesuíta de Lima, Jane Souto de Oliveira, Maria Hortense Marcier, Nelson Baltrusis e Suzana Pasternak.

Os autores acima citados propiciaram o acesso a autores como, N. Bonduki, R. Rolnik, E. Maricato, L. Valladares, entre outros que discutem a temática urbana no Brasil.

Para desenvolver este trabalho realizamos também uma pesquisa documental a fim de retratar o contexto histórico, político administrativo, geográfico e econômico em que foi desenvolvido o PROCAV II. Para tanto analisamos os seguintes documentos: Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV II; Relatório Especial das Favelas e Córregos da Secretaria da Habitação do Município de São Paulo (pesquisa da FIPE³); Relatório de Avaliação do PROCAV II; Termo de Permissão de Uso; bem como os resultados de uma pesquisa censitária realizada no ano de 2002 para levantamento do número de famílias que deixaram as unidades dos conjuntos habitacionais da Prefeitura, entre 1995 até o ano de 2002, entre outros. Selecionamos ainda trechos de cartas

³ Fundação Instituto de Pesquisa - FIPE, da Universidade de São Paulo.

enviadas por diversos moradores do Conjunto Habitacional Garagem à SEHAB/HABI⁴, solicitando permuta do apartamento com casa na favela, expondo os motivos desta solicitação. Essas cartas foram encontradas nos arquivos da HABI.

A pesquisa de campo realizada teve início com estudos preliminares desenvolvidos com ex-moradoras do Conjunto Habitacional City Jaraguá, situado na zona noroeste da cidade de São Paulo. A escolha deste conjunto habitacional deu-se pelo vínculo profissional estabelecido no local após alguns anos de trabalho por nós realizado no local, desde a sua implantação. Depois de várias buscas, contatos com lideranças, com moradores e com assistentes sociais da Prefeitura, encontramos três famílias que voltaram a morar em favela. No entanto, apenas uma delas aceitou participar de todo o processo de pesquisa. Este fato suscitou a necessidade de focarmos a busca em outro conjunto habitacional do mesmo programa, o Conjunto Habitacional Garagem, localizado na zona leste.

A partir da primeira aproximação com o campo de pesquisa e de entrevista preliminar realizada em maio de 2007, concluímos que seria necessário construir um roteiro de entrevista semi-estruturado, como guia, para que os aspectos de nosso interesse fossem priorizados. A entrevista precisaria ser um pouco mais dirigida e algumas questões apresentadas de forma direta. Por essa razão onze questões foram formuladas (anexo), algumas delas referindo-se à pessoa entrevistada e também à sua família, pois o desejado era que os sujeitos da pesquisa, no caso as mulheres, representassem a sua família.

Na segunda tentativa, estabelecemos contato com a dona Maria, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Garagem, a qual prontamente se dispôs a colaborar com a pesquisa e a procurar por ex-moradores que voltaram para a favela. Apresentou-nos a seguir uma moradora do conjunto, dona Fátima, que sabia onde se encontravam alguns dos ex-moradores. Por meio dessas senhoras pudemos encontrar então cinco famílias que se dispuseram a participar da pesquisa, o que significa que a mediação de dona Maria e dona Fátima, foi fundamental para estabelecer o elo de confiança com os futuros entrevistados.

⁴ SEHAB- Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano; HABI- Superintendência de Habitação Popular.

Além dessas cinco famílias, pesquisamos para a mesma finalidade os arquivos da HABI e encontramos documentos e relatórios de permuta (troca de apartamento por moradia na favela) elaborados por assistentes sociais.⁵ Dessa forma pudemos localizar mais uma ex-moradora do Conjunto Habitacional Garagem, que também concordou em participar da pesquisa.

Para dar unidade ao critério de escolha dos sujeitos, optamos em não considerar aquela realizada com a família oriunda do Conjunto Habitacional City Jaraguá, ficando com as seis famílias do Conjunto Garagem, as quais inclusive foram removidas pela Prefeitura da mesma favela de origem, a Favela Três Marias, localizada às margens do Córrego Franquinho, na Zona Leste da cidade.

Embora o PROCAV II tenha removido famílias de diversas favelas da região norte e leste da cidade e reassentado em três conjuntos habitacionais distintos, focar o campo de análise em apenas uma favela de origem e num único conjunto habitacional acabou por ser uma opção, visando o aprofundamento dos temas em detrimento da diversidade, limitando as variáveis. Neste sentido encerramos nossa busca por sujeitos com essas seis famílias do Conjunto Garagem.

Como visto os sujeitos para esta pesquisa não foram facilmente localizáveis. Na maioria dos casos voltaram para a favela por iniciativa própria, sem intermédio da Prefeitura. Também não estavam agrupados, pois não eram mais moradores do conjunto habitacional e estavam dispersos em diferentes favelas. Faz-se importante salientar que a decisão de voltar para a favela não foi resultado de organização coletiva, mas sim individual, ou no máximo familiar.

Inicialmente definimos como sujeitos da pesquisa os titulares⁶ das unidades habitacionais, os quais relatariam não apenas as suas experiências pessoais, mas também as experiências da família. No entanto, este critério foi posteriormente aberto para as esposas/companheiras dos titulares, pois, segundo o que ocorreu com duas das pré-selecionadas enquanto sujeitos, os titulares eram seus respectivos maridos. Em um dos casos, Neuza, aconteceu do apartamento ter sido vendido por ela, uma vez que seu

⁵ Algumas permutas de apartamento com casa na favela foram realizadas com anuência da Prefeitura, após estudo de caso.

⁶ Titular é a pessoa responsável pela unidade habitacional, aquela que assinou o Termo de Permissão de Uso.

companheiro (titular) abandonou a unidade. No caso de dona Débora, o apartamento estava em nome do marido, mas ela fazia parte da composição familiar e participou de todo o processo de remoção e reassentamento, inclusive da decisão de voltar para a favela. Como o marido trabalha fora e ela normalmente fica em casa, ambos concordaram que unicamente ela participasse da pesquisa.

Segundo o esclarecido, não por critério pré-estabelecido, mas porque em quatro casos eram elas as titulares e em dois casos, eram esposas/companheiras dos titulares, realizamos as entrevistas enfim com seis mulheres.

Das entrevistas realizadas, selecionamos quatro para a análise. Dois relatos foram excluídos, pois repetiam dados já obtidos. Além disso, uma das mulheres não chegou a participar de todo o processo de entrevista. Entendendo que mais importam as experiências e os significados a elas atribuídos, o número de sujeitos foi definido a fim de obter elementos de análise tanto divergentes como semelhantes. Duas mulheres fizeram permuta, com anuência e acompanhamento técnico da Prefeitura, dona Nair (67 anos) e dona Lourdes (52 anos), ambas morando na Favela Esperantinópolis (área municipal); e duas venderam a unidade habitacional, sem anuência da Prefeitura, dona Neuza (48 anos), moradora atual da Favela da Vila União (área do Estado) e dona Débora (28 anos), que vive em uma ocupação situada em área particular. As quatro entrevistadas residem atualmente em favelas da Zona Leste de São Paulo. Conforme fora então previsto, ao narrar suas histórias, essas mulheres apresentaram elementos divergentes e semelhantes em relação à favela de origem, à vida no conjunto habitacional e ao modo de vida na atual moradia, elementos estes que muito importam em uma pesquisa qualitativa. Desse modo, com tais características, consideramos ser esta uma amostra que bem representa a realidade estudada.

A opção em se trabalhar com ‘relatos orais’ sobre as experiências vividas é porque eles possibilitam liberdade ao narrador para expor determinados aspectos de sua vida, e também que sejam dirigidos segundo os interesses do pesquisador. Assim, o roteiro elaborado serviu como um guia, mas as entrevistas foram conduzidas de maneira aberta, pois o esperado era que cada uma delas acontecesse à sua forma. Durante as entrevistas também improvisamos perguntas auxiliares, ou secundárias, que não estavam no roteiro, visando identificar melhor os sujeitos, ou a compreensão do contexto vivido, ou ainda o entendimento do próprio relato.

Apenas para fins de contextualização, esclarecemos que optamos em realizar as entrevistas na casa mesmo de cada entrevistada, uma vez que a pesquisa está centrada na experiência da família e no significado de favela. Realizar a entrevista na própria favela trouxe-nos elementos do cotidiano daquele local, o que facilitou a apreensão de dados.

Visando facilitar a análise dos relatos, todas as entrevistas, além de gravadas, foram também filmadas. As filmagens estão sendo editadas para a produção de um DVD contendo os relatos das mulheres, o qual será utilizado para devolução da pesquisa a elas e à Prefeitura de São Paulo, após a aprovação acadêmica deste estudo.

Estando a pesquisa centrada na trajetória da família, também não pedimos privacidade com a pessoa que participaria diretamente da pesquisa. Assim, na maioria das entrevistas, sempre havia outras pessoas no ambiente, fosse participando da conversa ou colaborando conosco na filmagem.

Com cada sujeito houve uma média de quatro encontros. O primeiro para apresentação da pesquisadora e para o convite à participação. Nesse primeiro encontro também eram explicados o objetivo e procedimentos da pesquisa. No segundo encontro realizamos a entrevista e deixamos uma máquina fotográfica com a entrevistada, para que tirasse fotografias do local onde mora. O terceiro encontro ocorreu apenas para recolhermos o filme para revelação. A finalidade do último encontro foi promover uma conversa descontraída sobre as fotografias, visando ampliar a compreensão das significações do viver na favela e também esclarecer ou aprofundar aspectos da entrevista anterior. Nesta última etapa, em três casos, outros membros da família participaram da entrevista.

Após consulta, todas as mulheres consentiram que seus nomes verdadeiros e suas histórias fossem publicamente expostos para a finalidade de pesquisa. No entanto, optamos em identificá-las apenas pelo primeiro nome e não revelamos aqui endereços ou outros dados pessoais.

Outro instrumento metodológico utilizado, além do relato oral, foi a ‘observação participante’, ou seja, a apresentação dos sujeitos na Dissertação também se faz pelas observações da pesquisadora a respeito do local de suas moradias, de suas atitudes, das

relações interpessoais e das palavras não ditas. Conforme Portelli (1997), às vezes, a informação mais significativa pode estar no que os sujeitos escondem e no fato que os fazem esconder, mais do que naquele que contam. Por isso, os fatos ou situações observadas pela pesquisadora também foram compilados como material de análise.

Ao concluir as entrevistas e transcrições, reconstruímos as narrativas, uma vez que, foi nossa intenção acrescentar as observações da pesquisadora, ou seja, construímos nossa própria narrativa em forma de diálogo com os sujeitos, incluindo nossas observações. Desta forma a pesquisadora exerce dois papéis, o de narradora das histórias e ao mesmo tempo o de interlocutora na transcrição dos diálogos.

Na remodelagem das histórias a gramática e a ordem das palavras foram deixadas como foram faladas, bem como a ‘maneira espontânea de falar’ dos entrevistados foi respeitada, não havendo alteração dos termos. Salvo em algumas poucas vezes, a localização de algumas falas foram reordenadas no texto, para dar sentido e continuidade a um assunto específico. Entretanto, para tornar a narrativa menos cansativa, foi diminuída a quantidade de hesitações, pausas, repetições e ‘muletas’, como: ‘né?’, ‘entendeu?’, ‘aí’ e ‘daí’. Quanto às fotografias tiradas pelas próprias famílias, selecionamos aquelas condizentes ao tema estudado e transcrevemos os respectivos comentários feitos por elas após terem sido reveladas.

Não fragmentamos os relatos para a realização da análise uma vez que os enxergamos repletos de significados em seu todo. Dessa forma, encontramos em Paul Thompson um procedimento adequado para a interpretação e análise sem fragmentação dos relatos. Ele nos diz que a evidência, em cada relato, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo.

Extraímos das entrevistas as evidências sobre cada tema, remontando-as para enxergá-las de um novo ângulo, e ao fazê-lo, percebermos um novo significado. Assim, remontamos as histórias de duas formas, em duas etapas diferentes e complementares. Primeiramente procedemos a reconstrução dos relatos, conforme explicado anteriormente. Numa segunda etapa, partimos para o que Paul Thompson, em 1992, denomina análise cruzada, que é uma das formas indicadas por ele para apresentação e análise das histórias em *A voz do passado: História Oral*. Na análise cruzada a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto

expositivo. À página 304 desse livro de Thompson, encontramos o seguinte texto que bem ilustra o que pretendemos dizer:

“(...) sempre que o objetivo primordial passe a ser a análise, a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas deve emergir da lógica interna da exposição. Em geral, isso exigirá citações muito mais curtas, comparando a evidência de uma entrevista com a de outra, e associada à evidência proveniente de outras fontes.”

Assim, a análise se constitui da interpretação das experiências vividas pelas mulheres no percurso de seu habitar: favela de origem - conjunto habitacional - favelas de retorno, especialmente dos significados de voltar a habitar em favela. Na interpretação das experiências, comparamos as evidências expressas nos relatos, associando-os a outras fontes, como as cartas de solicitação de permuta, e diversas pesquisas.

A presente Dissertação está estruturada em cinco capítulos articulados entre si, constituindo a totalidade de sua exposição.

O Capítulo I, denominado “**Aspectos do habitar no Brasil**”, busca primeiramente o sentido do habitar e posteriormente os processos históricos de expansão das cidades que geram as favelas, e a atuação do Estado.

O Capítulo II, intitulado “**Um retrato das Favelas no Brasil**”, tratou de compreender a favela como local de moradia. Contêm uma explanação geral sobre as favelas nas grandes cidades do Brasil e especialmente de São Paulo em termos de concepções, históricos, dados estatísticos, características e imaginários do fenômeno favela.

No Capítulo III, “**A ocupação das várzeas na Cidade de São Paulo e o ‘Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale’ – PROCAV**” procuramos contextualizar o Programa iniciando pelo histórico de ocupação da cidade de São Paulo na bacia hidrográfica do Alto Tietê e de ocupações nos fundos de vale, provocando a sua degradação. É nesse âmbito que se insere o PROCAV II, um programa que canalizou córregos e implantou avenidas, o que, em consequência, provocou a remoção de favelas e o reassentamento dos seus moradores em conjuntos habitacionais. Este capítulo

apresenta também, as diretrizes do Programa, o trabalho social desenvolvido e considerações sobre o processo de monitoramento e avaliação.

O Capítulo IV, denominado “**Relatos de mulheres sobre suas experiências de vida no habitar**” inicia-se com informações gerais sobre o córrego Franquinho, onde se localizava a favela Três Marias; o Conjunto Habitacional Garagem; e sobre as favelas onde viviam as mulheres na data da entrevista. Em seguida, apresentamos os relatos das mulheres entrevistadas sobre suas experiências de vida no habitar, trazendo à tona a sua trajetória desde a favela de origem, a Favela Três Marias, passando pela moradia no Conjunto Habitacional Garagem e finalizando com o retorno a outra favela. Apresentamos também as fotografias das favelas de retorno tiradas pelas mulheres e os respectivos comentários.

O Capítulo V, intitulado “**Significando as experiências vividas pelas mulheres no percurso de seu habitar**”, analisa os significados contidos nas experiências vividas pelas mulheres e suas famílias no percurso do seu habitar: “favela - conjunto habitacional – favela”. Sendo uma pesquisa com foco de análise sócio-cultural, analisa especialmente os modos como constroem e vivem sua vida, envolvendo sentimentos, valores, costumes e práticas sociais cotidianas, bem como os modos como elaboram essas experiências. Trata ainda do fenômeno da comercialização das unidades habitacionais e da permuta de apartamento com casa na favela, com a análise de trechos de cartas enviadas por moradores do conjunto habitacional à HABI/SEHAB, solicitando a troca.

Nas considerações finais apresentamos os resultados centrais da pesquisa, os quais apontam ser o fator econômico um determinante para a saída de famílias do conjunto habitacional, mas não o único. Fatores subjetivos também levam à ‘decisão’ individual ou no máximo familiar, que as conduzem à mudança de espaço em busca de transformação da vida pessoal. Na favela as mulheres, sujeitos desta pesquisa, retomaram suas raízes, o sentimento de pertença a um grupo e a um espaço com suas práticas culturais comuns, e reconstruíram o processo de formação de identidade social, no viver cotidiano.

Capítulo I - Aspectos do habitar no Brasil

1. O sentido do habitar

Arlete Moysés Rodrigues (2003) nos fala sobre a necessidade de morar como uma necessidade básica do indivíduo. Assim como se alimentar e se vestir. É sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. Mas morar não é apenas ocupar um espaço. Morar é ter um abrigo. No interior do seu abrigo, o homem realiza outras necessidades: descansa, dorme, faz refeições, cuida da higiene pessoal, convive com sua família, etc. A casa também é local de trabalho, pois sempre se trabalha em casa para a própria manutenção e daqueles que nela moram: limpar, cozinhar, consertar, arrumar. Pode ser ainda local de trabalho para fins de geração de renda, para a subsistência.

Para além da necessidade básica e concreta de morar do indivíduo, encontramos em Martin Heidegger no texto *Construir, habitar e pensar* (2001) o sentido, ou a essência do habitar, que contribui para a compreensão e análise dos significados do morar na favela. Heidegger afirma: “*Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta.*”⁷

“No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, ‘habitual’. (...) No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e crescimento e construir no sentido de edificar construções.” (Heidegger, 2001, p. 127-128)

Heidegger afirma ainda que, enquanto não pensarmos que todo construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez questionar de maneira suficiente, e muito menos decidir de modo apropriado, o que o termo construir é em sua essência.

⁷ HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*, 2001. “O que diz então construir? A palavra do antigo alto-alemão usada para dizer construir, ‘buan’ significa habitar. Diz: permanecer, morar. (...) Construir significa originariamente habitar. (...) Bauen é, na verdade, a mesma palavra alemã ‘bin’, eu sou. ‘A maneira como tu és e eu sou o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra, é o Buan, o habitar.’ (...) A antiga palavra bauen (construir), porém, diz que o homem é à medida que habita. A palavra bauen (construir), porém, significa ao mesmo tempo: proteger e cultivar, a saber, cultivar o campo, cultivar a vinha. Construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos.” (p. 126 e 127)

“Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos.” Mas em que consiste a essência do habitar?⁸

“Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um acontecimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nós dispomos a pensar que o homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra.” (Heidegger, 2001, p. 129)

“A essência de construir é deixar-habitar. A plenitude de essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir. (...) Pensemos, por um momento, numa casa típica da Floresta Negra, que um camponês ainda sabia construir a duzentos anos atrás. O que edificou essa casa foi a insistência da capacidade de deixar terra e céu, divinos e mortais serem, ‘com simplicidade’, nas coisas. Essa capacidade situou a casa camponesa na encosta da montanha, protegidos contra os ventos e contra o sol do meio dia, entre as esteiras dos prados, na proximidade da fonte. Essa capacidade concedeu-lhe o telhado de madeira, o amplo vão, a inclinação íngreme das asas do telhado a fim de suportar o peso da neve e de proteger suficientemente os cômodos contra as longas tormentas das noites de inverno. Essa capacidade não esqueceu o oratório atrás da mesa comensal. Deu espaço aos lugares sagrados que são o berço da criança e a ‘árvore dos mortos’, expressão usada ali para designar o caixão do morto. Deu espaço aos vários quartos prefigurando assim, sobre um mesmo teto, as várias idades de uma vida, no curso do tempo. Quem construiu a casa camponesa foi um trabalho das mãos surgido ele mesmo de um habitar que ainda faz uso de suas ferramentas e instrumentos como coisa.” (Heidegger, 2001, p. 139).

Transportando esse raciocínio para o nosso tempo, nosso mundo urbanizado, o que acontece com o habitar? Heidegger então afirma:

“Tenta-se suplantar a crise através da criação de conjuntos habitacionais, incentivando-se a construção habitacional mediante um planejamento de toda a questão habitacional. Por mais difícil e angustiante, por mais

⁸ HEIDEGGER, op. cit 2001. “Escutemos mais uma vez o dizer da linguagem: da mesma maneira que a antiga palavra *bauen*, o antigo saxão ‘*wuon*’, o gótico ‘*wunian*’ significam permanecer, ‘de-morar-se’. O gótico ‘*wunian*’ diz porém, com clareza ainda maior, como se dá a experiência desse permanecer. *Wunian* diz: ser e estar apaziguado, ser e permanecer em paz. A palavra *Friede* (paz) significa o livre, *Freie*, *Frye* e *fry* diz: preservado do dano e da ameaça, preservado de..., ou seja, resguardado. Libertar-se significa propriamente resguardar. Resguardar não é simplesmente não fazer nada com aquilo que se resguarda. Resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu vigor de essência, quando devolvemos de maneira própria alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra *libertar* (*freien*): libertar para a paz de um abrigo.” (p. 128 e 129)

avassaladora e ameaçadora que seja a falta de habitação, ‘a crise propriamente dita do habitar’ não se encontra, primordialmente, na falta de habitações. A crise propriamente dita de habitação é, além disso, mais antiga do que as guerras mundiais e as destruições, mais antiga também do que o crescimento populacional na terra e a situação do trabalhador industrial. A crise propriamente dita do habitar consiste em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a habitar.” (Heidegger, 2001, p. 140)

Conforme Lúcio Kowarick, *“a moradia nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado constitui fator primordial no processo de inclusão-exclusão social na vida dos trabalhadores: núcleo de sociabilidade primária onde se processa a organização da unidade familiar, aí são forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de conseqüências materiais e plenos de significados simbólicos”* (2000, p. 83).

Os habitantes da periferia pobre das cidades não inventam apenas a casa, conforme suas necessidades e possibilidades. Inventam o espaço. Criam o ‘pedaço’.

São dois os elementos constitutivos do ‘pedaço’: um componente de ordem espacial, e o que corresponde uma determinada rede de relações sociais. É a necessidade de estar situado numa rede de parentesco, vizinhança, procedência. Conforme José Guilherme Magnani (1984), *“o termo ‘pedaço’ designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade”*. (p.137)

Conforme o autor, para a população de baixa renda, que mora na periferia, é o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida pelo “pedaço”.

“Diante da sociedade e suas instituições (...) está o indivíduo identificado pela ficha, pelo título de eleitor, pela carteira de trabalho (...). No ‘pedaço’, porém, o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou ‘chegado’ a beltrano (...). Pertencer ao ‘pedaço’ significa ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de certas regras de lealdade (...). Vê-se, desta forma, que a periferia dos grandes centros urbanos não configura uma realidade contínua e indiferenciada. Ao contrário, está

repartida em espaços territorial e socialmente definidos por meio de regras, marcas e acontecimentos que os tornam densos de significações porque constitutivos de relações. Quando se compara a periferia com bairros ocupados por outras classes sociais pode-se avaliar a importância do ‘pedaço’ para as camadas de rendas mais baixas. Diferentemente daquelas classes – onde na maioria das vezes os vínculos que ampliam a sociabilidade restrita da família nuclear não são a vizinhança, mas os que se estabelecem a partir das relações profissionais – uma população sujeita a oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias de existência é mais dependente da rede formada por laços de vizinhança, parentesco e origem. Essa malha de relações assegura aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção. Onde se tece, enfim, a trama do cotidiano”. (Magnani, 1984, p. 137–139)

A compreensão aprofundada do sentido do ‘habitar’ e do significado do ‘pedaço’ possibilita o entendimento de significados do retorno à favela por parte dos sujeitos desta pesquisa. Na essência desses conceitos encontra-se elementos que diferenciam o viver em conjunto habitacional e o viver na favela para além da possibilidade de se pagar ou não pela moradia. Elementos que evidenciam os aspectos sócio-culturais e a subjetividade do significado do morar.

2. Configurando a produção da casa e da cidade no Brasil

As características da habitação mudam historicamente e também espacialmente. De um lugar para outro, percebemos as diferentes formas de morar. Como no campo ou na cidade. A forma de morar revela características geográficas, econômicas e sociais, mas também ideológicas e culturais.

Conforme Arlete Moysés Rodrigues (2003), nas cidades “há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infra-estrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho e características das casas e terrenos, mas à própria cidade.” (p. 11)

Trata-se de uma variação no mesmo tempo e no mesmo espaço. Isto quer dizer que esta diversidade não significa que os espaços foram ocupados em tempos diferentes e que os mais novos serão dotados de infra-estrutura, de equipamentos e serviços

coletivos, tal e qual os bairros que possuem essas características. Rodrigues (2003) compara esta coexistência de diversidades com o computador, que é contemporâneo do analfabetismo. As mansões são contemporâneas das favelas.

Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada das cidades e à capacidade de pagar dos moradores, tanto pela casa quanto pelos equipamentos e serviços coletivos. Somente os que têm uma determinada renda podem usufruir de espaços dotados de infra-estrutura, equipamentos e serviços. Quanto maior a renda, melhor as condições de vida, maior o conforto na forma de habitar.

No Brasil, como em qualquer país capitalista, a terra urbana, assim como a rural, e as edificações, integram as mercadorias do modo de produção capitalista. A terra, assim como a água, são bens da natureza, indispensáveis à vida, que foram “transformados” em mercadoria. *“A terra é também uma espécie de capital, que está sempre se valorizando. É na verdade um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva... é uma falsa mercadoria e um falso capital. É um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e caro pela propriedade.”* (Rodrigues, 2003, p. 17).

Até 1850, a terra não era uma mercadoria. Não podia ser comprada ou vendida. Elas pertenciam ao Monarca, o qual fazia concessões de sesmarias (grandes extensões de terras) e doações de datas (lotes menores). Com a Lei das Terras, Lei 601 de 1850, as terras passam a ser vendidas a quem podia pagar por elas e somente estes passam a ser reconhecidos como proprietários. A referida Lei surge como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos à terra pois, a fartura de terras contribuía para a dificuldade de se conseguir maior número de trabalhadores livres para os postos de trabalho.

A Lei de Terras de 1850 refere-se tanto à terra rural, quanto à terra urbana. A partir desta lei ficou sancionado o princípio que baniou o trabalhador da terra. A terra passa a ser vendida no mercado, passa a ter um preço inacessível aos trabalhadores, para que estes se constituam efetivamente em mão de obra. Conforme José de Souza Martins, citado por Rodrigues (2003), *“a terra tornou-se cativa do capital. Os homens*

livres – com o fim da escravidão – e a terra cativa. Uma mercadoria que tem um preço só acessível a uma determinada classe.” (p. 18)

A terra é produzida socialmente e apropriada individualmente. No espaço urbano isto quer dizer que todos os cidadãos contribuem para a produção de benefícios, como infra-estrutura urbana, serviços e equipamentos públicos, seja pelo pagamento de taxas e impostos, seja pela construção de sua casa. Rodrigues, afirma que um dos casos mais comuns de contribuição direta na produção, ocorre quando se compra um terreno e se constrói uma casa numa área pouco ocupada. Logo após as primeiras construções, os lotes vagos são vendidos, a preço mais elevado que o dos primeiros, sem que os terrenos vagos tenham sofrido qualquer transformação.

Outra forma de se produzir socialmente e de se apropriar individualmente a terra é a venda de lotes em locais com pouca ou nenhuma infra-estrutura. Normalmente esses lotes são comprados pela população que têm baixos salários – aqueles que compram terrenos ou casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo. Constroem suas casas, se organizam e lutam para obter os equipamentos e serviços coletivos como asfalto, transporte coletivo, luz, água, esgoto, escola, creche, posto de saúde. Conseguem obter melhorias para o bairro, aumentando o preço da terra. Assim, além de se beneficiarem, valorizam as terras vazias, beneficiando também os proprietários dessas terras que depois podem comercializar seus terrenos por preços bem maiores.

O Estado, enquanto um dos principais agentes que constroem o espaço urbano, na produção, distribuição e gestão dos equipamentos e serviços necessários à vida na cidade, atua de forma heterogênea, acentuando uma valorização diferencial de uma área para outra. As diferenças de preço relativas à localização, em áreas beneficiadas ou não com os equipamentos de consumo coletivos, referem-se à produção social da cidade. *“A apropriação dessas condições gerais de existência na cidade é feita individualmente pelos proprietários de terras. Obtém-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda da casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente.”* (Rodrigues, 2003, p. 20).

Quando uma área passa a ser valorizada com a presença de serviços e equipamentos públicos, e assim, por esta transformação, as taxas e impostos são

elevados, a população que vive de baixos salários é “empurrada” para mais longe, e começa a produção social da cidade em outro lugar, e novo ciclo de valorização de terras e especulação imobiliária se inicia.

Esta valorização também ocorre nas áreas dos loteamentos de alto padrão. São os loteamentos da “periferia rica”. Condomínios fechados onde se vende - além da terra e da infra-estrutura básica - segurança, ar puro, verde, jardim, lazer, supermercados, shopping-centers, status, homogeneidade de classe social.

“Os investimentos de incorporação ao espaço urbano e que demandam trabalho são adicionados à renda da terra e, também, provocam uma valorização diferencial no espaço urbano, por suas características diferentes – cada um deles dirigido a uma determinada fração de classe social. (...) para determinar o preço da habitação acrescenta-se a renda da terra absoluta e diferencial, os lucros de investimentos de incorporação, da construção da casa, e os juros do capital financeiro – o que atingirá um número extremamente elevado e inacessível para a maioria dos trabalhadores.” (Rodrigues, p. 22)

É necessário distinguir pelo menos dois grupos de proprietários de terras. Os que têm uma casa para morar daqueles que têm muitos terrenos ou casas para alugar, ou vender, objeto de especulação. Os primeiros, mesmo podendo obter um valor por sua propriedade, já que a propriedade sempre pode ser vendida, ou seja, convertida em mercadoria, têm como finalidade o uso para morar ou trabalhar. Os proprietários que utilizam a terra apenas para especulação, deixando as terras vazias, promovem grandes espaços vazios numa cidade que se espraia pelas periferias. Conforme Rodrigues (2003): *“Terra vazia e homens sem terra, coexistindo no mesmo espaço e tempo.”* (p. 24)

A população que não tem renda para acessar a moradia por meio desse sistema especulativo procura soluções para sua sobrevivência por meio de ações não vinculadas ao círculo imobiliário formal. Passa a produzir a casa – e conseqüentemente a cidade – por meio da ocupação juridicamente “ilegal” de terras. Pode comprar um terreno em alguma área da periferia pobre e, muitas vezes em loteamento clandestino⁹, ou pode ocupar terras sem uso, em geral do Poder Público, formando as favelas.

⁹ Loteamentos clandestinos são aqueles cujos loteadores não obedecem às normas previstas pela lei para aprovação ou não executam o projeto como previsto. Os compradores/moradores desses lotes não podem aprovar a planta da casa e não podem ter a documentação da propriedade legalizada.

Dessa forma a crise habitacional não é apenas o déficit de casas. Uma rápida observação pode evidenciar o grande número de anúncios de casas, terrenos e apartamentos vazios, para vender ou alugar, em contraste com a carência habitacional. São necessárias políticas de regulação do uso da terra e políticas habitacionais que garantam à população de baixa renda o acesso à moradia regular.

3. As políticas habitacionais no Brasil: um breve histórico

O Estado, como agente responsável pelo uso da terra, dispôs na Constituição de 1934 que a propriedade deveria ser subordinada “ao interesse social e coletivo”. Na Constituição de 1946 dispôs que a propriedade deveria ser subordinada ao “bem-estar social” e na Constituição de 1969 à “função social”. Mas, historicamente, tem sido muito mais significativa a defesa da propriedade do que a limitação ao uso ou acesso a quem não tem.

Baltrusis (2000) constrói um trajeto histórico do processo de urbanização no Brasil e da política habitacional para atender a população de baixa renda, desde o período da Regência até a década de 1990. Neste trajeto, observamos também como surgem e se expandem as favelas, bem como o “tratamento” dado a elas pelo Estado.

Segundo o autor a moradia do brasileiro do período 1830 – 1840 era predominantemente em zona rural e a metade dos habitantes eram trabalhadores escravos cuja moradia era a senzala. No final do século XIX, a economia cafeeira se expande. O dinheiro gerado pela exportação do café começa a ser aplicado no Brasil, criando as bases do crescimento industrial e das cidades. Surgem os bancos e o comércio. Os escravos são libertados e os imigrantes europeus começam a chegar à busca de trabalho.

“O aluguel dominava, como forma de propriedade do domicílio urbano e a política oficial incentivava, ao menos nominalmente, a construção de casas para locação”. Segundo essa autora, “a principal forma de abrigo urbano que irá se desenvolver é o cortiço, fileira de quartos de aluguel, fisicamente semelhante à senzala (...) os cortiços serviam de moradia para 4% da população do Rio por volta de 1869 e chegaram a 25% nos primeiros anos da República”. (Taschner, 1997, apud Baltrusis 2000, p. 64).

Com a valorização da terra no centro da cidade do Rio de Janeiro, os cortiços começam a ser eliminados e sua construção proibida. Foram associados às diversas epidemias que se abateram sobre a cidade, e por isso foram adotadas medidas higienistas para acabar com eles. “*Sem uma política governamental de construção de novas unidades, a população pobre do Rio de Janeiro sobe o morro e cria as favelas.*” (Baltrusis, 2000, p. 64).

Explica o autor que em São Paulo a situação foi semelhante. Até 1920 os cortiços e vilas predominam como opção de moradia para o trabalhador. Após 1930 uma alternativa de moradia passa a ser a autoconstrução na periferia. Conforme Rolnik (1994) citada por Baltrusis (2000, p. 65), foi nesse período que a cidade se transformou de uma “*cidade/entrepósito comercial de pouca importância para uma cidade-vanguarda da produção industrial*”. A segregação espacial começa a tomar forma, sendo a cidade dividida entre os bairros operários de um lado e os bairros residenciais finos de outro.

No período do Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, a intervenção estatal estimula a industrialização do país. A acelerada expansão da industrialização gera a crise de moradias na segunda metade da década de 1940. “*Como consequência, proliferaram soluções habitacionais promovidas pelos próprios trabalhadores: casa auto-empresada nas favelas e loteamentos periféricos.*” (Baltrusis, 2000, p. 65).

O Estado, a partir dos anos 1940, dá início à produção e financiamento de moradias, por meio das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Nesse período, o Estado toma para si a responsabilidade de criar moradias para os trabalhadores.

“*Com a Lei do Inquilinato de 1946, houve um congelamento dos aluguéis. Com esta medida, o Estado intervém na relação locador-inquilino e desestimula a produção de moradias de aluguel. Apoiada no tripé condução, loteamento popular e casa autoconstruída, a área urbana se expande horizontalmente, aumentando a chamada periferia.*” (Baltrusis, 2000, p. 66).

No período do Estado desenvolvimentista, que vai dos anos 1945 a 1964, acelerou-se ainda mais o processo de industrialização do Brasil. Com o final da

Segunda Guerra Mundial em 1945, produtos importados começam a ser produzidos no Brasil. Consequentemente acelerou-se também o processo de urbanização.

Nesse período é criada a Fundação da Casa Popular, que em 18 anos construiu 143 conjuntos habitacionais e 18.132 unidades.

Cresce a população das favelas e surgem no Rio de Janeiro, os primeiros programas de remoção de favelas, com recursos do exterior.

“Existiam duas posições no governo sobre as favelas. De um lado, um grupo ligado à Igreja Católica a Cruzada São Sebastião que procura urbanizar favelas e, ‘entre 1955 e 1960 realizou melhorias em nível de serviços básicos em 22 favelas, (...) financiou a urbanização de uma favela, urbanizou parcialmente uma outra, erigiu a Cruzada, na Praia do Pinto primeira e única experiência de alojamento na própria favela e ainda interferiu junto à administração contra o despejo de 3 favelas na cidade’. (Valladares, 1978, apud Baltrusis, 2000, p. 67).

Por outro lado, as autoridades municipais, propunham a remoção dos favelados para os Parques Proletários, através da Lei de Favelas.

Conforme o autor, a formação da periferia das grandes cidades no Brasil combina especulação de terras com omissão do poder público; parceria com empresas de ônibus, e auto-emprego da casa própria. Bonduki (1998) constata que

“a permissividade e omissão do poder público nos loteamentos periféricos não foi um acaso: fez parte de uma estratégia, não previamente traçada, mas que foi sendo circunstancialmente definida, de acordo com cada conjuntura, para não criar obstáculos ou para facilitar a obtenção de um resultado que foi se configurando: uma solução habitacional popular, barata, segregada, adequada para os baixos níveis de remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes dessem a sensação, falsa ou verdadeira, de estar realizando o que seria um sonho de propriedade.” (Bonduki 1998, apud Baltrusis, 2000, p. 68).

A partir de 1964 foi instituído o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e seu gestor, o BNH, através da Lei 4.380, de 21/08/1964. Uma das principais críticas ao sistema BNH, que durou 22 anos (1964-1986), é de que, em termos de unidades, predominou um maior número para a faixa de interesse social. No entanto, quando se considera os valores de financiamentos, verificou-se que a maior porcentagem de recursos foi canalizada para o mercado composto de famílias com renda mensal mínima de seis salários mínimos. Conforme RODRIGUES, 2003, estudos realizados na década

de 1980 destacavam que apenas 18% do FGTS foram destinados à habitação de interesse social.

Conforme Baltrusis (2000), de 1983 a 1986 o BNH se descapitalizava. Com os salários corroídos pela inflação e as prestações atualizadas pela correção monetária, os mutuários não conseguiam pagar as prestações. Em 1984 existiam mais de 350 mil mutuários inadimplentes. A crise do sistema culmina na “*extinção do BNH e a transferência de seus ativos e passivos para a Caixa Econômica Federal (CEF), através do Decreto-Lei 2.291, de 21/11/86*” (Baltrusis, 2000, p. 70).

A CEF tinha a meta de encontrar um equilíbrio financeiro no capital investido em habitação e para atingir esta meta era importante buscar o retorno do capital investido. Por esta razão, “*tornou-se muito difícil, por exemplo, dinamizar programas alternativos, voltados para os setores de menor renda e que exigiam elevado grau de subsídio*”. (Azevedo, 1996, apud Baltrusis (2000, p. 71).

No entanto, após o primeiro ano de extinção do BNH, as COHABs financiam 113.389 casas populares. “*Porém, no primeiro semestre de 1988 o número cai para 30.646. Isto aconteceu porque o governo federal criou medidas restritivas ao crédito das COHABs, alegando necessidade de controle das dívidas de estados e municípios.*” (Baltrusis, 2000, p. 72).

Paralelamente aos programas coordenados pela CEF desenhados para a iniciativa privada, a Secretaria Especial de Assuntos Comunitários desenvolveu programas habitacionais alternativos, que funcionavam com verbas orçamentárias a fundo perdido e se propunham a atender famílias com renda mensal inferior a 3 salários mínimos.

Durante o governo Collor, houve corte nos gastos públicos e sociais. Foram poucas as ações na área habitacional, que estiveram vinculadas neste período ao Ministério da Ação Social. “*A construção de unidades convencionais também continuou privilegiando setores populares de renda mais elevada*” (Azevedo, 1996, apud Baltrusis, 2000, p. 73).

Com a destituição de Collor, o governo de Itamar Franco adota políticas para a população de baixa renda como os Programas *Habitar Brasil*, voltados para municípios com mais de 50 mil habitantes e o *Morar Município*, para municípios menores, paralelamente ao Sistema Financeiro de Habitação. No entanto, a implantação do Plano Real provocou cortes de gastos nas ações do governo e conseqüentemente os programas propostos não foram adiante.

Todavia, conforme Azevedo (1996), citado por Baltrusis (2000), houve um avanço significativo no governo Itamar Franco ao propor a formação de Conselhos para gerir a política habitacional, que seriam compostos por representantes do governo e da sociedade civil e a criação de Fundos que permitiriam verbas constantes e específicas para habitação popular.

“Baseando-se no diagnóstico sobre o déficit habitacional elaborado pelo Instituto João Pinheiro que aponta a necessidade de se constituírem 4,6 milhões de novas moradias e de 5,3 milhões de moradias que necessitam de reformas ou infra-estruturas, o governo de Fernando Henrique criou as bases para novos programas de financiamentos para a população de baixa renda” (Baltrusis, 2000, p. 75). Dá-se prioridade á concessão de crédito direto ao comprador por meio das cartas de crédito.

As cartas de crédito tinham propósito de utilização para construção e reforma para quem possui terreno legalizado ou para aquisição de moradia pronta. Porém, esse Programa se constringe diante do problema de legalização de terrenos e moradias, pois nas cidades brasileiras mais da metade das áreas urbanas são ilegais. Além disso, é inadequado para famílias com renda muito baixa, pois estas não têm condições de conseguir Cartas de Crédito, a não ser que o Programa esteja articulado a outras políticas locais de regularização fundiária e de legislação urbanística que garantam o preço da terra acessível.

A falta de programas federais levou Estados e Municípios a formularem suas próprias políticas habitacionais voltadas à população de baixa renda.

No decorrer da segunda metade da década de 70, os movimentos reivindicatórios urbanos organizam-se para obter luz, água, esgoto, melhorias nos transportes e a posse

da terra nas favelas e ocupações, bem como regularização dos loteamentos ditos clandestinos.

Estes movimentos lutavam pelo direito à moradia e à cidade. Conforme Rodrigues (2003), mais de 150 mil eleitores subscreveram a emenda sobre Reforma Urbana entregue em 1987 em Brasília por representantes do Movimento Nacional pela Reforma Urbana de todo o Brasil, para ser incorporada à Constituição de 1988.

Na evolução das políticas públicas relacionadas à habitação, destacam-se dois marcos legais de renovação que vem dar novos rumos à questão. O primeiro refere-se à promulgação da Constituição Federal de 1988, que descentraliza a gestão do território aos municípios, bem como garante a moradia como direito. Artigo 6º: *São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

O segundo marco legal, e mais importante, refere-se à Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da Política Urbana da Constituição, estabelecendo instrumentos para o enfrentamento da necessidade de socialização do uso da terra urbana, dentre os quais se destacam: o planejamento das regiões metropolitanas; os planos diretores municipais participativos; o zoneamento ambiental; a instituição de zonas de interesse social (ZEIS); a regularização fundiária – concessão do direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóvel urbano, entre outros.

Os municípios brasileiros já estão se enquadrando ao Estatuto da Cidade. Na Cidade de São Paulo a implantação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, Lei nº. 13.430 de 13/09/2002 foi um passo importante para a efetivação de mudanças do quadro anteriormente exposto. No entanto, a implantação do Estatuto, depende do empenho das gestões administrativas; enfrenta o desafio da burocracia; necessita de recursos disponíveis e da consciência da população sobre os direitos adquiridos, entre tantos outros fatores, para se tornarem uma cultura assimilada e habitualmente praticada pela sociedade. Conforme MARICATO (2005),

“uma das conquistas mais importantes do governo Lula foi a formulação de um novo paradigma para estruturar a Política Nacional de Habitação com a ajuda do Conselho das Cidades e do Conselho Curador do FGTS (...). Essa construção foi inspirada na tese desenvolvida no Projeto Moradia, elaborado no ano de 2000, no Instituto Cidadania, que previa também a construção do Ministério das Cidades e a elaboração de uma Política Urbana com as propostas setoriais de saneamento, transporte/trânsito e planejamento territorial além da habitação. A estrutura da tese é relativamente simples e óbvia apesar de original: ampliar o mercado privado (restrito ao segmento de luxo) para que este atenda a classe média e concentrar os recursos financeiros que estão sob gestão federal nas faixas de renda situadas abaixo dos 5 salários mínimos onde se concentra 92% do déficit habitacional e a grande maioria da população brasileira.”

A nova Política Nacional de Habitação foi complementada pela regulamentação da Lei nº 11.124/2005 – que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Foi o primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular que aguardou quase 13 anos para ser aprovado no Congresso Nacional, o que aconteceu no ano de 2005. Conforme consta na Lei, o SNHIS tem o objetivo de viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Diferentes Programas Habitacionais são implantados pelo Ministério das Cidades a partir de 2005, em parceria com Estados e Municípios, voltados a diferentes necessidades e diferentes faixas de renda. Destacamos o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários; Programa Habitação de Interesse Social (de provisão habitacional), entre outros, destinados a famílias com renda mensal até três salários mínimos.

A CEF é o órgão operador que celebra os contratos de repasse em nome da União, acompanha e atesta a execução dos Programas.

Além dos Programas desenvolvidos para famílias com menor faixa de renda, também opera os Programas desenvolvidos com o FGTS para faixas de renda acima de três salários mínimos; do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e do Fundo de

Desenvolvimento Social, sendo o último voltado à população de baixa renda, organizada por cooperativas e associações.

A construção da nova política habitacional aqui mencionada não está totalmente consolidada. Conforme Maricato (2005), ela depende de um conjunto de esforços de vários órgãos dos diversos âmbitos governamentais para que o Sistema nacional de Habitação de Interesse Social mantenha seu caráter integrado e distributivo.

As Políticas Habitacionais representam o esforço do Poder Público nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal visando minimizar o déficit habitacional, tanto de novas moradias quanto de melhorias em termos de reformas e infra-estrutura. A implantação de políticas habitacionais visando à provisão de novas moradias acessíveis à população de baixa renda é uma das condições fundamentais para a redução do processo de expansão das favelas. A favela surge da necessidade de morar. Se não é possível comprar uma casa pronta e nem tampouco um terreno, no mercado formal, tem-se que buscar uma solução. Para milhares de brasileiros, a solução tem sido a favela.

Capítulo II - Um retrato das favelas no Brasil

1. Favelas nas grandes cidades brasileiras

Segundo estudo de Oliveira e Macier (1999), o termo “favela” tem origem no local do sertão baiano onde se encontravam os seguidores de Antonio Conselheiro, tendo-se difundido no Rio de Janeiro a partir da ocupação do Morro da Providência por soldados que voltavam de Canudos.

“Reconstituindo o processo no livro ‘Os morros cariocas no novo regime’, publicado em 1941, Dias da Cruz (apud Cabral, 1996:30), assim o descrevia: Terminara a luta na Bahia. Regressavam as tropas (...). Muitos soldados vieram acompanhados de suas ‘cabrochas’. Eles tiveram que arranjar moradas. (...)As cabrochas eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele estado. Falavam muito, sempre da sua Bahia, do seu morro. E ficou a Favela nos morros cariocas. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nascera a Favela, 1897.” (Oliveira e Marcier, 1999, p. 64-65)

“Foi apenas durante a segunda década do século 20 que a palavra favela teria se tornado um substantivo genérico, referindo-se não mais exclusivamente ao Morro Favella, mas designando um habitat pobre, de ocupação irregular e ilegal, em geral nas encostas.” (Abreu , 1994, p. 5 apud Pasternak, 2006, p. 179)

Alba Zaluar e Marcos Alvito (1999, p. 8-9) em seu livro *Um século de Favela*, resgatam um documento do Arquivo Nacional, de 4 de novembro de 1900: uma carta do delegado da 10ª circunscrição ao chefe de polícia, a respeito do Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro:

“Infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não há famílias no local designado, é impossível fazer o policiamento por enquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeteiros apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas. (...) Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram,

pois são edificados sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas.”

Conforme esses autores, a carta do delegado foi encaminhada a um assessor de chefe de polícia, acompanhada do seguinte parecer, datado de 8 de novembro de 1900: *“Parece-me que ao Sr. Prefeito devem ser pedidas, a bem da ordem e moralidade públicas, as providências que julgar necessárias para a extinção dos casebres e pardieiros a que alude o delegado”*. (Zaluar e Alvito, 1999, p 9)

A favela ficou registrada oficialmente como ‘área de habitações irregularmente ocupadas, irregularmente construídas, sem plano urbano, sem água, sem luz, sem esgoto’. De acordo com Zaluar e Alvito (1999), dessa precariedade urbana, decorrência *“da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o ‘outro’, distinto do morador civilizado*. (p. 8)

As favelas estão presentes em todas as regiões brasileiras. Conforme Suzana Pasternak (2006) elas representam mais de 3% da população. Conforme o censo demográfico, em 1991 havia 3.187 favelas. Pela contagem da população de 1996, as favelas subiram para 3.348 e no ano de 2.000 atingiram 3.906 assentamentos. O número de domicílios nos assentamentos subnormais é estimado em 1.650.548.

Os censos demográficos mostram que as favelas, os domicílios e a população moradora em favela vêm aumentando desde 1980 a taxas maiores que a população total.

“Entre 1980 e 1991, os domicílios totais para o país cresceram 3,08% ao ano, enquanto os favelados cresceram 8,18% anuais. No período seguinte, entre 1991 e 2000 – os domicílios totais aumentaram 3,05% anuais, enquanto os favelados tiveram uma taxa de incremento de 4,18%. A população favelada em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas, a de 1991, mais de 5 milhões, e a do ano 2000, em torno de 7,2 milhões. (Pasternak, 2006, p. 184)”

As tabelas abaixo demonstram a explosão de domicílios favelados na década de 1980, sendo que as maiores proporções desses domicílios encontram-se nas regiões norte e sudeste.

Tabela 1: Brasil. Domicílios totais e favelados, por grande região, 1980, 1991 e 2000, conforme censos demográficos

Região	Domicílios totais			Domicílios favelados		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Norte	1.219.496	2.376.607	3.353.764	12.721	97.760	178.326
Nordeste	8.036.803	10.920.830	13.911.413	69.974	286.130	306.395
Sudeste	13.761.346	18.839.621	24.699.909	357.330	675.846	1.038.608
Sul	4.826.030	6.598.962	8.509.284	30.077	73.325	110.411
Centro-Oeste	1.812.176	2.657.621	3.791.248	10.493	11.257	16.808
Brasil	2.657.831	41.395.632	54.267.618	480.598	1.141.324	1.650.548

Fonte: PASTERNAK, Suzana, 2006, p. 185

Tabela 2: Brasil. Proporção de domicílios favelados por grande região, 1980, 1991, 2000

Região	1980	1991	2000
Norte	1,04%	4,11%	5,32%
Nordeste	0,87%	2,62%	2,20%
Sudeste	2,60%	3,59%	4,20%
Sul	0,62%	1,11%	1,30%
Centro-Oeste	0,58%	0,42%	0,44%
Brasil	1,62%	2,76%	3,04%

Fonte: PASTERNAK, Suzana, 2006, p. 185

Tabela 3: Brasil. Taxas geométricas de crescimento dos domicílios totais e favelados por grande região

Região	Domicílios totais		Domicílios favelados	
	1980-1991	1991-2000	1980-1991	1991-2000
Norte	6,25%	3,90%	20,37%	6,91%
Nordeste	2,83%	2,73%	13,66%	0,76%
Sudeste	2,90%	3,06%	5,96%	4,89%
Sul	2,89%	2,87%	8,44%	4,65%
Centro-Oeste	3,54%	4,03%	0,64%	4,55%
Brasil	3,08%	3,05%	8,18%	4,18%

Fonte: PASTERNAK, Suzana, 2006, p. 185

Para a autora, falar de favela é falar da grande cidade no Brasil, pois a favela no país é um fenômeno predominantemente metropolitano. Surge como uma marca da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, mas também já se fazia presente em Salvador, Recife, Belo Horizonte; mais tarde em São Paulo e mais recentemente em Brasília, entre outras.

“O maior número de assentamentos favelados encontra-se no estado de São Paulo (1.269 em 1991 e 1.548 no ano 2000), seguido pelos estados do Rio de Janeiro (705 em 1991 e 811 no ano 2000) e Minas Gerais (248 em 1991 e 256 no ano 2000). Vale a pena lembrar que o maior número de assentamentos não implica diretamente no maior número de domicílios e de população favelada.” (Pasternak, 2006, p. 186).

Conforme Arlete Moysés Rodrigues (2003), a maior parte das favelas ocupa terras públicas, da União, Estado ou Município. Em geral as ocupações ocorrem nas ‘áreas verdes’ dos loteamentos - correspondentes aos 15% da gleba total deixada à Prefeitura pelos loteadores, conforme as normas legais. Na maior parte das vezes são as piores áreas da gleba. Locais de maior declividade, beiras de córregos, as mais insalubres, etc., o que também explica porque as favelas ocupam as ‘piores’ terras, as que apresentam maiores problemas de enchentes e de desabamentos.

Rodrigues (2003) nos mostra que a atuação do Estado nas favelas tem sido, ao longo dos anos, marcada por duas propostas básicas. De uma forma, a erradicação da favela, através da remoção dos moradores e a liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados, que sem dúvida interferem no preço da terra das imediações. Ao remover a favela, remove-se um dos obstáculos para aumentar o valor da terra, e ao mesmo tempo se leva para mais longe os seus moradores e sua pobreza. De outra forma, outra possibilidade tem sido a permanência da favela, com a erradicação de algumas de suas características – urbanização e melhorias com introdução de infra-estrutura (água, luz, esgoto, sanitário) e com a melhoria do viário, tornando-os mais amplos para circulação de veículos. A urbanização prevê a permanência da população na área ocupada, porém com modificações substanciais em sua aparência e legalidade. Esta atuação também altera a dinâmica do preço da terra, propiciando - pela retirada das características da favela - um aumento de renda aos proprietários das áreas vizinhas.

O termo favela, de acordo com o IBGE, é concernente a um aglomerado de pelo menos 51 domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – que ocupam terrenos não pertencentes aos moradores. *“O que distingue a favela de outros locais de moradia, também sem infra-estrutura é a natureza da ocupação das terras. Os mais variados termos são utilizados: invasão de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano.”* (Rodrigues, 2003, p.36)

Como afirmam Leeds & Leeds (1978), citado por Pasternak,

“(...) o único critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia é o fato de constituírem uma ocupação ‘ilegal’ da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra, nem no seu aluguel aos proprietários legais.” (2006, p. 181)

Dessa forma, o conceito de favela que se mantém, é o que se refere aos seus ocupantes como proprietários de terra ilegítimos, ou seja, sujeitos de uma ocupação irregular do ponto de vista jurídico, que ocupam terra de propriedade alheia, sem permissão.

As definições que se referiam às características do barraco estão mudando, já que os barracos de madeira, ou construídos com sucata, têm sido gradativamente substituídos por blocos.

O fato de ser a ocupação individual ou coletiva, passiva ou conflituosa também não define a favela. As formas de invasão têm variado no tempo e no espaço, tanto coletiva e organizadamente quanto individual e gradualmente.

As favelas das grandes cidades apresentam, de modo geral, características diversas das favelas das décadas de 1970 e 1980. Naquela época os moradores lutavam por água e luz. As favelas eram precárias em termos de infra-estrutura. Atualmente, as favelas minimamente consolidadas contam com serviços de água e luz, mesmo que irregulares no seu interior (‘gatos’). A maioria das casas tem sido de alvenaria. Em alguns setores podem também ser encontradas casas grandes, sobrados, garagens e comércio. Com o advento do Estatuto da Cidade, muitas favelas localizadas em áreas públicas, aquelas que segundo a Lei têm direito, já obtiveram ou estão em vias de obter regularização fundiária por meio da Concessão de Uso Especial para fins de moradia.¹⁰

Apesar da Concessão de Uso, no entanto, os moradores de favelas não são proprietários jurídicos das terras que ocupam. Assim, continuam sendo vistos pela

¹⁰ A Concessão de Uso Especial tem amparo no art. 183 da Constituição Federal. A Medida Provisória Nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, foi editada nos seguintes termos: Art. 1º- Aquele que, até 30 de junho de 2001, possui como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

sociedade brasileira como ‘invasores de terras’. Por sua vez, a população que não têm renda para acessar a terra pelos meios legais, resiste para garantir sua sobrevivência, ou seja, “(...) *contestam as formas institucionais que regem o direito ao uso do solo urbano, na medida em que pela necessidade de morar, de sobreviver, ocupam cotidianamente um pedaço de chão.*” (Rodrigues, 2003, p. 39)

Outra característica que vem se alterando a respeito de favelas é a que se refere à forma de ocupação: vielas de traçado irregular estão se transformando em vielas que muitas vezes permitem a passagem de veículos. Esta mudança está vinculada à urbanização e às melhorias das favelas, desenvolvidas pelo Poder Público, com a introdução de alguns serviços básicos como luz e água, implantados pelas concessionárias.

Sobre a característica relacionada ao tamanho das favelas, encontramos em Pasternak uma descrição:

“O tamanho dos aglomerados depende diretamente da topografia da cidade e do tipo de terreno disponível para invasão. Em São Paulo, as favelas ocupam, geralmente, terras de uso comum de loteamentos, glebas pequenas, quando comparadas com as do Rio de Janeiro, nas quais as favelas galgam morros, ou Salvador, onde invadem o mar.” (Pasternak, 2006, p. 182).

A respeito da casa, em geral é de propriedade do morador, mas somente no que se refere à sua construção, que tanto pode ter sido comprada, como ter sido construída através do processo de autoconstrução. Nesse sentido, Pasternak (2006) esclarece que os dados censitários tem sido objeto de controvérsia. Pelo censo de 1980 não é possível separar domicílios totalmente próprios daqueles em que unicamente a construção é própria. Já o censo de 1991 apresenta a variável ‘localização’, com as categorias casa ou apartamento (isolado ou em condomínio), em conjunto popular e em aglomerado subnormal.

As estatísticas de favelas variam bastante, dependendo da forma como ela é definida e como se procede a mensuração desse fenômeno, cujo conceito e características sofrem variação de cidade para cidade. É certo que tais variações podem provocar distorções nas estatísticas. Por esta razão Pasternak nos convida a uma reflexão:

“Creio que é o momento de discutir o conceito de favela: devem ser incluídas na mensuração ocupações urbanizadas, ou seja, com posse de certa forma reconhecida pelo poder público? E as ocupações efetivamente legalizadas deixam de ser favelas? Se a ilegalidade da ocupação anteriormente significava risco de expulsão, hoje isso teria o mesmo significado, dado que a política majoritariamente vigente é a de urbanização e manutenção das pessoas no assentamento, sempre que possível? Os dados empíricos disponíveis mostram que as condições de infra-estrutura física nas favelas aproximam-se das condições da maioria das casas urbanas, com água potável, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica. O tipo de habitação predominante, ao menos nas áreas urbanas menos pobres, como São Paulo e Rio de Janeiro, já não é o casebre de madeira. O arruamento é distinto das áreas formais, mas muitas vezes, existe numeração e endereçamento. O que significa morar em favela atualmente?” (2006, p. 183)

2. Favelas no Município de São Paulo

Embora no Brasil as favelas sejam utilizadas como ‘solução’ habitacional desde o final do século XIX, na cidade de São Paulo, considera-se que as primeiras favelas surgem por volta da Segunda Guerra Mundial, nos anos 1940, e começam a se tornar mais visíveis quando se expande o processo de industrialização-urbanização.

“(...) a partir da década de 50 passam a ser reconhecidas como “problema”. Problema este que, ao longo do tempo, tem sido visto de várias formas: a) como local de marginais – nessa visão é necessário se acabar com as favelas para acabar com os marginais; b) como local onde se conseguem votos – nessa visão é necessário visitar os favelados, fazer promessas, tratá-los como iguais (porque seus votos valem o mesmo que o dos outros); c) como resultado do processo de migração e os favelados vivem desta forma, porque estão se ‘integrando’ no meio urbano, ‘criam’ um lugar que lhes lembram o campo. Segundo essa visão é preciso treinar, educar os favelados a fim de que se integrem no meio urbano, passem gradativamente para uma casa de alvenaria, familiarizem-se com os serviços urbanos para serem, no futuro, incorporados ao mercado de trabalho e à cidade. (...) A favela é ilegal, o que leva também a uma aceitação às remoções, como na música de Adoniram Barbosa ‘Saudosa maloca... Vieram os homens com as ferramentas, o dono mando derrubá. Os homens estão com a razão, nós arranja outro lugar’. Ao mesmo tempo que há resistência para remoções, há também a aceitação de sair porque a terra é de outro dono que não é favelado.” (Rodrigues, 2003, p. 37-38)

A partir das décadas de 1970 e 1980, no entanto, a população moradora em favelas aumentou muito em São Paulo. O levantamento da Prefeitura, realizado em 1973, indicou que cerca de 70 mil habitantes (1% da população do município) moravam

em favelas. Entretanto, uma nova pesquisa realizada pela Prefeitura em 1987, revelou que os habitantes de favelas chegavam a 812 mil, (9% da população do município)

No município de São Paulo, o número de favelas, de domicílios e de população moradora em favela varia conforme a fonte de dados utilizada. Isto é, existem diferenças entre as estimativas baseadas nos censos e os resultados de pesquisas da Prefeitura. Como informado anteriormente, tais diferenças estão relacionadas com as definições de favela e as metodologias utilizadas.

Pelas pesquisas do Cadastro de Favelas da Prefeitura de São Paulo, o número de favelas em 1973 era de 542, subindo para 1.239 em 1980. Nessa última data, o censo informava 188 favelas no município. É necessário lembrar que o censo computa apenas aglomerados de mais de 50 unidades e mistura os chamados setores subnormais com os normais.

Em 1993, a Prefeitura de São Paulo contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE da USP, para a atualização do número de favelas e de moradores em favelas. Essa estimativa forneceu a cifra de 1.901, um número muito maior do que os dados de favelas de 1991 e mesmo de 1996 do IBGE.

Conforme Suzana Pasternak (2006), um trabalho do Centro de Estudos da Metrópole – CEM utilizou a cartografia de favelas produzida e atualizada periodicamente pela HABI/SEHAB em São Paulo e os mapas digitais dos setores censitários de 1996 (do IBGE). Desse modo foi atualizada a base cartográfica de favelas do município, sendo que, esta atualização indicou um intenso processo de crescimento dos perímetros de favelas em certas partes da cidade, mas indicou também importantes desfavelamentos em outras partes. O número total de favelas passou de 2000, sendo que, pelo IBGE, no mesmo ano São Paulo teria 612 aglomerados. Como resultado, chegaram a uma estimativa de 196.389 domicílios e 891.673 pessoas nas favelas de São Paulo em 1991, e no ano de 2000, de 286.954 domicílios e 1.160.590 pessoas nas favelas paulistanas.

Contudo, qualquer que seja a estatística utilizada, percebe-se que a população das favelas de São Paulo tem crescido a taxas superiores às da população total do município. Conforme Eduardo Marques, Haroldo Torres e Camila Saraiva (2003), esse

crescimento está relacionado à expansão da área total e ao aumento da densidade média das favelas por hectare. Com esses dados, podemos concluir que, além do crescimento da área ocupada pelas favelas, elas estão mais densas, seus espaços antes vagos ocupados, e as moradias vêm se verticalizando.

A aparência de eterno canteiro de obras, tal como a periferia pobre da cidade, mantém-se nas favelas. Cenário de casas em construção, ampliações (os ‘puxadinhos’), batimentos de laje para poder ampliar na vertical quando o adensamento da favela não permite ampliar para os lados, frente, ou fundo. É preciso ampliar para acolher os parentes que chegam ou a filha que casa.

Em sua maioria, as favelas “*estão localizadas em áreas non edificante, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d’água.*” (Saraiva e Marques, 2005, p. 143). Assim, tanto a localização como o crescimento da população moradora em favela dá-se, fundamentalmente, em zonas de preservação ambiental, tanto em zona de mananciais como na região montanhosa ao norte de São Paulo.

Conforme Pasternak (2006) há quase 10 distritos, entre os 96 da cidade de São Paulo, com mais de 20% da população sendo moradora em favelas. A maior concentração encontra-se nos distritos da região sul.

Com base no Cadastro de Favelas de 1973, nos dados dos censos demográficos do IBGE de 1991 e 2000, na pesquisa FIPE e em outras fontes, Pasternak (2006) nos mostra que alguns mitos sobre a favela são anulados pelos dados. Por exemplo, a favela como local de moradia sem infra-estrutura básica. A casa da favela do ano 2000 é servida por energia elétrica (mais de 99%), água potável (próximo de 98%) e coleta de lixo (mais de 80%). Em relação à infra-estrutura, o ponto crítico da moradia da favela está no destino dado aos dejetos domésticos, pois apenas 51% das casas estavam ligadas à rede de esgotos no ano 2000, o que dista da proporção municipal que é de 87,84%.

Em relação às condições de ocupação, observa-se uma contínua melhoria. Em 1973 predominavam as casas com cômodo único, e no ano 2000 apenas pouco mais de 1% dos domicílios eram assim, sendo que 84% possuem mais de dois cômodos.

Assim, percebemos que, em relação à infra-estrutura, os resultados espelham o esforço, nas últimas décadas, para a integração dos assentamentos favelados nos serviços urbanos, e um investimento da população moradora em favela na melhoria de sua moradia, revelando um progresso relativo desses espaços.

Um segundo mito sobre a favela tratado por Pasternak (2006) corresponde à população - “favelada” -, ou à idéia que favela é o lugar da pobreza, território dos pobres, tradução espacial da exclusão social.

“No imaginário popular, bastante preconceituoso, o favelado seria negro, nordestino, desocupado e marginal. Os dados indicam que a população da favela tem menor proporção de brancos que a população do município como um todo: para a população paulistana, o porcentual de negros e pardos atingia 29% em 1991; nas favelas, no mesmo ano, ele era de 53%. Embora os favelados sejam, majoritariamente, migrantes nordestinos (70% dos favelados migrantes vieram do Nordeste), eles não são migrantes recentes. Assim, o percurso dos favelados distancia-se daquele pensado pelo imaginário popular, que era um percurso direto da zona rural nordestina para a favela paulistana. Não raro, o favelado experimentou situação habitacional distinta da favela em São Paulo, geralmente casa alugada. A impossibilidade de pagamento do aluguel ou de permanência em casa de parente condicionam a ida para a favela.” (Pasternak, 2006, p. 195)

A autora desmistifica a idéia de que o favelado é “desocupado”, quando argumenta que a existência de empregados com emprego formal e carteira assinada é semelhante nas favelas e na população da capital como um todo.

“O favelado é, antes de tudo, um trabalhador pobre: em 1980 os chefes eram prioritariamente operários industriais; já em 1993, predominam, na favela e fora dela, os empregos terciários. A renda média da população favelada acima de 10 anos de idade foi de 2 salários mínimos, em 1991.” (Pasternak, 2006, p. 195)

Segundo a autora, a favela atual não abriga apenas os miseráveis, mas muitas famílias que antes usufruíam outro tipo de domicílio, sobretudo a casa alugada. A pauperização de setores da baixa classe média trouxe novos grupos sociais para a favela.

A comparação da posse de bens de consumo entre ‘favelados’ e ‘não favelados’ no município de São Paulo é surpreendente.

“Além dos básicos, fogão, rádio e geladeira, a presença maciça da televisão em cores marca tanto a casa como a paisagem da favela: o aparelho domina a sala e as antenas fornecem um visual característico do assentamento. Há, proporcionalmente, mais televisões nas favelas de São Paulo que no Brasil como um todo, assim como videocassetes. Aparelhos de som, máquinas de lavar, microondas e mesmo microcomputadores podem ser encontrados com relativa freqüência.” Pasternak (2006, p. 196)

Ainda do ponto de vista do consumo, os ‘favelados’ não são um enclave separado. Conforme a autora, eles incorporam-se ao mundo econômico. São consumidores de produtos industriais – novos e usados – e consumidores de serviços. Compram cimento, tijolos, conduítes, madeira e outros materiais para construir suas casas, depois compram os móveis prontos, de linhas mais populares, porém vendidos pelo comércio varejista da cidade. Trata-se de uma população com poder aquisitivo reduzido, mas completamente integrada na vida urbana.

O terceiro “mito”, segundo Pasternak faria da favela um espaço homogêneo, tanto para uma análise sociológica como para uma atuação política. A esse respeito, a autora esclarece que é *“claro que existem fortes diferenças na estrutura física: favelas precárias ou consolidadas, de ocupação recente ou antiga, em terrenos planos ou acidentados, no centro ou na periferia. Mas raramente têm se estudado a heterogeneidade e a diversidade social dentro e entre favelas.”* (2006, p. 196)

Vê-se que, em se tratando de São Paulo, esses “mitos” correspondem parcialmente à realidade empírica. *“Há especificidades tanto no espaço como na população favelada. Mas há também muitas comunalidades. Enfim, as favelas se integram ao espaço urbano e têm diversidades dentro e entre si. Seus habitantes são trabalhadores que produzem e consomem, como outros que moram em distintos segmentos do tecido urbano.”* Pasternak (2006, p. 197)

Capítulo III - A ocupação das várzeas na cidade de São Paulo e o “Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale” – PROCAV II

1. Configurando a ocupação das várzeas, a questão sócio-ambiental e as obras públicas

A cidade de São Paulo está localizada na bacia hidrográfica do Alto Tietê. Por esta razão, é cortada por uma densa rede natural de rios e córregos. Utilizamos um relatório elaborado pelos pesquisadores Margaret Keck e Pedro Jacobi para ilustrar a localização do município em relação à bacia hidrográfica:

“A área da bacia hidrográfica do Alto Tietê é quase idêntica à da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com 5.985 km² e 34 municípios.(...) É a principal fonte de abastecimento público da RMSP. A bacia ocupa apenas 2,7% do território paulista, mas concentra quase 50% da população do estado. Em 2001, a população residente na bacia era de aproximadamente 17,5 milhões de pessoas, 60% das quais viviam no município de São Paulo.” (Jacobi e Keck, 2002)

Os problemas da bacia são muito complexos. Isto decorre principalmente do fato da Região Metropolitana de São Paulo ser uma das áreas de maior adensamento urbano-metropolitano do mundo. Os problemas enfrentados são de ordem diversa. Em alguns municípios o problema central é a proteção de mananciais, incluindo aqueles que quase todo o espaço urbano está localizado dentro da área de proteção. Há outros onde os problemas principais são as enchentes e a qualidade da água, dificultando o abastecimento.

A cidade de São Paulo nasceu, entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. *“Naquele momento, as Vilas que se encontravam distantes dos cursos d’ água tinham pouca chance de se manter, caso da Vila de Santo André, que chegou a ser erradicada por sua distância de quaisquer rios”* (Prado Junior, 1972, apud Travassos e Grostein, 2003, p. 3)

Um dos projetos pioneiros de obras públicas que merece destaque é o elaborado por Prestes Maia em 1929, o Plano de Avenidas, que tem por concepção a ocupação das várzeas com avenidas, compondo o sistema viário principal da cidade.

O processo de urbanização na cidade de São Paulo revela que a ocupação dos fundos de vale com avenidas tornou-se uma prática recorrente da administração pública paulistana. Inúmeras obras viárias foram realizadas na forma de ‘avenidas de fundo de vale’ a partir dos anos 1970, depois de concluídas as Avenidas Marginais dos Rios Tietê e Pinheiros. No entanto, elas não foram construídas a partir de um plano urbanístico, e por isso formaram, precariamente, grande parte do sistema viário principal da cidade, reforçando a premissa da conjugação entre obras de saneamento e circulação. São exemplos desta fase as avenidas: Aricanduva, Pirajussara, Luis Inácio de Anhaia Melo, entre outras.

A supremacia do automóvel particular atribuída pelos governantes paulistanos após 1964, favorece os proprietários de automóveis com a construção de grandes avenidas, reproduzindo o padrão que se estabelecia especialmente nos Estados Unidos. O transporte coletivo sobre trilhos como o trem e o bonde ficam em segundo plano e começam a se deteriorar. Essa supremacia também pode ser observada com o crescimento da indústria automobilística na Região Metropolitana de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970.

Conforme exposto em capítulo anterior, a evolução da ocupação do espaço urbano de São Paulo em direção à periferia e aos municípios vizinhos explicita a tendência à expulsão da população trabalhadora da região central e sua segregação espacial em áreas mais distantes da cidade. O processo de periferização é acompanhado pelo agravamento das condições de circulação e drenagem.

Apesar de protegidos desde 1967 pelo Código Florestal, os fundos de vale e as várzeas urbanas têm sido ocupados de maneira inadequada. Ao tratar a questão da “insustentabilidade” do espaço urbano, Grostein (2001) destaca duas situações na origem dos problemas ambientais das cidades brasileiras: “*as estratégias de sobrevivência da população pauperizada, por falta de opção de moradia, e os problemas resultantes das opções de projetos e obras de estruturação da cidade pelo poder público.*” (Travassos e Grostein 2003 p. 7)

Conforme também já apresentado em outro capítulo, a população pauperizada ocupa, por falta de alternativa, as sobras dos espaços ‘deixados’ pelos loteadores, normalmente os piores locais dos terrenos, como por exemplo, as margens de córregos, locais sujeitos a enchentes, terrenos com alta declividade e erosão acentuadas, onde se formam as favelas.

Torna-se necessário esclarecer, por conseguinte, como a ocupação das margens dos córregos por favelas, bem como pelo Poder Público, podem prejudicar o meio ambiente, e como as famílias que ali moram são impactadas.

A vegetação ao longo dos rios, chamada mata ciliar, tem papel fundamental no ecossistema.

“Podemos citar pelo menos quatro funções importantes relacionadas às matas ciliares: (a) minimização das enchentes a jusante através da fricção, efeito esponja e elevadas taxas de evapotranspiração; (b) controle do assoreamento por reter sedimentos; (c) fontes de matéria orgânica para peixes e demais organismos fluviais; (d) habitat para espécies significativas (Pellegrino, 2000). Em São Paulo, estas funções raramente foram quantificadas, ou consideradas, nos diversos projetos de drenagem, as poucas experiências do gênero são atuais e se concentram em área de proteção de mananciais.” (Travassos e Grostein, 2003, p. 12)

Com o passar do tempo, e com o crescimento irregular da cidade, a vegetação das margens dos rios e córregos foi sendo removida, afetando o ecossistema. Cortes e aterros inadequados do solo também contribuíram para que ocorressem a erosão e o assoreamento dos córregos.

Outro problema alia-se a esses: a construção de edificações nas várzeas dos córregos e rios, resultando na diminuição da seção de vazão dos leitos e na poluição das águas.

“Com tal crescimento, com telhados, cimentados e outras pavimentações, impedindo a infiltração de água no solo, diminuiu-se o tempo de concentração nos leitos das águas precipitadas nas bacias e aumentando-se a quantidade das águas superficiais que, em seu trajeto, cada vez mais, foram recebendo esgotos domiciliares e de outras origens.” (Plano de Gestão de Drenagem do Município, 1997, citado por Elias, 2001, p. 73)

Há duas formas de se lidar com o problema das inundações nas bacias hidrográficas urbanas: as soluções estruturais e as não-estruturais.

“São classificadas como estruturais quando há intervenção através de obras de infra-estrutura no leito do rio ou várzea e como não-estruturais quando há a implantação de um conjunto de ações sobre o uso e ocupação do solo. No primeiro caso, estão as obras hidráulicas, como diques, barragens e canalizações; no segundo caso, as medidas preventivas, como controle na ocupação das várzeas, programas de educação ambiental, entre outras. As soluções estruturais envolvem custos maiores que as não estruturais (Tucci, 1995, apud Travassos e Grostein, 2003, p. 10)

Em São Paulo, as soluções que vêm sendo empregadas na diminuição das enchentes são basicamente estruturais, como a canalização de córregos e a construção de reservatórios ou ‘piscinões’.

Para as autoras Travassos e Grostein, o estudo das ocupações e seus impactos é imprescindível para embasar a implementação de soluções alternativas para a ocupação, apropriação social e preservação desses ecossistemas, quando inseridos no espaço urbano.

Todavia, em relação às ocupações das várzeas, há conflitos de interesses e disputa pelos espaços por diferentes grupos, como por exemplo: (a) os que defendem os interesses do mercado imobiliário; (b) os que defendem o meio ambiente e a preservação do ecossistema; (c) os moradores que tentam assegurar sua permanência nas áreas da favela, pois lá consolidaram sua moradia.

2. O PROCAV II e o Plano Diretor de Reassentamento - PDR

Criado em 1987, no governo municipal de Jânio Quadros, o PROCAV nasceu com o objetivo de *“aliviar problemas de inundações e do meio ambiente em pontos críticos do município de São Paulo, assim como melhorar as condições de tráfego na área do Programa, mediante a realização de obras de microdrenagem e a construção de vias públicas em aproximadamente 12 córregos.”* (Contrato de Empréstimo, Anexo A, 1987, citado por Elias, 2001, p. 74)

Segundo Relatório de Término de Projeto (2007), esta foi a primeira etapa do Programa, que durou sete anos, sendo portanto concluída em 1994. O custo das obras

foi de U\$ 249 milhões, sendo realizadas com recursos de diferentes origens: da Prefeitura de São Paulo (49%), do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (31%) e da Caixa Econômica Federal – CEF (20%). As obras de canalização foram realizadas em nove córregos da cidade: Tiquatira, Mooca, Jaguaré, Cabuçu de Baixo, Morro do S, Mongaguá, Lauzane, Gamelinha e Uberaba. Foram executados 27.900 metros de canalização e 23.800 metros de vias públicas.

No período de 1987-1989, foram reassentadas em Conjuntos Habitacionais 837 famílias; no período de 1991-1992, das 590 famílias removidas, 59% receberam indenização e 41% foram reassentadas em conjuntos habitacionais. Assim, do total de 1427 famílias que foram atingidas, 24% - 342 famílias – não tiveram assegurada, na primeira fase do PROCAV, a moradia por meio de um Programa Habitacional.

A indenização ocorreu por meio da Verba de Atendimento Habitacional do Município, correspondendo a um valor mínimo, insuficiente para a família adquirir uma casa dentro dos padrões regulares de aquisição de imóvel. Normalmente a família termina comprando ou construindo outro ‘barraco’ em área pública municipal.¹¹

O PROCAV II teve início em 1995. Para implantação do Programa, a Prefeitura buscou captação de recursos complementares, e celebrou junto ao BID um novo contrato de empréstimo, para o financiamento da segunda etapa do projeto de microdrenagem da cidade de São Paulo. Esse contrato foi estimado em U\$ 544 milhões, e o BID passaria a financiar aproximadamente 55% do Programa.

Segundo o Relatório de Término de Projeto (2007), ele foi previsto para durar entre 4 e 5 anos. No entanto, sua complexidade foi subestimada e acabou encerrando em 2007. Em decorrência, o custo total do PROCAV II, após os 12 anos de intervenção, foi de U\$ 693 milhões, ficando o financiamento com o BID em U\$ 302 milhões (44%) e o restante U\$ 391,6 milhões (56%) a cargo da PMSP.

¹¹ A VAH foi criada em 1988, pela Lei nº 10.513/88 e regulamentada pelo Decreto nº 28.982/90 e pela Portaria 62/93, com o intuito de propiciar condições ao poder público municipal de atender famílias que se encontravam em situação de emergência ou em área de risco, com a finalidade de adquirir barraco até um valor de 45 UFMs (US\$ 1.200). Existem outros Decretos e Portarias posteriores aos citados que regulamentam o uso da verba. Atualmente, este recurso ainda é utilizado pela PMSP para atendimento de famílias em situações de emergência, risco ou motivo de obra pública. Uma das formas de utilização desta verba é chamada Verba de Apoio Habitacional, que consiste em ajuda financeira no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a família, que acaba ocupando outra área de risco, já que não consegue, com este valor, adquirir moradia em local mais adequado.

Inicialmente o PROCAV II previa a realização de obras em 13 córregos, em um total de 44.582 metros de canalizações e 46.301 metros de vias públicas. Em 1997 houve uma revisão do Programa em função da alteração de prioridades e interferências na execução das obras. Foram então excluídos 3 córregos, e incluídos 8 reservatórios. Em 2002 ocorreu a última revisão, totalizando 11 córregos canalizados, 34.580 metros de canalizações e 37.660 metros de vias públicas, além dos 8 reservatórios que já haviam sido incluídos.

Dessa forma, as obras foram realizadas em 6 córregos localizados na zona leste: Aricanduva, Franquinho, Inhumas, Itaquera, Machados e Taboão; 4 córregos localizados na zona norte: Cabuçu de Baixo - jusante e montante, Guaraú, Mandaqui e Pedras; e 1 córrego localizado na zona sul: Pirajussara.

Dos reservatórios construídos, 5 estão localizados na zona leste: Aricanduva I, Aricanduva II, Aricanduva III, Caguaçu e Limoeiro; e 3 estão localizados na zona norte: Guaraú, Bananal e Pedras.

Para a realização das obras, favelas foram extintas ou reduzidas, e 3.698 famílias foram reassentadas em conjuntos habitacionais. Quanto aos demais componentes do PROCAV II, podemos citar a implantação de 31 praças e 627 processos de desapropriação.

Além do reassentamento de famílias em Conjuntos Habitacionais, foram previstas obras de urbanização, que ocorreram nos seguintes núcleos de favela: Vitotoma Mastrozoza, situada ao longo do córrego Machados; Haia do Carrão e Santo Eduardo, às margens do córrego Taboão. As favelas urbanizadas também receberam, além das obras de canalização, viário e infra-estrutura básica, a construção de prédios e casas para a relocação de parte das famílias na própria área.

Para gerenciar o Programa em todas as suas dimensões, foi instituído em 1987 pelo Decreto nº. 23.440 o GEPROCAV - Grupo Executivo do Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social.¹² Ficou a cargo da Secretaria de Vias Públicas - SVP a responsabilidade pelo gerenciamento das obras e a

¹² Decreto do Prefeito Jânio Quadros, constitui o Grupo Executivo – GEPROCAV, cujo coordenador geral é o Secretário Municipal de Vias Públicas. Do Grupo Executivo, fazem parte representantes de outras Secretarias Municipais envolvidas: Finanças; Negócios Jurídicos; Planejamento; Habitação.

coordenação do Programa, desde a primeira etapa. As obras determinavam os prazos, os fluxos, as prioridades, o cronograma, devendo as outras dimensões do Programa se adequar às obras de canalização e viário.

Com a finalidade de dar diretrizes para a remoção e o reassentamento de famílias que habitavam os núcleos de favelas às margens dos córregos, cujas moradias seriam atingidas pelas obras de canalização do PROCAV II, foi elaborado o Plano Diretor de Reassentamento - PDR.

Em maio de 1994, o Secretário da Habitação publicou uma Portaria¹³ criando, no âmbito do PROCAV II, o Grupo Executivo de Gerenciamento do Reassentamento das Famílias Beneficiadas e da Urbanização de Favelas Remanescentes, com a finalidade de coordenar junto ao GEPROCAV as seguintes atividades: desenvolvimento de estudos e projetos relacionados aos conjuntos habitacionais necessários ao reassentamento das famílias; acompanhamento da execução das obras de produção habitacional; desenvolvimento e implementação de toda a sistemática de remoção de reassentamento das famílias, bem como do monitoramento do reassentamento habitacional; articulação com outras Secretarias Municipais para definição das atividades a serem conveniadas; estabelecimento de um sistema específico de monitoria do PROCAV II que permitisse realimentar o planejamento das atividades programadas; supervisão e compatibilização entre o cronograma físico e financeiro, adotando providências relativas à rápida tramitação e soluções dos processos referentes aos assuntos de sua competência.

O Grupo Executivo da SEHAB era constituído por um coordenador executivo e equipes de planejamento, obras, projetos, atendimento habitacional e de finanças, formadas basicamente por engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e sociólogos. O trabalho social foi desenvolvido pela equipe de atendimento habitacional.

Em relação a esta última atribuição do Grupo Executivo da SEHAB, salientamos a questão da compatibilização do componente habitação, e tudo o que nele implica, ao cronograma físico e financeiro das obras de canalização e viário. Deste modo, existiram situações em que o desenvolvimento das obras de canalização e viário estava à frente das obras de habitação. Esse descompasso chegou a determinar, em alguns momentos, a

¹³ Portaria nº 324/SEHAB. G/94.

remoção e reassentamento de famílias em ritmo acelerado, comprometendo a qualidade do trabalho social que antecedia as mudanças.

A mesma Portaria que cria o Grupo Executivo da SEHAB também determina a criação de um Comitê Consultivo, junto ao Coordenador Executivo, tendo por objetivo a implementação e manutenção de um canal de comunicação e consulta contínua entre a população a ser afetada pelas obras do PROCAV II e o Poder Público. Conforme diretrizes do Programa, o Comitê deveria ser integrado pelo Coordenador Executivo, por um representante do GEPROCAV, por representantes legitimados pela população a ser atingida pelas obras e por ONG's voltadas para questões habitacionais, atuantes na área do PROCAV. *“Este Comitê foi montado a partir da identificação, nos núcleos de favela, das lideranças locais, que foram chamadas para reuniões com o representante da HABI no GEPROCAV. As reuniões tinham como objetivo expor os cronogramas de obras.”* (Elias, 2001, p. 89)

Se considerarmos a tradição autoritária da sociedade brasileira, a constituição de um comitê dessa natureza pode refletir um avanço. No entanto, pelo fato de ser instituído como consultivo e não deliberativo, fica claro o caráter restrito de participação que se pretendia dar ao Comitê, tanto que, com o decorrer do tempo, a participação de representantes dos moradores das favelas foi diminuindo. As reuniões foram perdendo o sentido, já que, na prática, ocorriam apenas para prestação de informações por parte da Prefeitura sobre os cronogramas de obras, principalmente quando os cronogramas não apresentavam novidades por vários meses consecutivos. Assim, o Comitê acabou sendo extinto pelo coordenador executivo do Grupo Executivo da SEHAB.

Consta do PDR que, do total de favelas do município, 1/3 é passível de enchentes, e que metade das que estão localizadas na região leste estão sujeitas a esse fenômeno. É ressaltado também que, nas regiões leste e norte, estão concentradas as favelas com alto índice de erosão.

Os dados acima são apresentados como justificativa da intervenção proposta pelo PROCAV II, mas, conforme Elias (2001) há outro motivo.

“(…) retirar os núcleos de favela provoca o desassoreamento dos córregos, o que faz aumentar a drenagem das águas, evitando as enchentes nos bairros

em torno dos córregos. Soma-se a isso a construção de vias (avenidas, ruas) que integram os projetos de canalização, com a conseqüente valorização da região, o que é de grande interesse para os especuladores imobiliários.” (p. 84)

O PDR do PROCAV-II tinha como objetivo principal reassentar as famílias faveladas a serem afetadas pelas obras de canalização dos córregos e implantação de sistema viário, e desta forma:

“(a) ‘contribuir’ para uma solução habitacional, ‘a mais definitiva possível’ - Conjunto Habitacional ou reassentamento na própria favela urbanizando-a, se for o caso - para uma ‘população favelada’ que atualmente habita áreas marginais aos cursos d’água, ‘sujeitas a enchentes periódicas’, com reflexos nas suas condições de vida, especialmente no que se refere à saúde; b) contribuir para uma ‘melhoria da qualidade de vida’ dessas populações a serem reassentadas, ‘facilitando’ o acesso das mesmas aos equipamentos educacionais, de saúde, e de infra-estrutura básica; c) contribuir, desde que atingidos critérios mínimos à urbanização de favelas, para a melhoria das condições de vida de suas populações remanescentes e reassentadas na própria favela.” (Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV-II, p. 22 - grifos da pesquisadora)

Por outro lado, para a execução das obras, o PDR previu também a necessidade de desapropriação de um grande número de imóveis localizados nestas áreas, no caso particulares. Para estes casos, são encontradas orientações acerca dos instrumentos legais aplicáveis.

Interessante notar que, quando se trata de áreas particulares, recorre-se a instrumentos legais bem regulamentados, sendo que os proprietários recebem, normalmente, prévia e justa indenização em dinheiro.

“A Constituição Federal de 1988 (Art. 5º, XXII), embora garanta o direito de propriedade, limita seu exercício em razão do interesse social (Art. 5º, XXIII) e mais ainda, no caso de iminente perigo público, quando a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano (Art. 5º, XXV). Assim, Desapropriação ou expropriação é a transferência da propriedade particular (...) para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade ou necessidade pública, ou ainda por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (Const. Rep. Art. 5º, XXIV). (...) Na hipótese desta expropriação, a alienação de áreas excedentes e edificações a terceiros é admitida dando-se preferência aos expropriados.” (Plano diretor de Reassentamento do PROCAV-II, p. 13)

Percebemos, então, como o discurso e tratamento são diferentes quando se trata de áreas particulares. O verbo utilizado para definir a ação da Prefeitura direcionada aos

moradores favela é “contribuir”, e direcionada aos moradores de área particular é “indenizar”, justa e previamente. E ainda, é dada preferência aos expropriados no caso de alienação de áreas excedentes e edificações. No caso dos “favelados”, não lhes foi dada a opção de retorno à área, exceto nas três favelas urbanizadas.

Reproduzimos abaixo, as alternativas de reassentamento que constam no PDR:

Alternativa 1: Reassentamento em Conjunto Habitacional

Trata-se de se reassentar as famílias residentes nas áreas afetadas pelas obras, ‘em tempo hábil’, em Conjuntos Habitacionais obedecendo a um duplo requisito:

- *a localização selecionada ‘não deve romper com os laços sócio-culturais’ estabelecidos nessas comunidades, ou pelo menos deve-se minimizar eventuais ‘rupturas’. Assim, os conjuntos verticalizados devem localizar-se preferencialmente a distâncias ótimas, considerando-se as atuais moradias;*
- *o valor do imóvel a ser pago pelas famílias deverá atender a desembolsos compatíveis com a renda familiar auferida.*

Alternativa 2: Reassentamento em Conjunto Habitacional com Reassentamento de Famílias na Própria Favela Via Troca de Barraco/Habitação no Conjunto

Igualmente, esta proposta concilia a transferência das famílias para um dado conjunto habitacional. Admite, entretanto, que alguns favelados que tenham resistência à mudança para o conjunto, ou mesmo que não queiram arcar com financiamento de moradia (mesmo subsidiado), troquem suas possibilidades de ir para o conjunto (senhas) por barracos de outros favelados, que se localizam fora da área a ser afetada pelas obras de canalização/sistema viário. Esta troca (senha X barraco) já está consagrada como “jogo dominó”, e traz vantagens para ambas as partes.

Alternativa 3: Reassentamento em Conjunto Habitacional e em Remanescente de Favelas a Serem Urbanizadas

Tal como a alternativa anterior, essa proposta transfere as famílias para conjuntos habitacionais. No entanto, desde que a favela não tenha sido totalmente afetada, surge a possibilidade, após rigorosa avaliação, de se absorver pelo menos uma parcela das famílias afetadas na própria favela, em áreas não afetadas pelas obras de canalização.¹⁴

Alternativa 4: Alternativas possíveis para famílias remanescentes que se negam a ser removidas.

¹⁴ No entanto, esta alternativa nunca foi utilizada. Uma vez removidas e reassentadas em Conjuntos Habitacionais, nunca foi viabilizada pela Prefeitura a possibilidade de retorno das famílias para as áreas não afetadas das favelas.

Reassentamento em outras favelas do Município de São Paulo, com previsão de projetos de urbanização, após esgotadas todas as tentativas de negociação a partir das alternativas 1,2 e 3.

O PDR excluiu a alternativa “Verba de Atendimento Habitacional”, largamente utilizada na primeira fase do PROCAV, pois se avaliou, na época, que essa alternativa não representou melhoria habitacional para a população atendida, bem como não representou solução definitiva para o problema, e sim o levou para outras áreas (favelas), postergando a implementação de alternativas e/ou soluções habitacionais mais definitivas.

No resumo executivo do PDR, encontramos os seguintes dizeres:

“Para as famílias residentes em favelas que serão totalmente atingidas pelas obras, a alternativa habitacional se ‘resume’ ao reassentamento em conjunto habitacional. (...) Para as famílias afetadas com ‘resistência’ à mudança do local, em favelas que serão parcialmente afetadas e a princípio urbanizáveis (desde que apresentem condições favoráveis para tanto), abre-se a perspectiva de reassentamento na própria favela.” (grifos da pesquisadora)

O fato da alternativa habitacional estar ‘resumida’ ao reassentamento em conjunto habitacional, podemos interpretar como não havendo de fato uma ‘alternativa’.

As áreas escolhidas para reassentamento em conjuntos habitacionais das famílias afetadas situam-se nos bairros do Jaraguá, São Miguel Paulista e Guaianazes.

No bairro do Jaraguá, zona norte da cidade, está localizado o Conjunto Habitacional City Jaraguá, no Distrito Jaraguá, Estrada de Taipas. Altura do nº. 1.700, com 2.992 unidades. Segundo o Plano, deveria receber as famílias que residiam nas favelas dos córregos da zona norte. Conforme o Relatório de Término de Projeto, o Conjunto recebeu 1.176 famílias dos córregos Cabuçu de Baixo, Guaraú e Reservatório Guaraú.

O Conjunto Habitacional Inácio Monteiro, está localizado no bairro de Guaianazes, na zona leste da cidade, no Distrito de Cidade Tiradentes, Avenida Doutor Guilherme de Abreu Sodré, s/nº, com 846 unidades. Segundo o PDR, deveria receber as

famílias que residiam nas favelas dos córregos da zona leste. Conforme o Relatório de Término de Projeto, o Conjunto recebeu 793 famílias dos córregos Franquinho, Itaquera / Itaqueruna e Taboão.

O Conjunto Habitacional Garagem, está localizado no bairro de São Miguel Paulista, zona leste da cidade, no Distrito de Vila Jacuí, Avenida São Miguel, nº. 6.500, com 1984 unidades. Segundo o Plano, deveria receber as famílias que residiam nas favelas dos córregos da zona leste. Conforme o Relatório de Término de Projeto, o Conjunto recebeu 1729 famílias dos córregos Machados, Franquinho, Itaquera/Itaqueruna, Inhumas, Cabucu de Baixo, Guaraú, Reservatório Guaraú e Taboão. Recebeu, entretanto, famílias da zona norte, contrariando os critérios de reassentamento contidos no plano original. No que diz respeito à regularização da área do Garagem, a Prefeitura realizou a Desapropriação de Interesse Social (DIS).¹⁵

Além disso, foi previsto no PDR, que os conjuntos habitacionais seriam dotados de equipamentos sociais e infra-estrutura, respondendo às demandas das famílias a serem reassentadas. Apesar das áreas escolhidas para reassentamento estarem inseridas em regiões da cidade dotadas de equipamentos sociais, era esperado que os acréscimos populacionais com a implantação dos conjuntos deveriam ocasionar pressões nas demandas por estes serviços.

Visando solucionar esse problema, o PDR previu convênios específicos para o PROCAV II com as Secretarias responsáveis por tais equipamentos, o que de fato ocorreu. Porém, houve incompatibilidade de cronogramas físico-financeiros entre Secretarias e Concessionárias envolvidas para a implantação desses equipamentos sociais e dos serviços, como iluminação pública e transporte coletivo. Alguns equipamentos e serviços não foram implantados dentro do prazo compatível com o início do reassentamento das famílias, alguns transtornos às mesmas. No Conjunto City Jaraguá, por exemplo, muitas crianças ficaram sem escola durante meses porque a que existia nas proximidades não tinha vagas suficientes.

¹⁵ Desapropriação de Interesse Social (DIS) – instrumento legal previsto na Constituição Federal de 1988, que permite a transferência da propriedade particular para o Poder Público, “por utilidade ou necessidade pública, ou ainda por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (constituição da República, art. 5º, XXIV).

O PDR não esclarece as condições de repasse das unidades habitacionais para as famílias, as formas de pagamento, o valor da unidade, o valor das prestações e outras condições de financiamento das unidades habitacionais.

Cabe esclarecer que, na época de implantação do PROCAV II, a Lei nº 11.632 de 26.06.1994 havia acabado de aprovar e sancionar a instituição do Fundo Municipal de Habitação e do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, o qual deveria dispor sobre o estabelecimento da política integrada de habitação voltada à população de baixa renda. O Fundo Municipal de Habitação ainda seria regulamentado, e só após a regulamentação, poderia custear a construção e conceder financiamentos para a população de renda até 10 salários mínimos.

“Para a viabilização, em tempo hábil e até que não se tenha uma solução mais definitiva (...) para a venda/financiamento de unidades habitacionais para o reassentamento/relocação de cerca de 3.876 famílias a serem afetadas pelas obras de canalização dos córregos, a Prefeitura Municipal de São Paulo poderá dispor de áreas de sua propriedade ou com imissão de posse para a construção de unidades habitacionais e repassá-las à população através dos instrumentos de concessão precária de uso ou da concessão do direito real de uso, conforme Lei Orgânica, Capítulo III, artigos 112 e 114.” (Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV-II, p. 15)

Para arquitetar o Plano Diretor de Reassentamento, a equipe responsável teve por base uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa - FIPE, da Universidade de São Paulo nas favelas que seriam removidas pelo PROCAV II.

A FIPE foi contratada pela Secretaria da Habitação do Município de São Paulo para verificar o perfil sócio-econômico das famílias que seriam removidas e o grau de aceitação da população no tocante à proposta de remoção e reassentamento, que resultou no *Relatório Especial das Favelas e Córregos* (1993).

O referido estudo foi realizado por amostragem de moradores e núcleos de favelas dos treze córregos selecionados para a realização das obras de canalização. Foram constatados por este estudo os seguintes dados: o perfil sócio-econômico dos moradores, a situação jurídica e de uso do domicílio, e o nível de aceitação para a remoção. Importa frisar que foi constatado um percentual de 30% de famílias que rejeitavam a remoção. Abaixo os resultados da pesquisa FIPE (1993):

Ocorrência de enchentes

Quanto à ocorrência de enchentes, os dados apontam que, mesmo com um tempo médio de permanência nas favelas de 6,08 anos, a maioria das casas (60,56%) nunca sofreu inundação ou enchente. Mas existe uma parcela significativa (34,36%) que já passou por essa experiência, chegando muitos a sofrer até mais de duas enchentes por ano.

Ocupação e renda

Em relação à ocupação dos chefes de família, a pesquisa apontou que era no setor terciário que essa mão-de-obra encontrava maior mercado de trabalho, destacando-se na oferta de serviços 17,18% com registro e 9,01% sem registro em carteira. No setor industrial, 11,27% trabalhavam com registro, enquanto apenas 1,13% não eram registrados. Cerca de 40% estava inserida no mercado informal, e 23% viviam situações de subemprego e desemprego.

Sobre a renda bruta familiar, em salários mínimos, para 45,64% das famílias era de 1 a 3 salários. Ganhavam menos que 1 salário, 8,73% delas, e não apresentavam renda 3,38%. Pertencentes a uma situação econômica melhor, 24,79% das famílias recebiam de 3 a 5 salários. Com renda superior a 10 salários mínimos, encontramos 3,10%.

Quanto à renda 'per capita', 38,59% da população dos córregos pesquisados vivia com uma renda mensal inferior a 0,5 salário mínimo, e mais de 70% supria suas necessidades com menos de 1 salário mínimo.

Nível de enraizamento da população

Foi utilizada a combinação de algumas variáveis tais como, tempo médio de permanência nas favelas; percentual de 'barracos' próprios, 'barracos' revestidos em alvenaria e a existência de uma intenção concreta de venda para captar o nível de enraizamento da população de cada favela/córrego.

Em relação ao tempo de moradia na favela, chama a atenção o fato de que quando feita a pesquisa, 21,69% dos moradores estavam no local há mais de 10 anos.

Em apenas 2 córregos, o tempo máximo de residência na favela não atingia 11 anos completos. Famílias com 21 ou mais anos de tempo de residência na favela, foram encontrados em 6 córregos. Na maioria dos córregos, o tempo médio de fixação era superior a 5 anos.

Frente aos dados, podemos afirmar que, apesar de localizadas à beira de córregos, as favelas pesquisadas eram assentamentos antigos, e sem pretensão de transitoriedade por parte dos moradores. Sobre tal aspecto é oportuno lembrar que o tempo de 5 anos de ocupação é o mínimo estabelecido na Constituição Federal para ações de usucapião urbano, no caso de áreas particulares, bem como para a Concessão de Uso Especial, para áreas públicas.

A grande maioria da população dessas favelas (87,89%) se considerava proprietária de sua moradia, ou seja, uma propriedade que construiu ou adquiriu. É interessante notar que os domicílios alugados nas favelas (3,66%) apareciam em menor proporção que os cedidos (5,63%). Estes eram, em geral, de parentes, amigos ou conhecidos que permitiam o uso da casa.

Do total, verifica-se que 56,06% das casas eram de alvenaria contra 43,94% de madeira. A maioria dos moradores, em função do tempo que moravam na favela, já havia investido na própria casa.

Também já haviam conquistado melhorias para o local (infra-estrutura básica, equipamentos e serviços). Apenas 34,29% da população disse estar disposta a vender a casa. Os demais continuavam vendo vantagens em morar na favela ou temiam não conseguir, com o valor da venda, comprar outro imóvel em lugar melhor.

Equipamentos e serviços

O Plano Diretor afirma:

“Hoje, apesar das condições precárias de vida da população que vive à beira dos córregos, esta tem razoável acesso a bens e serviços públicos de saúde, educação, entre outros. Com o reassentamento para os três conjuntos habitacionais, que chega a um deslocamento máximo de 17 km, é importante que sejam assegurados no mínimo as mesmas condições de acesso a bens e serviços públicos existentes nas regiões/de entorno das favelas. (Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV-II, p. 23)

No entanto, quando observamos os dados da pesquisa FIPE, constatamos que a população, em sua maioria, morava próxima a equipamentos e serviços públicos. A maioria das crianças que freqüentava a escola de primeiro grau gastava menos de 15 minutos no percurso, e para 33,3%, a distância era um pouco maior, o tempo variava de 15 a 29 minutos.

Da mesma forma, o percurso para as EMEIs era, para 44% das crianças que utilizavam o equipamento, menor que 15 minutos; o posto ou centro de saúde era o equipamento mais próximo dos moradores, sendo que 43,4% levavam de 15 a 29 minutos e 32,2% menos de 15 minutos no percurso.

Assim também os serviços de abastecimento e comunicação. A feira livre, enquanto serviço de abastecimento de gêneros alimentícios mais utilizados pelas famílias estava, para a maioria, a menos de 15 minutos de percurso. 89% tinham acesso ao telefone em menos de 15 minutos, e 44,7% dos que utilizavam o correio levava de 15 a 29 minutos para chegar a ele.

Os recursos de esporte, lazer e recreação (centros esportivos, parques, praças) aparecem em menor proporção e com baixos índices de utilização. Menos de 20% das famílias os utilizavam. Dentre esses recursos, o Centro Esportivo Municipal era o menos utilizado. Em 5 dos córregos, não se constatou nenhuma família que o utilizasse. Provavelmente pela inexistência desse recurso a uma distância aceitável, sendo que o custo do transporte inviabilizaria o acesso. O tempo médio gasto pela população para chegar à praça era de 17,14 minutos, enquanto para o parque e o Centro Esportivo os tempos medidos eram maiores.

Ressaltamos a análise de dados da pesquisa referente à baixa utilização dos recursos de esporte e lazer.

“Uma das explicações seria o custo do lazer que se torna proibitivo a essa população, mesmo que esse custo se restrinja ao transporte utilizado ou ao desgaste físico da caminhada. O lazer e a recreação não aparecem com a mesma freqüência no cotidiano dessas pessoas para as quais devem sobrar afazeres domésticos em fins de semana e, quando não, a visita a parentes e amigos é a forma tradicional de passeio. Para essa população, somente os recursos indispensáveis à manutenção e reprodução de sua força de trabalho merecem até o sacrifício da distância (...).” (Relatório Especial das Favelas e Córregos - pesquisa FIPE, 1993, p. 47)

Dos trabalhadores das favelas, 24,3% levavam mais de 30 minutos para completar o percurso moradia/trabalho, e 41,0% levavam até 15 minutos.

Sobre o aspecto situação de moradia na favela, a pesquisa da FIPE indicou o número de cômodos das habitações, considerando-se cômodo qualquer compartimento da moradia, excluindo o banheiro.

Desta forma, a pesquisa revelou que a maioria das casas (62,6%) abrigava seus moradores em 2 a 3 cômodos e que uma pequena parcela (12,2%) tinha relativo conforto, quando as casas apresentavam-se com 4 cômodos. Afirma, ainda, que a média de número de famílias por domicílio era, na maioria, superior a 1 família. A média de pessoas por cômodo era de 1,92 pessoas.

Com relação ao piso das casas, a grande maioria (81,8%) tinha piso colocado e apenas 11,3% não tinha qualquer tipo de piso, exibindo a terra batida. O telhado era o material de cobertura da maioria das casas (87,2%) sendo que a laje era utilizada em 8,8% dos domicílios. Outros materiais, como zinco, lata, lona, apareciam em uma parcela mínima de 3,9% das moradias.

Os dados referentes às divisórias internas das moradias, revelam que em 15,8% elas inexistiam, mas em 43,8% os cômodos eram divididos com paredes de alvenaria.

O PDR apresenta os aspectos concretos da melhoria das condições de moradia que as famílias removidas das favelas e reassentadas em conjuntos habitacionais passariam a ter. Assim, comparando-se a situação da moradia na favela com a nova moradia proposta pelo PROCAV II, nos conjuntos habitacionais o plano afirma:

“(...) espera-se uma melhoria dessas condições, pois todas as unidades apresentam 4 cômodos, (...) e abrigarão apenas 1 família. (...) Grande parte das famílias a serem reassentadas nos conjuntos habitacionais terão uma melhoria significativa das condições de moradia, pois todas as unidades possuem revestimento externo e divisórias de alvenaria, cobertura de laje e piso cimentado.” (Plano Diretor de Reassentamento do PROCA-II, p. 33)

As unidades habitacionais teriam 42m², conformadas em prédios de cinco andares, com quatro apartamentos por andar. Vale esclarecer que o padrão único de unidade habitacional serviu tanto para pessoas sós quanto para famílias com mais de

sete membros, embora essas fossem a minoria. A pesquisa FIPE mostra que, em todos os córregos prevaleciam os domicílios com quatro a sete moradores.

O Plano Diretor de Reassentamento tinha uma perspectiva de trabalho social continuado junto às populações a serem afetadas pelas obras durante todo o prazo de implantação do PROCAV II (5 anos). Portanto, sua condução dependeria, necessariamente, de equipe básica e permanente, que participasse integralmente da sua concepção, da sua implementação e do seu monitoramento. *“Assim, para o desenvolvimento das várias etapas do Trabalho Social foi definida uma equipe, constituída por técnicos (assistentes sociais e sociólogos) vinculados a SEHAB, com larga experiência no trato das questões sociais.”* (Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV –II, p. 39)

Os objetivos e a metodologia do trabalho social partiram do Plano Diretor de Reassentamento. Um papel muito importante desta equipe foi o de aprimorar os critérios de atendimento, aprimorar a metodologia de trabalho, dialogar com os demais gestores visando o encaminhamento de soluções a partir da escuta das famílias, pois era a equipe social estava em contato direto e permanente com as mesmas.

O Plano enfatiza que, para o bom andamento do trabalho social, há necessidade de participação direta das lideranças e dos representantes locais. Para isso, a própria equipe social da HABI “mapeou” as diversas lideranças e associações existentes, e realizou, a pedido do BID, uma dinâmica de grupo (reuniões) com as mesmas para apresentação das intervenções (obras) que seriam realizadas. Nesta oportunidade, durante as discussões, a equipe procurou analisar possíveis rejeições a essas propostas, bem como foram levantadas as expectativas e soluções sugeridas pela população.

Nesse levantamento, os representantes das favelas apontaram como principal problema as enchentes e inundações, por gerarem situações de risco e insalubridade. Nesse sentido, a canalização de córrego foi bem aceita e apontada como melhor solução. No entanto, havia resistência à remoção. A população preferia a permanência na área da favela e sugeriu o reassentamento no local, após as obras de canalização. Essa solução foi possível apenas nos núcleos de favela: Vitotoma Mastrozoza, situado

ao longo do córrego Machados, Haia do Carrão e Santo Eduardo, lindeiros ao córrego Taboão, como dissemos anteriormente.¹⁶

A população indicou ainda, como segunda opção o reassentamento direto em conjuntos habitacionais, sem passar por alojamentos provisórios. Esta condição foi levada pela equipe social ao Grupo de Gestores e garantida em todo o processo de remoção e reassentamento do Programa.

As ações do trabalho social no reassentamento de famílias consistiram em seis etapas:

Arrolamento

O arrolamento consistiu no levantamento e identificação do responsável de cada família, bem como dos demais membros e agregados; na distribuição de senhas individualizadas por família, a qual permitiria sua inclusão no atendimento habitacional. O arrolamento tinha o objetivo de “conferir” a demanda de unidades habitacionais e equipamentos sociais para o reassentamento nos conjuntos habitacionais e de assegurar o controle do nível de demanda.

Conforme Elias (2001), o arrolamento dos moradores dos núcleos de favela indicados no Programa foi efetuado ao longo de 1995. No entanto, as primeiras remoções iniciaram-se em 1997. Devido à demora de dois anos, houve um aumento do número de famílias.

Cadastramento

O cadastramento das famílias tinha por objetivos fornecer indicadores quanto à: número efetivo de famílias a serem reassentadas; composição familiar (número de membros, faixa etária, escolaridade); capacidade de pagamento das famílias afetadas (emprego, renda, gastos) tendo em vista o reassentamento; laços sócio-culturais; aspirações e expectativas da população afetada quanto à preferência de alternativa de reassentamento.

¹⁶ Esta solução foi possível graças à utilização da alternativa de reassentamento provisório em casas alugadas para desadensamento da área para entrada das obras.

É possível considerar que não o fizeram por não identificarem como “invasores de área” as famílias que chegaram após o cadastro. Além disso, há de se considerar a expansão natural das famílias e a ajuda mútua entre, parentes e amigos que chegam e que passam a morar na mesma casa, ou constroem no mesmo quintal.

Negociação

A etapa de negociação consistiu em acordos com as famílias, a partir dos parâmetros e critérios estabelecidos e discutidos com a população, os quais deveriam traduzir as vontades/anuências das famílias em serem reassentadas no conjunto ou relocadas na própria favela ou em outra da região. Em face do acima exposto, podemos afirmar que a remoção foi compulsória, mas a alternativa de reassentamento tinha uma brecha, que permitia as famílias optarem em ir ou não para o conjunto habitacional. No entanto, na prática ocorria, por vezes, de não ser encontrada casa apropriada para permuta, ou não haver tempo hábil para se efetivar a permuta em função do andamento das obras, ou outra razão, não restando alternativa que não fosse o conjunto habitacional. Mas podemos afirmar que essa alternativa de permuta com outra casa na favela foi largamente utilizada no Programa.

Montagem de Estratégias para o Reassentamento das Famílias Afetadas

Eram realizadas reuniões periódicas de preparação das famílias para a mudança e para a nova moradia em prédios. Tais reuniões tinham o objetivo de estabelecer consensos entre os moradores a serem reassentados quanto: *“Cronograma das mudanças/translado físico, procurando-se compatibilizar necessidades quanto aos períodos escolares; critérios para atribuição das unidades habitacionais dos conjuntos às diversas famílias a serem reassentadas, de forma a reconstruir unidades de vizinhança.”* (Plano Diretor de Reassentamento do PROCAV II, p.44)

Percebemos pelo citado, que havia de fato a intenção de criar canais de participação da população no processo de remoção e reassentamento. Mas na prática, o cronograma era definido pelo andamento das obras e por apenas poucas vezes a equipe social conseguiu alterá-lo em função das necessidades das famílias. Observamos também que havia a preocupação por parte da equipe social em manter os laços de vizinhança

Alem desses pontos, as reuniões avançavam para a discussão dos compromissos que a nova moradia deveria exigir como os direitos e deveres dos titulares do apartamento; forma de financiamento á família; organização comunitária para formação de condomínios; manutenção das unidades e custos decorrentes; uso e manutenção dos equipamentos coletivos; uso e custos decorrentes da infra-estrutura (água, esgoto e energia).

A esse respeito, a equipe social realizava uma média de cinco reuniões por grupo de famílias. Havia a preocupação de que as famílias compreendessem cada item do Termo de Permissão de Uso que assinariam e de discutir o Regulamento Interno do prédio estabelecido pela Prefeitura. Além desses, a equipe utilizava cartilhas informativas e ‘educativas’ sobre o conjunto habitacional e sobre as atitudes adequadas e inadequadas para esta tipologia habitacional.

Translado das Famílias para Unidades Habitacionais

Esta atividade consistia no planejamento, gerenciamento e acompanhamento das famílias na remoção propriamente dita.

Vale lembrar que, no momento da mudança, assim que as famílias desocupavam a casa na favela, a mesma era derrubada pela Prefeitura. As mudanças provocavam fortes emoções nas famílias, que muitas vezes choravam ao ver sua casa ir ao chão. Por outro lado, a maioria das famílias chegava ao conjunto habitacional com muito entusiasmo e alegria, refletindo a esperança que existia de ser feliz na nova vida. Os técnicos da equipe social participaram de muitos momentos assim e, com certeza, muitas vezes, também se emocionaram.

Trabalho de Acompanhamento das Famílias Reassentadas

Esta etapa final tinha por objetivo contribuir para a real inserção das famílias reassentadas à nova realidade: fixação, e conseqüente postura autônoma na solução de seus problemas.

Conforme o Plano, o trabalho de acompanhamento, deveria ser iniciado com reuniões gerais e setorizadas para formação de comissões de moradores que fariam a gestão dos prédios, e na seqüência, deveria haver a preparação e capacitação das

comissões. E assim foi realizado, a princípio, pela mesma equipe de trabalho social da HABI que realizou as etapas anteriores. No decorrer do processo de trabalho, a SEHAB/HABI, porém, contratou os serviços de uma empresa privada, para dar continuidade ao acompanhamento da população reassentada.

3. Considerações sobre o Monitoramento e a Avaliação do PROCAV II

A complexidade do PROCAV II demandou um sistema de avaliação constante dos impactos das obras de canalização e viário, bem como das soluções habitacionais, que se daria de três formas: avaliação contínua baseada na consolidação anual das informações geradas pelo monitoramento, com o objetivo de avaliar o desempenho técnico da equipe e das providências tomadas a partir dos desvios detectados pela monitoração; avaliação de meio termo, realizada por empresa externa após reassentamento das primeiras 1.500 famílias, com o objetivo de verificar as condições de vida das famílias reassentadas nos conjuntos habitacionais; e avaliação final, também realizada por empresa externa, para consolidar e ampliar as avaliações anteriores.

É oportuno trazer para esta reflexão o Relatório de Término de Projeto, redigido a partir de um Seminário de Avaliação do PROCAV II, realizado em abril de 2007¹⁷, o qual apresenta divergentes visões, conforme a especialização do grupo técnico composto para avaliar um determinado componente e conforme o próprio componente avaliado. A equipe responsável pela avaliação dos componentes ‘canalização e implantação de vias’, composto basicamente pelas construtoras que participaram do processo de canalização dos córregos e da pavimentação das vias, da empresa gerenciadora do Programa, de representantes da Secretaria da Infraestrutura Urbana e Obras, concluiu que foram inúmeros os benefícios do empreendimento, dentre os quais: *“desenvolvimento da região criando um pólo gerador de empregos com a consolidação das atividades econômicas existentes, instalação de novos comércios, bem como, a*

¹⁷ Relatório de Término do Projeto - Seminário de Avaliação do PROCAV II - Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras da Prefeitura da Cidade de São Paulo. São Paulo, abril de 2007, p. 22. Este Seminário de Avaliação foi proposto pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - ocorreu nos dias 02 e 03 de abril de 2007 com o objetivo de avaliar os aspectos principais do PROCAV II. Após alteração no sistema de avaliação de programas financiados pelo BID para uma análise baseada numa “auto-avaliação”, foi instituído pelo Banco o PCR – *Project Completion Report* (Relatório de Término do Projeto). Este relatório é composto de um Seminário de Terminação do Projeto, com participação do Executor e co-executores, do mutuário, dos beneficiários e do Banco, visando uma avaliação mais participativa e apropriação dos resultados alcançados.

valorização dos imóveis; recuperação e urbanização de áreas degradadas; melhorias significativas no fluxo de tráfego de veículos e acessos às grandes avenidas adjacentes.”

Para este grupo, as realizações em saneamento, drenagem e infra-estrutura viária atingiram os objetivos do Programa, e a qualidade na execução das obras superou os padrões tradicionais.

Por outro lado, o grupo responsável em avaliar o componente ‘verde e meio ambiente’, composto basicamente por profissionais da respectiva Secretaria Municipal, avaliou que a preocupação primordial do Programa norteou especialmente a drenagem e não amplamente a melhoria ambiental. Apontou como aspecto negativo, a *“ausência de uma discussão ampla das questões ambientais na fase de planejamento estratégico das intervenções, de modo a contemplar diversas alternativas de requalificação do fundo de vale.”*

Em outra vertente, o grupo responsável em avaliar os componentes ‘urbanização e reassentamento’, composto basicamente por assistentes sociais, engenheiros e arquitetos da Secretaria da Habitação, bem como por pessoas da comunidade, apresentou outros aspectos importantes, diferentes dos primeiros. No componente ‘urbanização’¹⁸, um dos aspectos considerados positivos foi a relocação das famílias na própria área de intervenção, o que ocorreu em apenas três favelas, como já mencionado, possibilitando o *“não rompimento dos vínculos sociais e a integração do núcleo habitacional à cidade formal, com os reflexos positivos na elevação da auto-estima dos moradores.”* Um aspecto avaliado como negativo, pelo mesmo grupo, no componente reassentamento¹⁹, foi *“a distância dos empreendimentos em relação à área de origem, provocando o rompimento dos vínculos sociais.”*

Em decorrência da canalização de córregos, de certa forma, a cidade é beneficiada. Aqueles moradores que vivem ou trabalham na região em torno de um determinado córrego, em áreas privadas e regulares, por exemplo, são diretamente beneficiados, seja pela diminuição das enchentes e inundações – aspectos positivos para

¹⁸ Urbanização de Favela: dotou a área de infra-estrutura básica e implantou projeto urbanístico, mantendo as famílias no próprio local.

¹⁹ Reassentamento em Conjunto Habitacional: implicou na remoção das famílias da favela (área de intervenção) e na transferência para um conjunto habitacional distante.

a saúde pública - seja pela valorização imobiliária, ou ainda pela facilidade de acesso devido à implantação de vias. No entanto, aqueles moradores que edificaram suas casas nas margens dos córregos, consideradas terras públicas, são afetados, visto que o poder público municipal necessita removê-los e reassentá-los em outro local, para que possam executar as obras de canalização e implantação de vias nos fundos de vale.

Este é apenas um exemplo da diversidade de olhares a respeito do Programa. Por meio desse raciocínio, podemos afirmar que as políticas públicas e os programas que as concretizam, representam interesses, e que, para cada ação efetivada que representa o interesse dominante, é natural que haja uma reação favorável e/ou contrária dos demais interessados, seja do ponto de vista ambiental ou de classe social.

CAPÍTULO IV - Relatos de mulheres sobre suas experiências de vida no habitar

1. A Favela de origem, Três Marias, o Conjunto Habitacional Garagem, e as favelas de retorno

A favela Três Marias localiza-se em área municipal, na Zona Leste de São Paulo, no Distrito da Ponte Rasa. Situada junto ao córrego Franquinho, canalizado pelo PROCAV II, encontra-se atualmente bastante reduzida. Nas favelas contíguas ao córrego Franquinho, entre elas a Três Marias, foram arroladas para remoção 650 famílias, sendo que dessas, 336 foram reassentadas no Conjunto Habitacional Garagem.

O Conjunto Habitacional Garagem, está localizado no bairro de São Miguel Paulista, zona Leste da cidade, no Distrito de Vila Jacuí, Avenida São Miguel, nº. 6.500, com 84 prédios de 5 e 7 pavimentos e 1984 apartamentos com 44,99m² e com 42,94m².

Conforme o Relatório de Término de Projeto, o Conjunto recebeu 1729 famílias (87,15% do total do conjunto, e 46,76% do total implantado pelo PROCAV II) de diferentes favelas, situadas às margens dos córregos Machados, Franquinho, Itaquera/Itaqueruna, Inhumas, Cabuçu de Baixo, Guaraú, Reservatório Guaraú e Taboão. As famílias foram reassentadas a partir de 1997.

Levantamentos realizados pela Prefeitura antes da construção do conjunto habitacional indicavam que próximos à área encontravam-se em funcionamento 11 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 4 escolas municipais de ensino fundamental, 6 escolas de educação infantil, 4 creches e 6 postos de saúde. Mas esses equipamentos públicos eram insuficientes para o atendimento das 1984 novas famílias a serem reassentadas. Foi prevista então, porcentagens para instalação de área institucional e implantadas dentro do conjunto 1 escola de ensino fundamental, 1 escola de educação infantil e 1 posto de saúde. Além das áreas institucionais, também foram destinadas, conforme legislação, porcentagens de terras para a instalação de área verde, e arruamento interno.

A região do Conjunto Garagem também é servida de linhas de ônibus que interligam a região à outros distritos, inclusive à região central da cidade, além do acesso a trens metropolitanos e às linhas interligadas do metrô.

As favelas onde as mulheres e suas famílias residem atualmente são: a Favela Esperantinópolis, Distrito de Artur Alvim; Favela da Vila União, Distrito da Ponte Rasa; Favela Vila Jóia, Distrito de Vila Jacuí. Todas localizadas na Zona Leste. O mapa de localização da favela de origem, Três Marias, do Conjunto Garagem e das favelas de retorno demonstra a proximidade dos locais.

A Favela Esperantinópolis, onde encontramos dona Nair e dona Lourdes está localizada em área municipal à Rua Esperantinópolis e Rua Ângelo Sacole.

Conforme relatório de vistoria visual de áreas ocupadas realizado em 2002 pela HABI, seu tempo de ocupação era de 38 anos (na data do relatório), e havia 1300 domicílios, sendo a maioria deles de alvenaria. No seu entorno são encontrados equipamentos públicos como 2 postos de saúde, há aproximadamente 300M de distância, creche a 200M, Escola de Educação Infantil a 200M e escolas de primeiro grau há no máximo 400M. A favela tem fácil acesso, sendo a largura média das vielas e ruas internas de 2M a 8M, sendo possível a circulação de veículos nas vias internas principais. A favela já recebeu melhorias da Prefeitura, como canalização do córrego, escadarias, calçamento de vielas. O seu entorno é dotado de infra-estrutura urbana como rede de água, rede de esgoto, rede de iluminação pública, asfalto, calçamento, guias e sarjetas e coleta de lixo regular. No entanto, com exceção à coleta regular de lixo, os mesmos serviços não são regulares na área interna da favela.

Dona Neuza reside na Favela da Vila União, localizada atrás de um campo de futebol, na Avenida Águia de Haia, altura do número 2973, em uma área pertencente ao Estado. Esta favela ainda não está cadastrada no banco de dados da Prefeitura. Por esta razão, buscamos informações sobre a mesma com membros da associação de moradores da Favela. Conforme informaram essas lideranças, a Favela da Vila União, como a denominam, existe há 10 anos. A Prefeitura estima que no local haja aproximadamente 180 domicílios. Observamos que existem muitas construções em madeira. Trata-se da expansão de outra favela situada em área municipal (denominada no HABISP²⁰ Favela

²⁰ Sistema de Informações Gerenciais da HABI

Agreste de Itabaiana, ou São Tomé) do outro lado do córrego. Não há rede de água e esgoto, bem como iluminação pública. As vielas são de chão de terra e na baixada próxima ao córrego as casas sofrem enchentes. É uma favela bastante precária, principalmente na área aos fundos, e próxima ao córrego, onde encontramos moradias construídas com pedaços de madeira, frágeis, muito lixo, e pessoas alcoolizadas.

Débora reside na Favela Vila Jóia, à Rua Mirassol d'Oeste, uma favela localizada dentro de loteamento irregular. Todas as casas são de alvenaria, sobrados em sua maioria, e os terrenos são de dimensão regular. Percebemos que a favela pouco se diferencia do restante do bairro seguindo o mesmo padrão de ocupação. Segundo dados do HABISP, a ocupação teve seu início em 1970, tratando-se, portanto de ocupação antiga. Não há áreas de risco. Há rede de esgoto na rua, mas apenas 20% a utilizam. Há rede elétrica domiciliar e iluminação pública. A favela é contígua à rede de dutos da Petrobrás, e por esta razão, informam os moradores, a rua não pode ser asfaltada.

Com a caracterização acima, demonstramos que, voltar para a favela, não significa necessariamente voltar a viver em um padrão homogêneo de moradia. Embora as mulheres da pesquisa tenham voltado a morar em favela, existem diferenças no padrão de moradia e nas condições de habitabilidade.

Ilustração 1

LOCALIZAÇÃO DAS FAVELAS E CONJUNTO HABITACIONAL NOS DISTRITOS

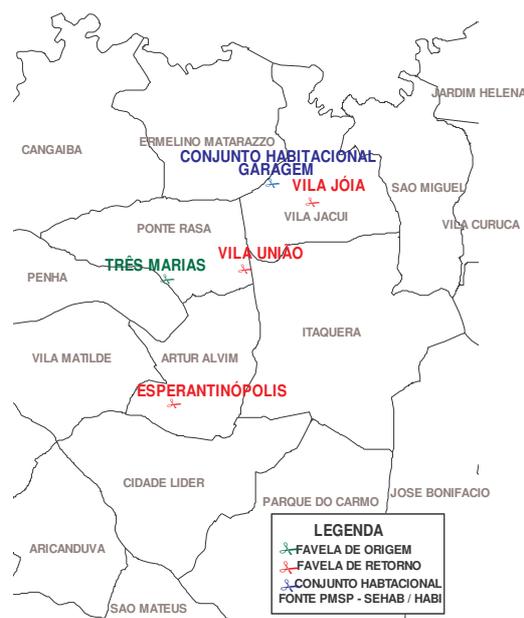


Ilustração 2
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 DIVISÃO POR DISTRITOS



Com as ilustrações 1 e 2 podemos perceber a proximidade da favela de origem, Três Marias, local de onde foram removidas as famílias para o Conjunto Habitacional Garagem. Observamos também a proximidade da favela de origem e do conjunto habitacional às favelas de retorno, o que demonstra o enraizamento a uma micro-região.

2. “Eu vou trocar porque não vai dar. Porque de repente a Prefeitura vem, me põe eu pra rua com meu filho... Fiquei com medo”: relato de dona Nair

Entrevista realizada em 01 de outubro de 2007.

Dona Nair foi por mim encontrada por meio de um expediente²¹ arquivado na HABI a respeito da permuta realizada entre o apartamento que morava no bloco A10 do Conjunto Habitacional Garagem e uma casa na favela. É uma senhora de 67 anos, alta, robusta, muito alegre, fala forte, descendente de espanhóis. Mora com seu filho Ricardo, um rapaz solteiro, de 27 anos. Um moço que, segundo dona Nair, sai de casa apenas para trabalhar, fazendo “bico” como faxineiro em eventos, e para jogar dominó com os aposentados numa pracinha perto da favela. Moram em uma casa de alvenaria com dois quartos, sala e cozinha conjugadas, banheiro e quintal na favela Esperantinópolis. A casa tem, aproximadamente, a mesma metragem do apartamento (42m²).

Dona Nair vive com renda oriunda de uma pensão que seu pai deixou para ela, como filha solteira que é até hoje, e do trabalho eventual de seu filho. A primeira coisa que dona Nair disse sobre si mesma foi: *em primeiro lugar sou de São Paulo, fui nascida, criada, envelheci, tô velha tudo em São Paulo. Nasci na Mooca no alto da Mooca.* Afirma que, quando criança morou também na Vila Guilhermina e depois se mudou com seus pais e cinco irmãos para o Jardim Popular, onde morou durante 42 anos. No mesmo local, quando adulta, dona Nair, sua irmã e sua cunhada tinham suas casas no mesmo quintal. Quando seu pai faleceu e sua mãe ficou doente, dona Nair vendeu o terreno e distribuiu as partes. Aí os irmãos se separaram. Dona Nair foi morar “de aluguel” com sua irmã mais velha.

...aquele dinheirinho que nós pegamo, cada um, um pouco, nós pusemos na poupança. Então lá eu ia pagando o aluguel. Esse meu filho era pequeno e minha mãe tava viva ainda, mas muito doente. E assim foi indo. Foi indo, foi indo, aí saí do aluguel, invadi uma casa lá no Jd. Popular. Uma casa velha, tava abandonada. Fiquei lá três anos, esse meu filho tava... já com oito anos.

Conta dona Nair que o Jardim Popular era um terreno tipo cortiço, com casas abandonadas que foram invadidas.

²¹ Relatórios técnicos de estudo de caso

...então cada um invadiu, pegou um pedaço. Aí fui pra lá, fiquei três anos. Meu filho tinha oito anos, e minha mãe também faleceu lá nessa casa velha invadida. Aí o dono de lá, de tudo lá, pediu pra todo mundo sair. Que podia derrubar seus barracos e pegar o que queria pegar... Aí falei: Meu Deus, pra onde é que eu vou? Aí falaram pra mim que lá em Mauá o aluguel era barato. Falei: Acho que vou arrumar lá um quarto pra lá, vou embora pra lá eu com meu filho. Só que, graças a Deus, eu tinha amizade com uma senhora de 72 anos, já falecida... Ela tinha o quintal bem grande, aí ela falou: Não Nair, você não vai pra lá não. Pra mim é muito longe lá, ninguém te conhece, você tem um filho, então você não vai não... Já que o dono daqui falou que pode levar telha, tábuas, você leva pra lá e faz um barraquinho lá no meu quintal... E fiz isso... Fiz um barraquinho lá e fui com meu filho. Fui e fiquei lá um ano e pouco.

Depois desse tempo, o irmão de dona Nair foi buscá-la para morar consigo na Vila Libanesa, para “tomar conta” do barraco onde ele morava. Conta dona Nair que o irmão trabalhava em Santos e que não podia deixar o barraco sozinho, pois já havia sido roubado duas vezes.

...Aí cheguei, entreguei o barraquinho pra mulher até ficou bastante tempo lá ainda, de pé, esperando eu voltar, mas aí fui com meu irmão. Fiquei cinco meses, mas não deu certo comigo porque ele bebe. É... Ele bebia. Então não dava certo. Cismava com meu filho, xingava muito nome feio... Mas antes de eu ir com ele, eu fui esperta. Falei: Sabe que eu vou fazer desse pouquinho que eu ganho da Prefeitura, que meu pai deixou, que eu sou solteira até hoje né?...Eu vou todos os meses deixar um pouquinho, vou deixando um pouquinho, né? Trazia um pouquinho, ia deixando um pouquinho. E ele sempre querendo saber quanto que eu ganhava, quanto que eu ganhava... Eu nunca falava. Eu fazia compra, limpava o barraco, fazia tudo. Então, aí quando deu cinco minutos, ele brigou comigo. Foi numa quinta-feira que ele brigou... Aí eu peguei, saí um dia, falei com umas vizinha minha que mora lá. Eu falei: Dona Maria vamo comigo lá pro Três Maria. Hoje eu tenho que arrumar um barraco nem que for nos quintos dos infernos, mais

eu vou arrumar um barraco pra mim ir embora daqui rapidinho... Ela falou vamo.

Aí nois viemos do Jd. Danfer a pé, andando sol quente que Deus dava, eu e ela. Aí saltei no Três Maria, vimo a placa. Assim... vendendo um barraco. Não era um barraco, era um quarto da filha da mulher de lá... Aí entrei, falei com ela, conversei com ela tudo. Ela é muito boazinha, tudo, né? Aí não tive o dinheiro todo pra mim dá pra ela. Aí ela falou assim: Ah, dona Nair, vamos fazer o seguinte então, a senhora me dá o que a senhora tem, aí vai me pagando assim, por mês, até terminar. Falei: Tá bom, tudo bem. Aí peguei, fui lá no banco, tirei meu pouco que eu tinha. Também não deu pra juntar muito, porque cinco meses só... A minha idéia era juntar mais, mas não dava porque eu guardava pouquinho. Aí peguei, fui no banco, tirei meu dinheirinho que tava lá, levei pra mulher, e quando foi a noite arrumei perua porque minhas coisinhas é pouquinho...eu quase não levo quase nada porque não presta. E aí arrumei uma perua com uma vizinha lá. O marido dela tinha uma perua. Ele me cobrou só dez reais de por a gasolina. Aí nois viemos aqui pro barraquinho aqui do Três Maria e aí eu fiquei.

Conta dona Nair que ficaram três anos nesse lugar, morando perto do rio, e ali parte do seu barraco caiu.

Aquele rio aberto que teve no Três Maria, sabe qual é? Então... Aí ele caiu a metade, viu? Veio uma enxurrada, deu uma chuva muito grande que nossa! Alagou tudo lá... Foi o meu banheiro, foi... Foi tudo né. Aí falei: Meu Deus, e agora?

Depois foi uma colega minha me chamar: Nair fica aqui até você arrumar um barraquinho... Eu falei: Tá bom. Aí eu fiquei com ela... Mas também não deu certo que ela bebia também. Aí eu peguei, eu falei pro meu filho: Sabe de uma coisa? Eu vou mudar pro meu barraco. Eu vou ficar só naquele pedacinho. O resto que caiu a dona vai me arrumando devagarzinho pra mim. E fiz isso. Voltei. Fiquei só com um pedacinho, usando o banheiro dela, tanque e tudo, né? Mas aí, tava meio perigoso. Quando a gente dormia, eu via a água do rio passar assim, sabe? Tava muito perigoso.

Aí falaram pra mim assim: Vai na Prefeitura. Manda as mulher vir aqui ver tudo. Aí peguei e fui na Prefeitura. A Prefeitura aqui na Penha. Conversei com elas tudo... Elas vieram. Demorou um pouquinho. Eu até já tinha ficado desiludida. Ah, elas não vem mais... Mas um dia sem ter avisado chegaram elas que foram em três. Não lembro quem foi. Aí elas viram tudo. Olhou, olhou, falou: - ah não, ta muito ruim mesmo. Aí elas mandaram eu procurar barraco pra mim, né? Eu andei procurando pra lá, porque eu queria pra lá. Mas eu achava tudo assim, meio caro... Falaram que a Prefeitura não tinha assim, muito pra pagar barraco muito caro. Aí elas mesmo me arrumaram uma casinha até boa, sabe? Aí me levou pra lá sem eu esperar... Eu tava fazendo minha comidinha quando o caminhão chegou, me levou. Comi tudo na hora e fui...Eu nem sabia pra onde, pra onde eu ia.

Aí cheguei... Foi aqui na Campanela, antiga Rua Goiti, bem lá embaixo que tinha duas favelas... Aí fui pra lá me puseram numa casinha até boa, de bloco, tudo... Mas me colocaram eu sem luz, sem água, numa baixada assim... Quando chovia me entrava tudo dentro de casa pior do que lá onde eu tava que elas me tiraram... Falei: Meus Deus, e agora? E tô sem condições de pôr porta, de pôr isso, pôr aquilo. Falei: Jesus, que que eu faço? Aí um vizinho meu lá, que tinha o barraquinho muito bom, tinha um cômodo só com banheirinho, ele falou: Dona Nair, a senhora não quer trocar comigo? Porque a minha mulher vai ter nenê, meu barraquinho já é pequeno, eu vou comprar berço, não sei o que, não sei o que lá. Aí eu falei assim: Se você quer trocar, Zé, eu troco sim. Aqui eu não vou ter condições de arrumar, e não sei o que. ...Aí nois trocamos na mesma hora. Era no mesmo corredor assim. Aí nois trocamos. Até bonzinho o barraquinho dele. Então, mais só que eu não gostei de lá.... Fiquei oito meses só, porque pra pegar o gás tinha que subir assim. Ah... Nossa, era um sacrifício pra tomar condução... Ah... Não gostei de lá. Aí, peguei, vendi lá. Vendi e comprei um outro aqui no Três Marias. Voltei pro Três Maria.

Dona Maria relata que voltou para os Três Marias, comprou uma casa próxima a casa do seu Fernando, uma liderança da área que a conhecia. Sua casa era perto do rio. Quando o rio enchia, entrava um pouco de água, mas não enchia o barraco.

Ah! Esqueci um fato que acabei de lembrar... Aí eu fiquei lá, com as minhas amigas, com as minhas colegas... Duas Deus já levou... E ficamos lá, graças a Deus, até fazer nossa remoção... A gente ia em reunião lá numa casa, lá perto dos prédios...A gente ia lá...A gente ficava sabendo que a gente ia pagar porque as moças falou: - Oh, aqui não é de graça, vocês vão pagar um pouquinho.

A senhora desejava ir para o conjunto habitacional?

... eu queria ir porque não tinha... Eu falei: Meu Deus, eu vou pra onde? Lá não tinha pra mim trocar...Teve uma que morava lá, ela voltou pro Norte porque ela não é de pagar coisas, ficava em casa, sabe, e lá não tinha nada pra trocar. Ela voltou pro Norte. Ela falou: Não, eu não vou pros prédios não, de jeito nenhum... E assim fomos pra lá, ficamos lá enquanto tava dando pra mim... Não tava dando... Dando assim, eu deixava de comprar uma coisa pra pagar as coisinhas, né? E fiquei aquele tempo todo...

Como era a vida no conjunto habitacional?

...era bom... Não era ruim não... Era muito bom... Só o que era um pouco ruim lá era esse negócio de conta de água. Uma conta só pra vinte família, tinha confusão às vezes, sabe? Uma tinha tanto filho, não queria, sabe? Era assim. Mas eu, graças a Deus, nunca discuti com ninguém. Aí, quando eu fiquei doente... Fiquei doente... Até hoje eu me trato. Aí falei: Meu Deus. Comecei atrasar a prestação, uma prestação. Falei: Meu Deus, e agora? Quem atrasa uma prestação, a outra já não põe em dia... Não põe. Aí falei: Sabe de uma coisa? Eu vou arrumar uma troca. Eu vou me embora sim, e vou voltar pra favela outra vez. E o meu filho, bem dizer, foi nascido em favela. Bem dizer foi criado. Aí, tinha uma vizinha minha [que disse]: Mas, dona Nair, a sra vai voltar pra favela? Ah, dona Maria, eu vou. O que eu posso fazer? Eu vou ficar na rua? Não posso, né? Eu, condição de pagar aluguel eu não tenho, e, se eu soubesse que ia aumentando as contas, tudo... Aí, água atrasada vinha acumulada, vinha mais... E foi tudo isso... Mas a vidinha era boa, não era ruim não. Era muito boa, porque lá, pra morar lá,

tem que ter família que tem cinco trabalhando. Um paga uma coisa, outro paga outra, mas eu não... Era só eu com meu pouquinho... Lá nem bico tinha pro meu filho. De vez em quando aparecia um biquinho, mas era de vez em quando, né? Agora aqui, pelo menos aparece. Ele é faxineiro Então, a gente passava... Até aqui, que a gente não paga nada, eu passo às vezes necessidade... Que o “bico” dele é assim... Ele trabalha, vamo supor, duas semana, mais ele não pega na hora, ele vai pegar só daqui a dez dias úteis, entende?

Apesar das dificuldades, dona Nair afirma que não era ruim morar no prédio:

...mas é muito bom, sim... O prédio era gostoso, sim. Não era ruim, não. Agora... Melhor era se fosse casinha. Agora... Se fosse casinha, eu não tinha saído, não... Porque a conta é só da gente. Então... mas se fosse uma casinha, assim, até que eu ia fazer sacrifício mesmo pra mim pagar direitinho. Mas apartamento... Pra mim morar era bom... Mas na hora de dividir as contas... Eu pagava todo fim de mês. Quando eu recebia, eu pagava. Iam me dar recibo assim... Sabe, eles num marcava no dia assim. Ia marcar não sei que dia, e eu pagava sempre no fim do mês, que as minhas continhas é assim, pago sempre no fim de mês. Então eu fiquei assim, meio desarcorçoada. Mas não é ruim, não... Não é ruim, não... É gostoso, sim.

Na segunda entrevista, tive a oportunidade de perguntar se a dificuldade de pagar as contas, era exclusivamente dela ou se o prédio também tinha problemas?

Problema viu... Muito problema... porque a senhora vê... a conta de água...era uma conta de água pra vinte moradores... A gente pagava e outros já ia pagar não sei que dia... Outros falavam não gasto isso, não vou pagar... e ficava acumulando, atrasando as contas, e quando vinha os juros, nós que pagô direitinho tinha que pagar os juros outra vez. Nos começo ia muito bem, mas depois começou aquela bagunça... Puseram um síndico lá que não sei de onde saiu... Roubou o fundo de caixa nosso

Ela não se lembra ao certo quanto tempo morou no Garagem, mas estima que lá ficou por volta de cinco ou seis anos...

Fiquei bastante tempo.

Agora... Quem foi pra lá, vieram tudo pra cá depois. Eu fui à última a vir pra cá, né? Na época que eu vim pra cá, nossa, encontrei todo mundo aqui (risos). Mas só que elas não tão aqui ainda... Não tão... foram tudo embora.

Porque outras famílias também voltaram para a favela?

Ah! [suspiro] por causa disso mesmo também... O pagamento.

A sua doença teve alguma influência na decisão de sair do conjunto?

Não... Não... Foi mais o problema da conta... E depois, se desse pra mim pagar direitinho, eu tinha ficado. Tinha sim. Não era ruim, não. Era muito bom... É bom o lugar lá... Tudo pertinho... Nossa... Gostei demais de lá.

Entretanto, Dona Nair afirmou, posteriormente, que as contas acumuladas eram referentes à “prestação”, ou às taxas concernentes ao Termo de Permissão de Uso, e não às contas do condomínio:

...É... O condomínio tava certo, né? Mas foi mais a prestação. Acho que foi a prestação só... Que eu tava tudo em dias com condomínio... O gás eu tava em dias, o gás... Foi mais a prestação. Falei: Aí não vai dar pra mim pagar, meu Deus... Fiquei lá... Falei: Meu Jesus... Não sei se eu pago a prestação ou se eu pago a... Não sei se eu compro remédio, se vou no médico, eu não sei. Então, ficou atrasado.

Sobre a permuta, dona Nair relata que esta foi realizada por meio de uma moradora do conjunto que a apresentou a uma parenta interessada em uma troca... Segundo dona Nair, a pessoa com a qual fez permuta morava na favela em um barraco de madeira. Derrubou o barraco e construiu no lugar, uma casa de bloco para fazer a troca.

Um dia ela pegou, veio, falou comigo. Ela foi, olhou... Ela gostou. Ele era tudo limpinho apesar de que eu não pus nada lá. O chão era a mesma coisa. Do jeito que eu entrei, eu fiquei. Não dava pra mim arrumar nada. Aqui eu não vi [na casa da favela onde mora]. Diz que era uma barraco de tábuas. Ela pôs tudo no chão... Ela me trouxe para ver quando tava fazendo o licerce. Acho que durante dois mês fizeram aqui. Então ela pegou, foi lá. Ah, dona Nair, já tá pronto. Vamos lá ver... Tá bonitinho... Tudo branquinho e verdinho. E foi assim.

Na segunda entrevista, dona Nair explica melhor porque optou pela permuta:

Eu queria vender lá... Vou falar a verdade... Eu queria vender, mas como eu não consegui vender, assim, ninguém queria dar o preço que eu queria, só queria me dar em pedacinho, eu falei não, assim eu não quero, prefiro então uma troca... Eu pego o dinheiro e gasto, e depois como eu fico, eu fico na rua? Não, não, não. Aí pensei melhor e falei, sabe de uma coisa, acho que eu vou trocar, elas por elas mesmo.

Dona Nair não se recordava o ano que se mudou para essa casa na favela.

Quem deve saber bem é a dona Maura. Nem sei onde era mora também agora. Que ela vendeu lá. Que ela também não gostou também. Ela ficou cinco meses só. Mas quando ela foi falar comigo pra trocar, eu falei pra ela: Dona Maura, é assim, assim, assim, assado. Ela não foi enganada. Que nem nós não fomos enganado também pra lá. Mas a assistente social falou... Oh é assim, assim. Mas só que foi assim... A gente começou a atrasar tudo. Então... Enquanto que ficou quase dois anos pra receber o carnê pra pagar prestação... Aí quando chegou o carnê, falei: Aí meu Deus, e agora? Aí então fui pagando... Não deu mais.

Falei: Eu vou trocar porque não vai dá. Porque de repente a Prefeitura vem, me põe eu pra rua com meu filho... Fiquei com medo [risos].

Falei: - Vou voltar pra favela mesmo. Lá minha vizinha falou: Você é louca, você é louca. Não tem problema... fazê o quê... E tô aqui... é essa a minha história.

Como é a vida aqui na favela?

É boa... É muito boa. Vizinho não enche as paciência... Aqui me dô com o pessoal tudo... Me dô muito bem... Pra mim, o que eu ver, deixo pra lá. Sou cega, surda, muda, sabe? Eu não quero nem saber cada um cada um né? Então... E eu tô bem aqui.

Dona Nair relata que seu filho gostou da mudança.

...Ele gosta. Ele não quer ir embora daqui. Ele não quer, mas eu quero. Falo: - Filho, vamo fazer troca num outro lugar. Ih mãe... Não, aqui tá bom... tão gostoso mãe! Ele gosta muito daqui. Aonde eu vou, ele me acompanha. Ele não é assim... assim... um rapaz assim, .que não sei o quê. Não... Não. Ele é muito simples. Usa tênis que ele ganha, roupa que ele ganha... Ele não tá nem aí, não. E é só eu, ele, e Deus. Nos comecinhos ele ia fazer visitinha pra lá (nos prédios). Ia a pé daqui. Mas depois falou: - Ah mãe, não vou mais pra lá, não. Ah... Tá chato pra lá... que num sei o quê.... num sei que ...num sei que lá... e num foi mais. Aí fica pra cá.

Quando pedi que comparasse a vida no conjunto habitacional onde morou e na favela onde mora, dona Nair disse que lá a vida é melhor.

...Ah, porque... A senhora sabe que favela é sempre discriminada. Sempre... É que nem a religião. Religião é discriminada pra caramba Eu to contente aqui, gosto, e tudo. Mas eu se pudesse mesmo, se eu pudesse mesmo, eu ficava lá. Vamos supor... Se eu tivesse meu filho trabalhando direitinho, ele tava ganhando um pouco mais que o salário e eu também, eu acho que ia fazer uma forcinha... Eu ficava pra lá. Mas não deu... Mas aqui também não é ruim, não... Eu gosto...

Para entender melhor o que ela quis dizer com discriminada, perguntei: Discriminada em que sentido?

...Ah... ah...todo mundo: - É... favelada... Porque não sei o que, é então, tá vendo? Mora na favela, não tem endereço, não sei o que, pepepe. Aqui tem muita gente boa, viu? Tem gente trabalhadeira pra caramba, viu? Só esta mulher que pega papelão com este calor... Olha... tem gente boa mesmo, viu? Aqui todos trabalha quase, viu? É... Então... Só que caso, se põe um aluno na escola, sabe que mora na favela... Tá vendo? Olha lá... É favelado... que num sei o que... É isso daí...

Seu filho passou por experiência para conseguir trabalho?

Não... Graças a Deus, não.

Voltando à comparação entre o conjunto e a favela, perguntei: O que tem de bom aqui?

De bom é que eu não pago aluguel [risos].

Como se sentiu quando voltou pra favela?

Eu estranhei... Estranhei um pouco. Estranhei. De manhã eu levantava, olhava a vista... Ah meu Deus do céu... Eu nem acredito que eu voltei outra vez... Sei que estranhei um pouco. Mas depois acostumei e tô acostumada. É assim [risos]. Mas é muito bom o apartamento. É bom, mas é bom pra quem tem quem trabalha... Tem marido que trabalha... Ganha. Um paga uma coisa... outro paga outra. Agora eu sozinha... Eu sozinha pra tudo... Não dava. Aí peguei falei: Ah não, vou embora, num dá... E é assim... Mas não é ruim, não. Mas eu tô feliz aqui, viu? Sou... Sou feliz.

Perguntei à dona Nair o que, para ela, significa morar com qualidade de vida.

Ah... Não entendi. É assim, tipo, morar com qualidade?

Repeti a pergunta de outra forma: – É... O que para senhora é importante em relação à moradia, para senhora ter uma qualidade de vida melhor?

Ah. Será que eu vou responder certo? É tipo assim, a gente fica na dela, num se incomoda com ninguém? É isso? Essa qualidade que eu tenho, não implicar com ninguém...

Reformulei a pergunta novamente: - Comparando o conjunto habitacional e a vida que a senhora tem hoje, com qual dos dois lugares a senhora acha que viveu ou está vivendo com maior qualidade?

Ah... No apartamento. Maior qualidade... Sem comparação... No apartamento... No apartamento.

Querendo compreender melhor porque acha que a qualidade de vida no apartamento é melhor, perguntei: Além do problema da discriminação na favela, há outra razão para lá ser melhor em termos de qualidade de vida?

...Ah, é que cada um fica lá nas suas casinhas, nos seus apartamentos. É assim. Só chegava na hora de pagar, ia falar com sindico tudo, e é assim...

Para investigar mais a respeito das atuais condições objetivas de moradia, perguntei se ali não tinha problema de enchente, já que reside a poucos metros do córrego.

Não. Nunca tive problema de enchente. Nunca, nunca, nunca. Porque quando nois fomos trocar, nois fumo lá na Prefeitura. Aí nois fizemos tudo direitinho lá... Mas só que teve um problema só que elas falaram que vinham fazer visita, e não vieram fazer visita antes de eu mudar. Aí nois mudamo. E elas num falaram nada. Aí depois, até hoje, num vieram. A não ser agora a senhora que veio, né? Então, mas foi feito tudo legalmente. Mas eu gosto muito daqui. Gosto sim. Mais mesmo eu gostando muito daqui, se eu pudesse, eu ficava lá... Se eu pudesse... Eu ficava lá.

Minha última pergunta foi sobre o futuro: Em relação à moradia, o que a senhora espera pro futuro?

O meu futuro?

É, o futuro.

Não espero nada... A morte.

Mas a senhora tem planos de sair daqui? A senhora pretende ficar aqui?

Ouvi falar por aí. Não sei... Onde há fumaça, há fogo. Vai passar num sei que lá. Diz que vão tirar, que vão tirar aqui. Uns falam que sim, outros fala que não. Porque lá nos Três Maria foi assim... É porque falam que vai tirar aqui... Outro vem lá, que pepepe, que não sei o quê, que sei que lá, que pepepe. Ah, mais foi uma hora, levou cinco anos, mas que tirou, tirou. Agora... Eu escutei... Não sei se é verdade também, né?

A senhora tem o termo de Concessão de Uso Especial?

Tenho... Tenho... Tá guardado... Foi até antes da dona Marta²² sair... Ela deu... Tem eu, tem a vizinha. Aqui tem bastante gente tem, aqui. Ela deu pra nós. Tá guardado.

Expliquei o significado desta concessão e os direitos adquiridos com ela. Mesmo assim, a insegurança sobre “o amanhã” pareceu não se extinguir.

²² Marta Suplicy – Ex-Prefeita da cidade.

Segunda entrevista com dona Nair – comentários sobre as fotos (realizada em 19.10.2007). Participaram da entrevista dona Nair e seu filho Ricardo.

Parquinho: (foto 1)



[Nair]: *...tem escola lá perto [da praça].. Então, tem um parque infantil lá, então quando as crianças saem da escola, ficam balançando, brincando...*

Dominó: (foto 2)



[Nair]: *...quando ele [o filho único Ricardo, de 27 anos] ta em casa, ele fica jogando dominó lá na praça. Nessas árvores aqui fica umas mesinhas pra veiarada jogar dominó.*

[Nair]: *é um passatempo que eles tem um pouquinho. Pras pessoas que nem ele (...) que não fica em porta de bar e essas coisa... que não bebe, não fuma, nada, que ta desempregado. Ainda não chamaram ele [o filho Ricardo] pra trabalhar, então pra não ficar aqui, assim..., então ele fica mais pra lá do que por aqui.*

Perguntei se outros moradores também freqüentam a pracinha.

[Ricardo]: *Tem o pessoal, seu Pedro, seu Abílio. Foi ele [seu Abílio] que arrumou serviço pra mim.*

Reciclável: (foto 3)



[Nair]: *Aqui tem um senhor que “coisa o lixo” pra vender (...). Ele vende reciclagem. Ele tava ensacando tudo. Eu queria tirar [a fotografia] com ele junto, mas ele não tava, ele tinha saído. Eu peguei e tirei só de frente aqui. Tirei só do material reciclável.*

[Nair]: *Eu queria mostrar ele [o homem que trabalha com o material], mas ele não tava... Ah, sabe de uma coisa, acho que eu vou tirar aqui do serviço dele. Eu achei que foi interessante. Assim que eu tirei, ele chegou. Ah, irmão Roberto, ó aí, tirei uma foto daqui viu? Ele deu risada (...). Ele falou: tá bom.*

O material reciclável ensacado na porta de sua casa a incomoda?

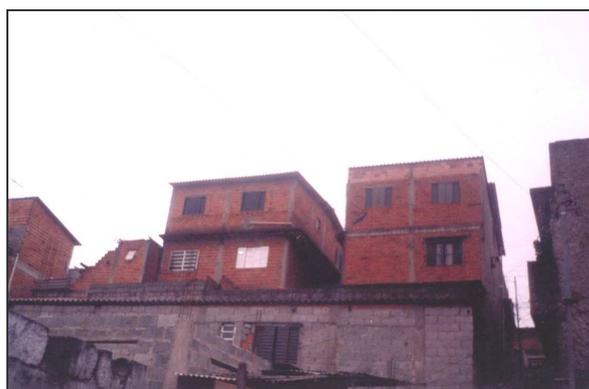
Não, aqui nada me importa não. Aqui só me importa, que eu fico nervosa um pouco aqui é que me atacam pedra no telhado. Já pensou que lá no meu quarto tem um arrombo desse tamanho. Isso me incomoda bastante.

Quem joga pedra?

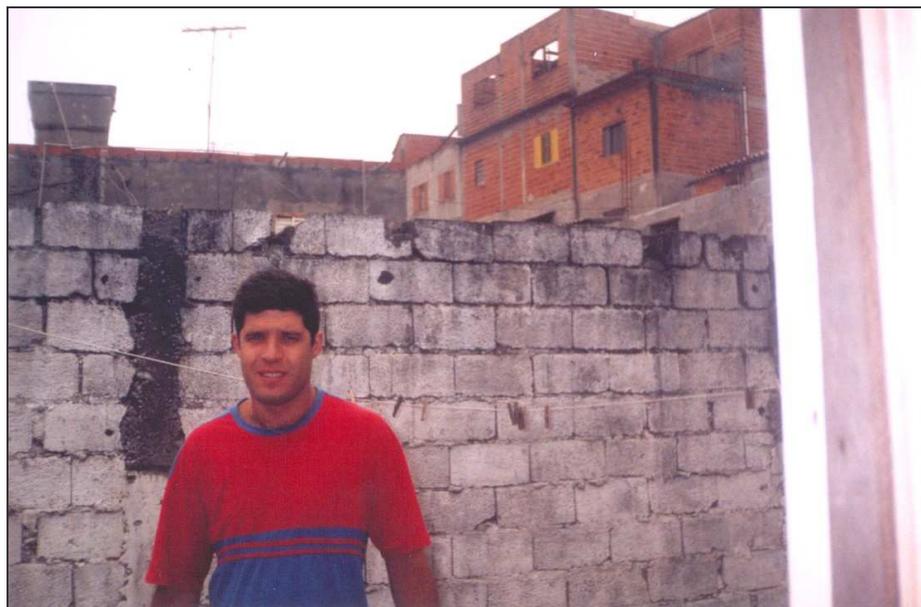
[Nair]: ... Ninguém sabe, ninguém sabe... Vem dali dos sobrado, vem num sei daonde daqui (...) é muleque mas tem mulecão também né, muleque que já não é mais criança. Então o que me incomoda é isso, porque do resto (...) nada me incomoda.

[Nair]: (...) Ai... Aquele barulhão no telhado... Tem que ver... Incomoda mesmo, muito, mas eu não vou falar nada sobre esse negócio de pipa porque é tempo de pipa, e é muita criançada, se eu vou falar eles vão dizer que eu sou pirracenta e vão pirraçar mais ainda... Me incomoda muito mesmo porque quebra a telha e a gente não pode arrumar. Então... Mas nada me atrapalha viu... Nada, nada, nada.

Sobrado: (foto 4)



[Nair]: Isso aqui é dos sobrado aqui encima que nos tiramo.(...) quis mostrar que aqui é bonito... Que aqui tem sobrado também... Não é só por aí que tem sobrado [risos]. Olhei aqui, olhei ali, falei: Oh filho, vamo tirar [foto] do sobrado, toda contente...[risos].

É bonito o lugar: (foto 5)

[Nair]: (...) aqui é o muro que eu ergui né... falei, vou tirar pra mostrar que é bonito o lugar... Não é tão feio como parece, né?

Ricardo diz que, quando sua mãe quis sair do conjunto habitacional, ele não queria sair, mas agora ele gosta do local onde mora.

[Nair]: Agora ele não quer sair daqui! Eu tenho boa amizade, ele também tem... Graças a Deus... Eu não mexo com ninguém aqui... (...) pode acontecer o que acontecer aí... Tem quebra pau por aí, e eu não quero nem saber...

Essas outras pessoas do Garagem que moram aqui, a senhora conhecia ou tinha amizade?

Conhecia bastante a dona Lourdes lá da favela, mas agente não tinha assim... amizade... eu vim mesmo por causa das contas...

E o que significa pra senhora morar na favela...

(...) significa assim... é bom morar na favela... não vou falar que não... tem gente muito boa mesmo... mas se eu pudesse mesmo, eu não tava na favela...

se eu pudesse mesmo. Se eu tivesse condições, não tava não, mas a gente não tem, fazer o que... Tem que ficar aqui. Mas é bom, eu gosto. Sou feliz. Agora, se eu pudesse, ele trabalhando direitinho, ganhasse um salarinho ótimo, eu também com meu dinheirinho, se desse, pra pagar as contas e pra comer também... porque lá no prédio, eu não sabia se eu comia ou se eu pagava as contas...

3. “A favela é uma coisa que você vive liberta”: relato de dona Lourdes

Entrevista realizada em 14 de outubro de 2007.

Eu nasci aqui no Belenzinho. Sou de São Paulo mesmo... Me criei aqui mesmo, nunca fui pra canto nenhum...E...tenho 52 anos... Saúde nem um pouco...

Neste momento dona Lourdes começa a chorar. Um choro silencioso. Não conseguia continuar a falar. No primeiro momento, eu não sabia por que chorava... Ao final da entrevista, entendi que havia muitos motivos...

Informa que saiu do Conjunto habitacional Garagem por meio de uma “troca” que fez com uma casinha na Favela Cangaíba, mas que não se deu bem lá.

É muito malandro... Até abandonei... Nem fiz nada lá e saí fora... Larguei lá e vim pra cá... Eu sou besta de ficar lá no meio de tanta coisa que eu não conheço? Uns caras que... Só palavrões... Entrega droga na sua porta... Porque ali é triste de morar ali. Quem mora ali... Quem entra ali pra morar tem que saber sair e saber entrar. Eu não me dei bem lá.

Mora atualmente na favela Esperantinópolis, na casa de sua filha mais velha, Paula, 3º sujeito desta pesquisa, e também com seu companheiro, seu genro, sua filha mais nova e netos. A casa é de alvenaria, como a maioria das casas da favela, num corredor com piso de cimento. Está localizada no alto do morro, próxima da rua, próxima da escola e longe do córrego.

Toda a família trabalha com sucata. A casa é repleta de materiais recicláveis, tanto internamente quanto externamente, no corredor de passagem, viela da favela.

Dona Lourdes nunca foi para a escola.

Eu sou a mais velha dos irmãos. Nós somos em quatro, três mulher e um homem. E eu era a mais velha, então não podia trabalhar, que eu tinha que cuidar dos meus irmão e da minha mãe que tinha problema de saúde.

Tinha ataque epilético. Então não podia estudar. Não dava tempo. Além de ajudar, ainda tinha que trabalhar, ajudar e cuidar dela na cama, cuidar das crianças, dar leite pras crianças, comida...então não deu pra estudar...

Vive com um companheiro há 36 anos, pai de seus filhos, mas em todo o relato de dona Lourdes, ele só foi mencionado quando perguntei se ela era casada. O apartamento estava em nome de dona Lourdes e fica claro que todas as decisões sobre as mudanças de moradia foram tomadas por ela. Afirma que ele não trabalha com sucata por motivo de saúde.

Dona Lourdes tem uma respiração difícil. Afirma que sofre de bronquite alérgica. Passa o dia sentada no sofá, descascando fios de cobre. Todas as vezes que estive consigo, estava sentada no mesmo lugar, fazendo a mesma atividade.

Continuei com a entrevista, e aos poucos dona Lourdes foi conseguindo dar prosseguimento à sua história.

...Eu tinha sete (filhos). Tiraram eu lá dos Três Marias pra matar meu filho lá na São Miguel [O Conjunto Garagem fica na Avenida São Miguel]. Tava bom nos Três Marias. Tava muito bom. Tinha traficante como em todo lugar tem... Drogueiro como em todo lugar tem... Mas a gente era feliz... Era mais unido os vizinhos, os amigos...tudo... A polícia não enchia o saco da gente...porque não tinha porque encher...era muito bom...foi uma das melhores favelas que teve ali...foi aquela...e aquela nunca mais vai voltar...tá destruído...

O filho caçula de dona Lourdes, com treze anos de idade, foi atropelado por um ônibus na Avenida São Miguel quando voltava de um jogo de futebol, promovido por um dos moradores do conjunto com as crianças de lá.

...Conhece a Neusa, né Sonia? (Sonia – assistente social que estava filmando a entrevista, conhecida pela entrevistada, pois também trabalhou no PROCAV). A Neusa, aquela que tem dois menininho pretinho que um morreu afogado. A senhora lembra? Então... O marido dela chamou ele, foi

procurar ele em casa. Eu falei: Meu filho não tá... Tava empinando pipa lá embaixo... Deixei ele lá, deixamo ele lá...ele falou tá bom...foi chamar ele...colocaram um monte de criança num caminhão e levaram pra jogar bola. Na metade do caminho quebrou o caminhão, eles tinham que vir a pé. Conforme ele veio pela calçada, o ônibus “Aerolim” subiu na calçada, bateu no peitinho dele, jogou ele longe nos prédio lá, uns quinze metros... Por causa dele...

Quantos anos a senhora morou nos Três Marias?

Mais de 20 anos... Foi muito bom... Foi muito bom... Essa menina que saiu daqui agora foi criada lá... e hoje ela é mãe...e era muito bom, muito bom, muito bom...nós se dava até com os policiais lá, nós se dava bem...

E como era o dia a dia lá?

...Ah... Era o normal de sempre... Era sucata a mesma coisa... Nós se dava bem com a polícia a mesma coisa... Eles paravam lá, levavam “marmitex” pra gente... Era tudo unido... Passavam... Paravam... Andavam... Chamavam... Tudo unido, tanto vizinho, como polícia, como qualquer outra pessoa... Era tudo muito bom... Mas agora tudo acabou...

A respeito do trabalho, perguntei se dona Lourdes vive da sucata há muitos anos.

...Já... há muitos anos... Nossa... Desde quando eu me entendo por gente... Que eu cuidava da minha mãe que era muito doente... Então... Cato há muitos anos já... Até os dedos tão calejado... [mostra os dedos calejados].

Antes de morar nos Três Marias, dona Lourdes informa que morou nas casinhas do BNH na vila Cisper. Menciona rapidamente os lugares onde já morou, mas não menciona o Conjunto Habitacional Garagem.

...Aí eu precisei sair de lá e mudei pra... Pra casa da minha irmã nos Três Marias... Dos Três Marias eu mudei lá pra... Ai, eu não lembro o nome lá

embaixo... Depois eu comprei um barraquinho ali, e ficamos lá nos Três Marias...ficamos ali...e de lá pra cá... De lá pra Cangaíba, mas não deu certo...um dos piores lugares que tem pra morar o Cangaíba...naquela favela...aí eu peguei, abandonei lá e saí...vim pra cá com a minha filha, e fiquei com ela...

Para compreender melhor as condições concretas de vida na favela Três Marias, pergunto se lá tinha problema de enchente.

...Tinha... Nossa... Meus documentos foram tudo perdido lá com a água... Documento que eu peguei até de lá da... Como é que fala, da PROCAV lá... Foi perdido lá... Caiu lá embaixo... Conforme caiu os barranco lá... Então foi tudo embora... Caiu um pedaço [da casa] assim por trás.

Ainda para compreender melhor as condições concretas de vida, pergunto se seus filhos estavam na escola.

...Tava tudo... Meus filhos não tava perdido como tem dois perdido na vida aí... E agora só tem as meninas... Um bebe demais... O outro se droga demais...

No conjunto habitacional viviam com a dona Lourdes o filho que morreu e mais duas filhas. Não menciona o companheiro. Perguntei a dona Lourdes como é que ela e sua família passaram a viver depois que foram no conjunto?

...Ah...só tinha eu pra...em termos...pra poder pagar condomínio, água, luz, gás, tudo, né... Mesmo catando a sucata...e uma andorinha sozinha não faz verão...então não tinha como...eu sair pra catar...assim...ali tinha muito catador também...já era um lugar que não tinha muito lixo pra catar sucata...começou a decair... Não dá pra pagar...o pobre não consegue pagar...por mais simples que ela seja, seja da PROCAV, seja da onde for, não consegue pagar...não consegue mesmo...ou ele para...ou ele entrega...ou ele sai. Ou troca com alguém ou sai. Ali só pode morar gente de classe média... Classe média pra cima pode morar... Pequena não pode não. Aí eu precisei

trocar com a mulher lá por causa do... Não podia pagar... Não tinha condições de pagar...

Pedi que contasse como desenvolvia seu trabalho no conjunto habitacional.

...Não encontrava [colocava] nada dentro do apartamento. Não colocava mesmo. Que nem tá aí fora. Aqui não tem espaço. Olha aí fora. Tamo pondo aí fora. Era assim, ó. Só que não era assim encostado. Era lá embaixo naquele terreninho vazio, lá na rua, lá. Ali... A gente colocava ali. Mas era pouco, não era muito, que ali não tinha nada. Não sei agora... Depois de tantos anos... Não sei...

Afirmou que não gostava de morar no prédio:

...porque...uns podia mais e outros não podia nada, e era sempre gente, é...pessoas que gostam de deixar você pequena... Outros né... Então, eu não gostava não... E meu filho também que bebia, também ficava ali bagunçando muito... Antes de ele morrer ali, eu preferi sair também, pra gente se espalhar. Fui pra um canto...ele foi pra outro. Arrumou uma moça, foi pra outro lugar, eu dei graças a Deus, e foi...

O que, na verdade, a levou a decidir sair do conjunto?

...porque eu não conseguia pagar... Era a questão de não conseguir pagar, porque, olha gente, é muito dinheiro, sabe Precisa trabalhar pra ganhar o dinheiro da luz, do condomínio, do gás. Dá o dinheiro da caixa, que sempre tem que dar... Todo mês tem que depositar; que se quebrar uma coisa, se queimar uma lâmpada, tem o que tá depositado.

Perguntei em seguida: Quanto tempo a senhora ficou lá?

...Ah... Eu não lembro...

Foi mais de um ano?

...Foi... Nossa! Foi mais que eu fiquei... Adorava ali, mas... No mesmo instante... Por não poder mesmo...

Para compreender o significado de morar na favela, pergunto a dona Lourdes: Na idéia da senhora, a senhora voltou para uma favela? Quer dizer... Que idéia de favela a senhora tem?

Ah... Eu gosto porque eu tenho muitos amigos... A favela é... Sei lá... Uma coisa que você vive liberta. E uma casa alugada ou um prédio você não tem a libertação, você não tem direito a nada. Você não pode nem tossir que você já tá acordando a vizinha que trabalha a noite. Você não pode gemer que tá acordando a criança que acabou de dormir. Então você não tem o sossego que você tem na favela. Na favela você canta você pula, você brinca, você tosse, ninguém fala nada. Entendeu? Cada um toma conta de si. Ah, tá aí meus pacotinho [de material reciclável] aí. Até agora ninguém falou nada. Mas vai falar por quê? Tá mexendo com alguém? É trabalho como é trabalho de qualquer outra pessoa... Normal, né?

Pedi que fizesse uma comparação entre o conjunto habitacional e a favela onde mora. O que é melhor e pior em cada lugar? Dona Lourdes respondeu:

... Bom... O bom no apartamento é que não chove dentro (risadas), né? Não tem rato, não chove dentro... E a favela, o que tem de bom, é isso que eu falei... É a libertação... A liberação... é... a amizade, né? A brincadeira... Eu faço uma brincadeira com um ali... Já aceitou. Eu faço com outro... Já aceitou... É todo mundo já unidinho. Você faz uma brincadeira com uma pessoa que não te conhece no prédio, pronto. Você falou o quê pra mim? Você vai tornar a repetir, já vai começar... Uma brincadeira mal entendida... Vai sair confusão. Então, eu prefiro a favela.

O que significa pra senhora morar com qualidade de vida?

...Ah... Muita coisa, né? Não vai chover dentro... Não vai ter bichos... Ter prazer de entrar e sair; trancar sua portinha e ir trabalhar, quando voltar tá as coisas tudo no mesmo lugar... Portinha trancadinha, você abriu, entrou, tá em casa. Ter lugar pra sair a sujeira, ter lugar pra você por o lixo...e assim vai...

A senhora considera que aqui a senhora mora com qualidade de vida?

Não, a gente não mora com qualidade de vida. É que a gente não tem escolha... Não tem escolha... Me mostra uma casa que a gente possa morar, que você possa pagar, que você fala: esta é minha casa...eu vou pagar sossegada... Não tem como... Não tem como... Você não consegue pagar... Qualidade de vida... A gente quer mudar... A gente quer uma coisa melhor, mas não pode... Não tem cabimento... Aqui, se eu pudesse, eu fazia pra minha filha subir mais pra cima... Porque pode ver... Não tem viga em canto nenhum, não tem aquele negócio de segurança. Como é que chama aqueles ferro? Não tem não... E ela tá baixando, oh... Se eu pudesse, eu reformaria e subia mais a casa dela pra cima, entendeu?

Como a senhora se sente morando aqui, dona Lourdes?

Ah, eu me sinto mal porque eu estou na casa dos outros... Você não fica bem na casa dos outro. Você se sente mal... Não se sente bem... Nunca tá bom pra ela, nunca tá bom pra mim... Aí eu me sinto mal, porque eu gosto das minhas coisinhas assim tudo espalhadinha...que eu sei aonde tá... Porque diz que eu não posso passar nervoso, então eu já deixo minhas coisas num cantinho, pra mim achar tudo certinho. E ela, não. Ela gosta das coisas tudo certinho no lugar. E eu já gosto das minhas coisas tudo espalhadinha... Que nem tá aqui. Aqui eu sei onde ta minhas coisinha pra mim trabalhar, e ela... Apesar de que ela não liga...Ela ajuda ainda porque sabe que eu preciso. Mas eu não gosto, não. Eu queria ter uma casinha minha, com um quintal bem grandão, só pra mim.

Dona Lourdes, o que a senhora pensa para o futuro?

Ah, meu futuro, sabe o que é? Tô doida pra arrumar dinheiro pra arrumar uma perua pra mim trabalhar [com sucata] [risos]. É o meu sonho. Ajuntar um dinheiro e comprar uma perua. Esse é o meu futuro.

E em relação à moradia?

Ah, eu queria uma casa só pra mim... Com quintal bem grande... Só pra mim.

Em qualquer lugar que Deus me mandar, mas não longe daqui, porque meu trabalho, meu pão de cada dia, é tudo aqui nessa redondeza aqui, da COHAB pra cá. Pode ser na favela...

Ao desligar o gravador, perguntei por que ela chorou. Ela voltou a chorar e respondeu:

Saudade... Dos Três Marias... Eu tinha meu filho... Eu tinha saúde... Eu tinha tudo... Amigos... Hoje... é só nós... Até a Marcia [uma vizinha que também era da Favela Três Marias, foi removida para o Garagem, e agora mora em frente à casa de dona Lourdes] que era amiga mesmo, e deu no que deu, até a cara pra gente virou... Por que? Porque a gente não é da mesma laia... Tudo acabou... Tudo, tudo acabou... Era bom... Favela é bom... Aqui também é bom... Apesar que eu não mexo com ninguém... é só eu e meus filhos...

E esse problema de saúde dona Lourdes?

É bronquite alérgica... Não dá pra fazer nada... Pra mim andar tem que ser de carro. Pra sair de casa tem que ter carro... Por isso que eu tô trabalhando... Porque eu compro minha perua... Eu vou comprar... Vou fazer de tudo... e vou comprar. De pedacinho em pedacinho eu compro... Ô se compro... Deus é mais, né? Compro...

Segunda entrevista com dona Lourdes – comentários sobre as fotos (realizada em 14.11.2007)

Apenas dona Lourdes participou diretamente da entrevista. Sua neta fez a filmagem e os outros netos menos permaneceram no mesmo ambiente. Estavam bastante curiosos com as fotografias.

Títulos das fotos e comentários:

“Esse aqui é meu lixinho que eu amo de paixão”: (foto 6)



É um trabalho que muita gente gosta de fazer, pra viver, pra comer

Perguntei se os vizinhos não acham ruim que os sacos de “lixo” fiquem naquele local (viela de passagem). Dona Lourdes responde:

Não falam muita coisa porque eu tenho palavra mais forte por cima. (...) é melhor meus sacos de lixo do que saco de droga vendendo pra criança. (...) esse é o nosso pão de cada dia...

“Oh que linda ficou a escola! Gente!”: (foto 7)



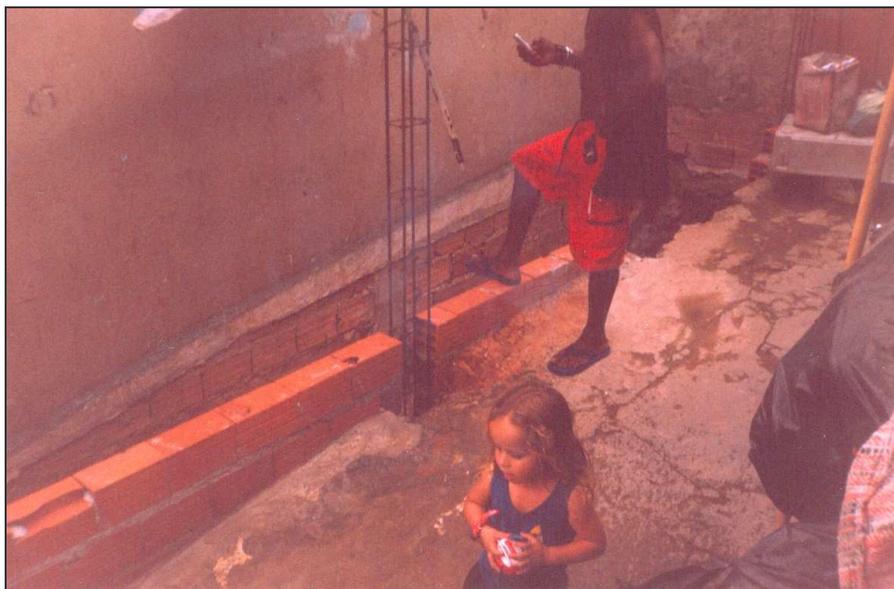
Dona Lourdes conta que aos finais de semana tem atividades na escola pras crianças.

Sábado e domingo elas fazem aqueles bonequinhos de massa, aula de pintura, música, às vezes dança (...) bastante coisa.

Entrada da Favela: (foto 08)



Eu achei bonito. Pra mostrar que não é grande coisa, mas também é jeitosinha...

Buraco: (foto 09)

Esse buraco é que ele ta comendo um pedaço da gente passar. Ele (o vizinho) quer aumentar a casa dele pra cá. Não pode aumentar. Tem que ter passagem pra gente passar. Ele quer que a SABESP²³ vem aí tirá os cano de água do povo daí e põe pra cima... Não pode porque as criança vão quebrar. (...) Agora ta esse absurdo aí...

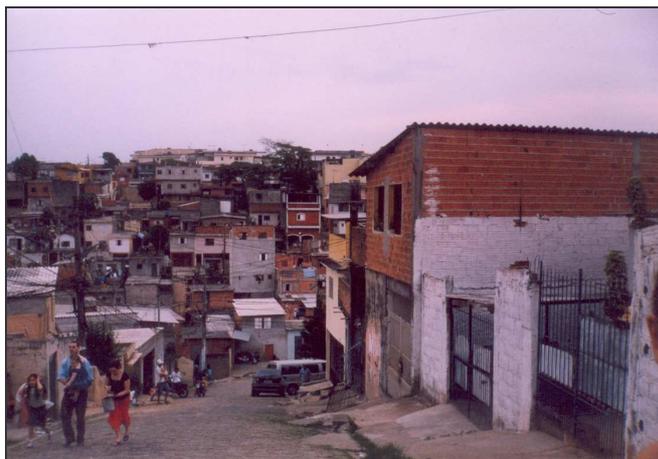
Como os moradores resolvem isso? Dona Lourdes responde:

Com ele não tem conversa... (...) ele não tem direito de tampar a passagem dos outro... (...) é daqueles que não quer saber...

Perguntei então se na favela havia uma forma de os moradores se organizarem, se não havia alguma associação.

Ah, tem aqui em cima, mas não faz nada não. Só ajuda rico também. O pobre quando chega lá pra tirar (cesta básica) não tem mais nada. É pra quem tem dinheiro. (...) quando você chega a descobrir que tão dando uma cesta básica aqui, todas (as mulheres) já foram e já cataram. Ninguém te avisa nada. Então você fica embaixo, fica como nada.

²³ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Parte de baixo: (foto 10)

Eu achei bonitinha... Essa é a favela (...) eu acho tudo bonito: O povo, as casas. Ah... Sei lá... Uma coisa assim que... (quando) a gente sai, quando volta pra casa... ai, graças a Deus, tô chegando em casa... (...) Aqui é o barzinho que a gente compra umas coisinha...

Orelhão e casa do Sem Terra: (foto 11)

Esse orelhão aqui não tem telefone aqui não. Eles tiraram porque estavam quebrando... Eles tiraram...

Aqui é a casinha do Sem Terra, um cachorrinho que tem aqui. O Sem Terra é de todo mundo, da favela inteira. Todo mundo ajuda cuidar dele...

4. “Favela é a porta do mundo”: relato de dona Neuza

Entrevista realizada em 25 de outubro de 2007.

Dona Neuza tinha 48 anos na data da entrevista, nasceu em São Paulo, na Avenida Celso Garcia, zona leste de São Paulo, mas sobre sua infância e família prefere não falar.

...da minha família não tenho muita coisa a dizer porque eu fui criada sozinha. Então não tenho muito o que falar assim da minha família... Hoje eles moram tudo perto de mim. Então não tenho muito o que falar deles não...Até tinha, mas deixa pra lá...

Mora atualmente numa favela localizada atrás de um campo de futebol, na Avenida Águia de Haia, zona leste, próxima à Avenida Imperador e à Avenida São Miguel, que diz ser conhecida como Campo dos Caprichosos. “A favela não tem nome... Não tem... é no campo dos Caprichosos”. É uma favela que apresenta precárias condições de salubridade. Quando chove, o córrego enche e entra água dentro das casas mais próximas, na baixada. Ainda tem muitos barracos de madeira. A casinha de dona Neuza é de alvenaria e não fica na baixada. Portanto, não sofre com a enchente. Mas durante as vezes que estive por lá, me mostrou as marcas da enchente nas paredes das casas, mostrando a precariedade do local.

Sua renda atual é proveniente de faxinas que faz em casas de família, além de um auxílio doença que ocasionalmente está recebendo do INSS²⁴.

Vive com seu filho, que na data da entrevista tinha 26 anos, e um companheiro, com quem vive há pouco tempo. Um de seus filhos veio a falecer por afogamento quando ainda era criança, na época que residia na Favela Três Marias.

Dona Neuza inicia a entrevista contando que antes de ir morar nos Três Marias, morava em uma favela na Casa Verde, com seu primeiro marido, onde teve seus dois filhos. Depois que o marido faleceu, foi morar na favela Três Marias.

²⁴ Instituto Nacional de Seguridade Social.

Então, aí eu tive meus meninos. Aí me separei. Quando meu menino tinha quatro meses, o que morreu afogado, aí eu conheci o Tarcilo, mas foi na favela, nos Três Maria. Aí fui morar com ele... Morei um ano. Depois nos separamos... Voltamos. Eu fiquei sete anos com ele. Aí foi na época que nos separamos. Aí meu filho faleceu, meu caçula morreu afogado. Eu tava morando lá [na favela Três Marias] de aluguel.

Quando foi morar na Favela Três Marias a Prefeitura já havia cadastrado os moradores que seriam removidos pelo PROCAV. Pelos critérios do Programa, novos moradores não cadastrados não teriam direito à unidade habitacional (apartamento). Lá mesmo na favela Três Marias, saiu da moradia de aluguel e morou durante um tempo com o senhor Tarsilo, que era cadastrado pelo PROCAV. No entanto, o convívio não deu certo e se separaram, voltando, dona Neuza a pagar aluguel. Quando a Prefeitura fez a remoção, as assistentes sociais informaram que ela não tinha direito ao atendimento com unidade habitacional, pois não havia sido cadastrada. Para não ficar na rua, dona Neuza voltou a morar com o senhor Tarsilo.

Foi aonde que a assistente social foi lá e falou que eu não podia morar porque não era meu. Aí o Tarcilo pegou, queria que eu voltasse com ele e falou pra mim que se eu quisesse voltar com ele... Ele trocava o barraco pelo apartamento. (...) Aí eu vim morar com ele. Foi na época que eles tiraram a favela. Nois fomo morar lá [no apartamento]. Aí a história começa.

Dona Neuza afirma que o Termo de permissão de Uso, firmado com a Prefeitura, estava em nome do senhor Tarsilo e que, após um tempo, seu nome entra no termo como segundo titular, pois ele vai embora, e ela continua mantendo as contas em dia.

... foi aonde que a gente saiu da favela foi morar com ele. Só que o Tarcilo morou um ano... Que ele bebia muito. Só que o apartamento realmente veio no nome dele não veio no meu nome. (...) Ele ficou um ano morando comigo lá, mas quem pagava este ano era eu. Aí, o Tarcilo foi embora. Ficava lá e cá. Tinha o irmão dele também que tava na rua. Tirei, levei pro apartamento pra morar comigo. Inclusive depois eu levei pro hospital. Ele tava doente e “cabou” falecendo também. Só que aí, se o Tarcilo não tava morando, então

a família dele achava que eles era o dono. Por mais que eu pagava, tinha aquela briga... Ah... Porque o apartamento é do meu irmão, o meu irmão tá rua porque você tomou conta do apartamento... Aí fomos lá pra Martinela (Edifício Martinelli, onde fica o escritório da HABI) pra brigar lá pra quem ia ficar com o apartamento. Realmente o apartamento veio no meu nome. Mas o nome dele ainda continuava. Eu falei, sabe de uma coisa? Ah, porque tá dormindo na rua, família nenhuma queria ele. Ele na cachaça, na cachaça... Falei: espera aí, vou resolver. Coloquei a venda. Vendi o apartamento, procurei um lugar, aí vim. Aqui tinha dois barraco. Um de setecentos [reais] e um trezentos [reais]. Tenho até o recibo até hoje. Tirei ele da rua e pos ele no barraco. Aí morava nois [ela e o filho] de um lado, outro (Tarsilo) do outro.

Quando fez um ano que eu dei o barraco pra ele, ele morreu. Veio a briga de novo, que a irmã dele achava que o barraco era dela porque o apartamento era do irmão dela. E todo tempo o barraco era dela. Foi aquela briga ... aquela briga, aquela briga, aquela briga, aquela briga... Falei, quer saber de uma coisa? Nem meu, nem seu. Vi uma mulher aí na rua com duas crianças, peguei dei o barraco pra ela. E ela tá até hoje morando no barraco com as filhas dela. Hoje já tem mais duas nenezinha lá, já tá esperando outro, e tá lá.

Que lá também teve um acidente que ele levou o menino pro jogo e cabou o ônibus matando o menino... Ele de fogo né, levou o menino. O menino cabou morrendo. Eles culpavam ele. Falaram que ele era o culpado porque ele que levou o menino. Foi aquela guerra, aquela guerra, aquela guerra. Aí eu já também não tava mais no apartamento entendeu? Como ele bebia muito, nois brigava muito, eu saí do apartamento. Aí ele pegou, abandonou o apartamento... A dona Fátima, na época, falou pra mim: Neuza, você volta pro apartamento ou vão invadir. Foi na onde que eu voltei pro apartamento de novo. Foi onde eu continuei a ficar no apartamento até conseguir vender, mais não tinha onde, não tinha solução. Ou vendia ou ia pra rua. Que a família dele não ia deixar... Que quando ele fez assim com o apartamento, eu ainda falei pra ele: Tarsilo você tem cinco filhos por que você não põe no

nome dos teus filhos? Não, porque eles não liga pra mim... Porque não sei o que... Falei: mas você tem que ver que você tem filho. Os filho dele não falou nada comigo, mais a mãe e a irmã... Não teve outro jeito...

Volta um pouquinho pra mim na parte lá dos Três Marias... Como que era a sua vida lá?

A minha vida não tem nada pra contar muita coisa não... Meu passado foi meio cruel... É... Meu passado foi bem cruel...

É... pra mim chegar até hoje... Até agora parece que eu tô um pouco melhor. Que foi uma coisa muito... Na época minha mãe não aceitava... Não sei... Bebia muito... Aí ela me mandou embora. Eu fui... Então enfrentei muito coisa... Morei na rua...

Só não usei droga, e não fiz outras coisa, mais no resto... Já comi comida do lixo... Já passei por muita coisa. Então hoje eu tô conquistando a minha vida. Então eu já passei por muita coisa, muita coisa mesmo... muita... entendeu? ... falei na época: Hoje eu tô no apartamento porque agora eu tô boa.... Porque era pra mim tá... Ficar lá... Mais não foi bem assim. Não é do jeito que a gente pensa... Minha vida... O passado dela é muito triste. É muito triste...

É que nem eu falo... Eu faço muito bem pro outro, mais pra mim receber o bem é muito difícil. Qui nem falei, quem é que vai dar um barraco pra uma pessoa. Não importa se ela tem filho ou se ela não tem filho... Ninguém dá nada pra você não, sabia? Aqui o lugar é assim... Você tem que conquistar sozinho... E eu já não pensei assim... Eu já pensei: pra que eu quero dois se eu já tenho um. Deixa um pra pessoa.

...lá [na Favela Três Marias] eu trabalhava. Trabalhava com um japonês ali no Três Marias. Trabalhei cinco anos com ele..

É trabalhava de empregada doméstica... Ali eu conhecia o mundo. Tinha amizade com todo... Apesar de que eles tão quase tudo aqui viu? Quase todos aqui. Os vizinho lá, ta quase todos aqui.

Sobre as condições de moradia da favela de origem, dona Neusa disse:

*Enchente só deu uma vez só que deu, que já encheu tudo... Só uma também...
Que eu morava bem na beiradinha do rio... Então foi só isso.*

E quando a Prefeitura veio com a notícia da remoção?

...aí foi onde que o Tarcilo entrou pra vender... Que ele ficou sabendo que eu não podia isso... Que eu não tava cadastrada, então.. Aí eu falei, vou pro aluguel, vou fazer o quê? Foi aonde ele pegou... Eu voltei pra ele. Voltei a morar na casa dele de novo. Daí, a minha solução ou ia pro aluguel ou ia voltava para minha casa de volta. Aí foi onde que eu voltei...

Como é que foi a mudança para o conjunto habitacional? Como foi a vida lá? Quantos anos a senhora ficou ficou?

Ah... Eu fiquei bastante tempo... Eu fiquei... Meu filho morreu em 96... Eu tenho três anos que tô aqui... Acho que nois nus mudamos pra lá em 97. Parece mais ou menos assim... Eu saí de lá acho em 2001 ou... 2002, uma coisa assim... Não... Em 2003... Porque eu tô na caixa... em 2003. Eu fiquei bastante tempo lá.

Como que era a vida no conjunto habitacional?

*Ah.. era bom tinha “uns arranca rabo” de vez em quando, né?..[risos]
Mais era bom... Mais era brincadeira de criança... Mais era bom...*

...era muita criançada... É a gente que tem criança. Que nem, é assim, eu só meu filho adulto e só nois dois... E lá era muita criançada. Aí, eles descia correndo, tocava campainha, subia de novo, descia, sabe? Aquela coisa de criança mesmo. Mais não tinha assim, briga de adulto assim não, dava pra se viver...

...nessa época essa meia irmã do Tarsilo foi presa e eu tava trabalhando de diarista. Aí a policia pegou a filhinha dela... A filhinha dela tinha três meses... Ia levar pra FEBEM... Eu fui lá, peguei a menina... A menina morou comigo. Eu criei a menina dela... Fiquei trabalhando por dia... Quando dava pra mim levar ela enquanto que ela não começava gatinhar era tudo fácil... Mais começou a crescer começou a gatinhar, quando ela gatinhava, o que ela fazia? Destruía a casa dos outros. Aí que eu fiz? Quer saber de uma coisa? Vou arrumar uma limpadora... Foi onde que eu arrumei essa limpadora e tô até hoje. Eu num tô trabalhando, mais tô registrada. Ela ficou lá, ficou lá presa quatro anos. Nesses quatro anos, eu visitando ela, não deixando faltar nada pra ela... É essa mesmo que depois quis o apartamento. Morou comigo no apartamento... Ficou comigo dois anos. Depois, foi isso. Essa briga pelo apartamento que ela queria. Aí deu o que deu.

...enquanto que eu tava trabalhando, tinha como eu pagar (a taxa referente ao Termo de Permissão de Uso – TPU). É aquele ditado que a pessoa fala... Ah... A pessoa mora num apartamento, mas passa dificuldade. Eu tinha que pagar o apartamento, eu tinha que pagar a pessoa que tomava conta de menina, eu tinha que pagar... Eu tinha que por comida dentro de casa. Então, também se tornava difícil. Não é que nem agora... Agora eu saio, eu trabalho, eu ganho fora.

Mas antes não, dependia daquele salário. Só era duzentos e oitenta [reais] na época que eu ganhava pra manter apartamento luz, água, gás, né? Só que pra mim se tornou um pouco difícil. Mas, eu deixei atrasar... Deixei... Quando chegou na época que eu fiquei na caixa... Eu fiquei seis meses sem receber. Foi seis meses que me complicou. Que aí não tinha onde tirar... O condomínio eu nunca atrasei, entendeu? O condomínio não... Do condomínio eu nunca deixei...

Todavia, dona Neuza afirma que o atraso com as contas do apartamento não foi o motivo da venda.

... eu pagava uma, ficava uma, pagava uma, ficava uma, e assim ia. O motivo mesmo foi por causa disso mesmo, porque é muita família em cima dele.

Como é que a mudança para o conjunto interferiu em sua vida?

Não... Não interferiu... Eu fui pro melhor lá. Eu fui pra uma melhor lá. Por mim mesmo, eu tava lá até hoje. Mas teve outras complicação também... Eu tive outro tipo de problema também. Que ajuntou tudo... Aí, nossa! Aí complicou tudo. Filho, né? Quando cresce a mãe nunca sabe que se passa. Quando a mãe vai saber já é tarde demais. A mãe é a última que fica sabendo, né? Não tem muito assim que falar... Não... Ele não foi um menino ruim. Só que no início ele se envolveu com umas pessoas que não deveria ter se envolvido. Como eu trabalhava direto eu não sabia o que se passava, entendeu? Ai foi indo, foi indo, complicou minha cabeça. Eu tenho um miolo meio fraco, sabe? Aí já comecei a ficar nervosa, aí pronto.

E como é que foi a vinda da senhora pra esse lugar aqui?

Olha, no início foi meio difícil... no começo. Assim... foi meio difícil... Porque eu saí de um lugar que já tinha reformado tudo, já colocado piso, eu tinha feito tudo no apartamento. E sair do apartamento e voltar pra um barraco... Que até aí, eu não morava aqui, eu morava lá em cima na esquina. Aí pra mim ficou um pouco difícil pra acostumar. Aí foi aonde que eu pus na cabeça; falei: vou vender, vou comprar uma casa. Aí foi onde que eu vendi lá e ainda aqui eu tô pagando.

Me arrependi [de ter vendido a casa anterior da rua principal e ter comprado a casa no local atual], porque aqui é corredor. Então [aqui] você não... pode falar nada. Abusam do som até meia noite, uma hora, duas horas da manhã e você não tem como você falar. Então, o único ruim daqui é isso. Porque, pra mim, eu já vendia isso aqui e saía daqui.

...eu não queria morar assim do jeito que tô morando. Porque eu moro aqui... Aqui em cima mora uma família... O lixo é aqui em cima [dona Neuza mostra o telhado de sua casa], entendeu? A você chega aqui às 5 horas da manhã, 6 horas da manhã, 7 horas, os pombos está tudo em cima comendo. A lixeira é lá na rua, só que aqui é mais fácil ...

...você vai aqui atrás da minha casa, é cheia [de umidade]. Ó, isto aqui é tudo umidade (mostra a umidade da parede de sua casa)... E eles não quer saber... É rato... Os rato fica aqui... eles jogam panela de feijão, panela de arroz [em cima do telhado].

[Jogam]... em cima do telhado... fralda... você tá passando, aí se você não ter cuidado, você leva fraldada na cabeça. Pela minha cabeça eu queria vender, mas ninguém quer comprar. Ninguém quer comprar... Já sabe, olha aí pra trás cheio de lixo cheio de coisa, ninguém compra. E não é, não, falta de reclamar, porque eu reclamo. Mas não tem outro lugar aí tem que agüentar isso mesmo. Tem que agüentar...

Dona Neuza compara o Conjunto Habitacional com a favela no que diz respeito a segurança.

Lá [no conjunto habitacional]... Lá é mais sossegado. A mesma coisa que tem aqui tem lá. Do mesmo jeito aqui, é a mesma coisa lá. Não muda, entendeu? A mesma coisa que acontece aqui, acontece lá. Só que aqui tem uma coisa diferente. Eu posso sair e deixar a minha porta aberta. Ninguém entra. E no apartamento entra.

E aqui já não. Aqui não pode entrar na casa dos outros, catar as coisa dos outro. Isto aqui, então, é a única coisa de bom. Minha porta não é trancada. Eu não tranco minha porta. Eu vou pra onde que eu quero, vou pra Santos, venho de Santos, a minha porta continua. Ela é encostada. Encostada ela tá, encostada ela vai ficar, entendeu? Agora, no prédio você não pode fazer isso. Eu ti falei, é outra lei...

É outra lei. Lá no prédio você já tem que sair, tem que trancar a porta. Você já tá no portão, já tranca a do portão por segurança. Pra você entrar, já tem que falar aonde você vai. Tem que apertar ali, não é? E aqui não.

Mas os vizinhos que a senhora tinha lá prédio são os mesmos que a senhora tinha no prédio? É a mesma relação de vizinhança?

É... a mesma coisa. Depois aí começou vender. O pessoal começou a vender. Tinha a Marcia... A primeira foi a Márcia... Depois fui eu, entendeu? Aí quem ficou lá foi duas ou três pessoa só, porque o resto vendeu tudo, ninguém ficou.

Dona Neuza o quê que é uma favela na sua concepção? Na sua idéia?

Ah, uma favela... Onde todo mundo mora... [risos] onde tudo mundo mora. A porta do mundo... É divertido [risos]... Chega de sábado, de domingo, minha fia, é muito divertido.

Ah... É divertido. Já lá nos prédios já não é. Aqui não, quando chega o sol tá quente, você tá em cima (na rua principal da favela)... Aí tá toda as criançada brincando, todo mundo se divertindo. E já lá nos prédios já num podia fazer nada. Você quer pegar um churrasco, você vai e faz. Nos prédios você tem que fazer aniversário até as 10 horas. Passava das 10 horas, não pode. E na favela já dá, minha fia. Clareia o dia [risos], e todo mundo se diverte. E todo mundo se diverte.

...o bom da favela não é tanto assim... Queria ter o canto da gente, a nossa casinha bonitinha... Ali é nosso. É que nem eu tava falando. Do que adiantou? Todo mundo falava do apartamento da Neusa, a Neusa tem apartamento, mas não é meu não. Todo mundo era dono. Eu só vou achar que uma coisa é minha quando tiver no meu nome. É meu e eu que vou assinar lá que é meu, entendeu? Aí eu posso falar nossa casa é minha... Isso aqui é meu, eu tô pagando, mas eu tava pagando pro outro, então não era meu.

O quê que significa pra senhora morar com qualidade de vida ?

Qualidade de vida? Ah.. sei lá ... tá no sossego. Tá no sossego, tá na paz, né? Tá no sossego. Que nem tô falando, ter seu canto certo, sua moradia certa, você não ter aquela preocupação que nem hoje nois vive. Nois vive na preocupação. Nois deita hoje, daqui a pouco nois acorda de manhã, ah aí saiu... E aí? Pra onde a gente vai? Então você fica sempre... Naquela preocupação

E em relação ao futuro? O que a senhora espera para o futuro?

*Coitada deu. Tem ainda isso é? [risos].
Ai, tem isso? Ah... sei lá ter muito neto .. Que meu filho não dá nenhum. Meu filho não quer casar não... Sou tão loca pra ver meus netinhos aí, mais pelo jeito minha filha, desse mato não sai coelho... vai sair não...*

E como é que a senhora está se sentindo aqui? Hoje?

Ah... Bem... Tenho meu cantinho... Sosseguinho.... Não dependo de ninguém, dependo de mim mesmo. Porque acho que até aqui dentro de casa minha fia, se depender, morre de fome. Então eu mesmo corro atrás de tudo. Tudo é eu. O homem, a mulher, é tudo...

Segunda entrevista com dona Neuza – comentários sobre as fotos (realizada em 19.11.2007)

Neste dia, que foi agendado previamente com dona Neuza, ela não se encontrava em casa. Bati palmas na entrada. A porta estava aberta, mas ninguém apareceu. Fiquei bastante tempo aguardando na entrada da viela onde mora. Perguntei a algumas pessoas, mas ninguém sabia dizer onde ela estava e se demoraria. Uma mulher se dispôs a andar comigo até outro lado da favela, um local muito precário, com barracos de madeira, onde mora sua mãe, para procurá-la. Vi muitas pessoas bastante alcoolizadas na rua. Muito lixo, coisas molhadas pela chuva que havia ocorrido naquela noite. Ainda garoava e percebi que as pessoas me olhavam muito.

Pareciam incomodadas com a minha presença. Resolvi ir para o carro que havia ficado em outra rua. Esperei mais um pouco. Quando decidi ir embora, aparece dona Neuza com um pacote. Disse que foi ao mercado comprar ingredientes para fazer um bolo e vender. Estava com aspecto meio triste, cansado, desanimado. Disse que estava cansada de fazer faxina, que gostaria de parar com esse trabalho e ganhar a vida vendendo coisas. Fomos direto para sua casa. Antes de fazer o bolo, ela sentou-se para dar a entrevista. Não havia ninguém em casa.

Campo dos Caprichosos: (foto 12)



Quando viu a primeira fotografia que tirou, seu aspecto mudou. Abriu um sorriso e disse:

Você viu como ficou bonito?

Quem joga nesse campo?

É os menino daqui e os time que vem de fora.

De quem é o terreno?

O terreno é da Prefeitura ou do Estado. Eu não sei explicar. Jogam de domingo, sábado, feriado, quando tem festa. Dia de Ano eles põe fogos em volta daqui tudinho. Quando dá meia noite, solta aquela fogaiada toda. Os menino, os moradores daqui. Enche aqui tudinho. Aí quando chega meia

noite eles soltam fogos nesse campo. Vai a favela toda. (...) De vez em quando vem a Igreja Universal aí. Eles corta cabelo...

“Ninguém vem, ninguém vai”: (foto 13)



Entra [água] nessas casas dali. Pra cá, na minha casa, já não vem. Quando enche bastante, que nem hoje, com a chuva que deu hoje, entrou água nas casas das pessoa, porque ela entra pelo ralo. Porque, como não tem esgoto, vai tudo pro rio. Então, quando o rio enche, a água vai tudo por dentro dos cano (...). Do pessoal da beira do rio tudo enche, tudo estraga; Colchão, tudo, tudo estraga.

As pessoas ficam dentro das casas?

Ficam porque não tem aonde ir. Aí vem a defesa civil. Eles dão aquele colchão, dão a coberta. (...). Quando pegou fogo aqui, a Prefeitura deu dois mil pra cada um deles que era pra eles saírem daqui, mas ninguém quis sair (...). Aí eles [Prefeitura] falou: eu não to mandando vocês embora. Aí fica a critério de vocês. Aí todo mundo construiu de volta... Agora eles tão falando que o pessoal que mora na beirada do rio vai sair. (...) A gente não sabe ainda porque eles fala que vai.. Não sei.

(...) Essa parte que eu to é do Estado. Só que o pessoal daqui são teimoso; falam que não é. Do rio pra lá é Prefeitura, do rio pra cá é do Estado. Por isso que esse pessoal ainda não saiu ainda.

Aniversário: (foto 14)



Aqui foi no dia que foi o aniversário do meu filho. Eu fiz um churrasco.

Quem são essas pessoas?

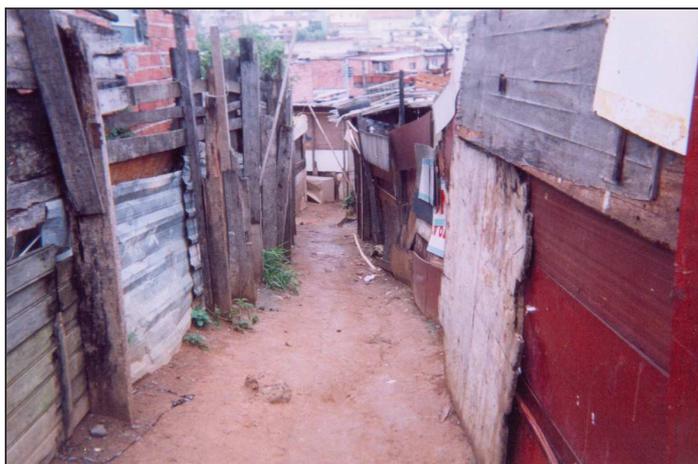
O irmão da Valéria [uma das mulheres entrevistadas]; esse aqui é o filho da vizinha daqui; essa aqui é a cunhada dele; esse aqui é o Paulo, aquele que ta carregando areia [em outra fotografia]. É vizinho também.

Perguntei como eles organizam o churrasco.

Aqui é assim: Vamos fazer um churrasco? Quem vai ajudar? Quem ajuda participa. Aí vem um monte de gente. Um compra uma carne, outro compra lingüiça, outro compra o frango. E agora a cerveja: Um compra uma caixa, outro compra outra, e assim vai. Fica churrasco o dia inteiro e a noite se deixar. O pessoal daqui gosta, viu? Põe o CD, o DVD de forró e dança também. Aqui é animado!

O Natal a Verônica [outra moradora da favela] vai fazer. Aí a gente reúne com ela. Um dá uma caixa de cerveja, o outro também dá, o outro dá uma carne, e é assim. As pessoas que a gente mais tem contato, porque não é com todo mundo que a gente tem contato. Aí sai uma festa danada, viu?

Corredor: (foto 15)



Eu gosto da minha casa (...). Eu só não gosto de morar aqui, nesse espaço aqui, por causa de ser passagem... De tudo o que acontece, é por aqui, entendeu? E se eu tenho que vender minhas coisas [como bolo que faz para vender aos pedaços], eu não ganho dinheiro, porque eu moro no corredor. (...). Se eu morasse pra cima, tinha como vender bastante.

(...) Agora, aqui não tem chance (...) os lixos, os ratos voltaram a aparecer de novo. É muito rato, é muito rato... A menina da vizinha está no hospital. Deu lá o mijo do rato, e pegou hepatite. Tudo por causa do rato, o médico falou.

Eu só fico chateada de ta morando aqui (...). Eu preferia morar lá em cima. Se eu tivesse dinheiro, eu venderia aqui e compraria lá em cima. Mas ninguém quer comprar. Ninguém gosta de corredor, entendeu?

“A rua lá em cima”: (foto 16)



Se você chega num sábado, num domingo, num feriado, você pensa que é uma festa e não é. Todo mundo na rua, brincando. É criança pessoal tomando uma cerveja, é o pessoal se divertindo. Então eu acho que se eu morasse ali em cima era uma maneira de eu vender. Mesmo que eu não saísse do INSS, que eu não pudesse trabalhar mais por dia, mas eu tinha como me manter. (...) Eu tirei [a fotografia] de manhã. Por isso que não ta cheia.

Aqui é conhecido pela Rua Cinco. Aqui não tem endereço. Aqui nós nem encontra no mapa. É conhecido como Vila União (...). Por isso que quando a gente faz as coisas, a gente faz com o endereço de lá [da parte da favela encontrada no mapa, terreno da Prefeitura] (...) na casa de algum conhecido da gente aqui. Aqui não vem correio.

Os trabalhadores: (foto 17)

Cada um constrói a sua casa. Você tem dinheiro, você paga um pedreiro. E cada um vai construindo a sua. Essa aqui quando eu peguei era só no tijolo. Não tinha piso, não tinha nada. Eu mandei colocar janela, mandei colocar piso, mandei retocar. Pintar fui eu, meu cumpadre e minha cumadre.

5. “*Eu não sinto que estou morando numa favela*”: relato de dona Débora

Entrevista realizada em 14 de novembro de 2007

Débora reside atualmente em uma favela bem próxima ao Conjunto Habitacional Garagem, que comprou com a venda do apartamento. Informa que uma parte da área é da Prefeitura e a outra é da Petrobrás. Percebi que parou para pensar se assumiria que vendeu o apartamento... Mas continuei a entrevista normalmente e não fiz nenhum comentário a respeito. Percebi que Débora estava um pouco tensa, e ficou a maior parte do tempo esperando minhas perguntas, sendo suas respostas sempre curtas e objetivas. Dessa forma, a narrativa não transcorreu livremente, como se espera na metodologia da história oral. Na segunda entrevista, Débora estava mais descontraída, à vontade e falante.

Sua filha Aline, de 15 anos ficou conosco e fez, a meu pedido, a filmagem da entrevista, participando ativamente do processo.

Débora vive com seu *esposo*, como diz, e com seus três filhos em uma casa de alvenaria, com dois pavimentos, garagem, ambientes grandes, mas ainda sem reboco por fora, com aspecto de inacabada, como a maioria das casas da favela. Porém, informa que, quando compraram, era bem menor e que derrubaram tudo e construíram novamente. Alega que, com o dinheiro da venda do apartamento, foi possível apenas a compra da casa. As reformas foram fazendo depois. Comparando com a situação sócio-econômica das outras mulheres entrevistadas, esta família é a que se encontra melhor estruturada. O esposo trabalha como coletor de lixo para a Prefeitura. Com emprego regular e salário ‘certo’ pôde ampliar e melhorar sua casa.

Débora tinha 28 anos na data da entrevista. Contou que nasceu em São Paulo e que, na infância morava com sua mãe em Artur Alvim, zona leste, em uma casa alugada. Com doze anos foram morar na favela dos Três Marias.

...ela conseguiu um barraco um pouco em conta, que a gente ia sair do aluguel, e a gente foi pra lá... Daí, de lá, eu conheci meu esposo... Eu fui morar com ele, mas já em outro lugar, assim, ali próximo mesmo, mas fora

da minha mãe já. Aí foi aonde eu consegui o apartamento... Morando já com ele. Lá na favela.

Morou na favela Três Marias durante aproximadamente 7 anos. Dois de seus três filhos nasceram lá. O menorzinho nasceu *no prédio*, como ela diz.

Para compreender melhor a história da Débora no período que morava na Favela Três Marias, foi necessária uma sequência de perguntas sobre o seu cotidiano, às quais Débora sempre dava respostas curtas:

...antes de casar eu só estudava. Daí com treze anos engravidei da minha filha, parei de estudar.

...mas assim, trabalhar nunca. Só fazia bico, mas era assim muito raro. Ele que trabalhava e falava que não precisava eu trabalhar, pra eu poder tomar conta das crianças e da casa.

...com os vizinhos, eu tinha amizade com todo mundo lá. Eu ficava mais em casa.

...lazer era só quando eu ia mesmo pra casa da minha família. Que lá não tinha lazer pra gente.

...mas era bom... Gostava muito quando eu morava lá...

Débora conta que sua casa também foi atingida com enchentes na Favela Três Marias:

...perdi muitas coisas lá... a enchente era direto. Começa assim, no finalzinho de dezembro; começo de janeiro já tinha que levantar tudo as coisas se não perdia tudo.

Quando a Prefeitura fez o cadastro das famílias que seriam removidas para o Garagem, o cadastro foi feito no nome dele (esposo), porque Débora não era maior de idade na época.

No começo eu não gostei muito [de ir para o conjunto habitacional], porque eu era acostumada lá [na Favela Três Marias]. E vim pra um lugar estranho... Mas quando eu cheguei e vi os apartamentos, daí já me empolguei mais. Vi que as coisas iam melhorar, não ia ter esse negócio de levantar as coisas por causa da enchente, não ia perder mais as coisas que a

gente perdia; então, eu já gostei mais. Eu vim pra um lugar melhor do que lá.

...no começo, lá [no conjunto habitacional] foi mil maravilhas, que era tudo novo pra gente, tudo..., que até inclusive meu esposo tinha ido pra casa de uns parente da gente e não foi na mudança. Eu que fiz a mudança sozinha. Ele chegou lá depois de uma semana que a gente já tava lá. Então ele nem sabia o lugar na onde que era. Ele gostou também. Mas, começou a chegar contas...a liberdade que a gente já não tinha como tinha antes quando a gente morava nos Três Marias;, os menino mais preso, então, isso já começou a já fazer a gente pensar de sair de lá já.

Débora conta que moraram quatro anos no conjunto habitacional. Mas não se lembrava muito bem do ano, até que relacionou com a idade de seu filho do meio, que agora tem nove anos, e concluiu que a data de chegada no conjunto foi em 1998. Portanto, na casa atual moram há aproximadamente quatro anos também. Esse aspecto é considerado positivo nesta pesquisa, no sentido de ser o tempo de experiência em ambos os locais, relevantes para que a análise seja construída a partir de experiências solidificadas.

Sua filha freqüentava a Escola Municipal de Ensino Infantil – EMEI do Conjunto Garagem, e conta Débora:

Até hoje ela estuda lá nos prédio, aí. Que assim, sobre escola, essas coisas, eu sempre gostei que ela estudasse lá. Então ela [estudou] do pré até a oitava, que agora ela tá fazendo a oitava, que ela continua o último ano, ela tá lá ainda, e o meu mais novo também, e o do meio também tá lá.

E como essa mudança para o conjunto habitacional interferiu em sua vida?

Mudou a sua vida? Como é que foi?

Oh, numa parte foi bom, deu um empurrão pra gente segui a vida, melhorar a vida da gente, né? Gostei muito de ter vindo, de poder sair de lá [da favela de origem] por causa do rio que era bem encostado. Então foi coisas assim que...aliviou bastante...tantos ratos que entravam dentro de casa, mas motivo assim de conta, liberdade, eu não gostei.

Qual foi o motivo mais forte, ou motivos que levaram vocês a decidir sair de lá?

...foi a falta de liberdade.

Quem decidiu sair de lá?

Foi os dois. É, não dava certo mais. Uma que a família dele inteira... minha não, mas a dele morava num prédio só. Então, já tinha interferência de família na nossa vida; e fora a liberdade, que a gente ali não podia soltar nossos filhos na rua, tinha que descer junto pra olhar eles, não tinha como eles ficar lá no canto deles, só eles, mesmos, tinha sempre outras crianças no hall que queria bater, brigar, então aquilo foi saturando a gente. Então, resolvemos vender e sair de lá.

Como era a convivência lá? Entre os vizinhos...

Não, numa parte era bom. Ali era todo mundo unido. Cada um ajudava um, quando um não tinha. Assim... Quando faltava assim, não uma parte de alimento, mas assim... precisava de uma pessoa pra ajudar, o marido não tava, eles ia ajudava, sabe? Era todo mundo unido. Mas, começô a vendê, entrar outras pessoas, aí, já não era as mesmas pessoas que morava nos Três Marias. Já foi mudando. Então não tava a mesma coisa do começo. Porque quando a gente mudamo, ninguém tinha gás. Então, todo mundo, aquelas 28 famílias que tinha ali, todo mundo se reuniu, cada um deu 5, deu 1 real, deu 10 reais, se reuniu, fizeram aquele lanche pra todo mundo, até chegar o gás. Chegou só no outro dia. Então, depois que chegou outras pessoas nova, que não era mais da comunidade dos Três Maria, então mudou muito. Daí foi aonde a gente decidimo a mudar mesmo, porque tava tendo muita briga.

Como é que foi essa mudança?

Ah, mudô porque as pessoa... ah, não sei se era briguenta ou encrenqueira; então, acho que qualquer coisa que...até a roupa que a gente estendia, e que

ainda eles estende do lado de fora, e pingava na janela, era motivo de briga. Então aquilo foi... quando era o pessoal dos Três Marias era mais unido. ...a gente comentava que queria vender. Passava pra um, pra outro, falava: oh, eu quero vender, se souber de alguém que quer comprar, você indica o meu. E foi que um dia eu falei pra ele [o marido], oh, se for pra gente sair daqui, a gente vai sair. E se não for também, a gente vai ficar. Aí, chegou uma senhora lá, e se interessou. Até pensei...que chegava tanta pessoa que falava que queria comprar e no fim desistia...essa não, essa foi até o fim.

Foi onde eu acreditei que ela ia comprar mesmo. A gente foi no cartório [de notas, para fazer contrato de compra e venda], ela deu o dinheiro e tudo, ela me deu 15 dias pra mudar. E nesses 15 dias, eu não tinha achado casa nenhuma pra morar, pra comprar. E acho que tava chegando o finalzinho dos 15, acho que faltava 4 ou 5 dias pra mudar, ele [o marido] passando por aqui ele achou essa casa. Foi aonde a gente conversamos com o senhor. O senhor queria doze mil [reais]. Ele falou que só tinha oito na mão, ele falou: Então eu faço assim oh, eu abaixo por 10, e você me dá os 8, e eu financio o restante [na verdade, o vendedor propôs parcela}, que até a gente pagamos por mês pra ele. E foi aonde a gente compramos aqui.

Eu tinha em mente ficar perto da minha mãe, que ela mora em Mairiporã e eu queria ir embora pra lá, mas como ele trabalha aqui, eu falei que não ia ter como eu ficar lá sozinha com as crianças, e ele pra cá. Eu falei: então, é melhor a gente comprar alguma coisa aqui, quando você sair da firma ou se aposentar, sei lá, a gente ir pra lá. Mas o plano era de ir pra lá, pra Mairiporã.

E quando vocês decidiram ficar em São Paulo, vocês pensaram em comprar uma casa na favela mesmo? Essa era uma coisa que vocês tinham claro, de comprar uma casa na favela, ou não?

Não, a gente queria uma coisa melhor, mas as condições não dava pra uma coisa melhor... Uma casa com escritura, que a gente pagasse imposto, uma coisa nossa mesmo. Eu sei que aqui, a qualquer hora, qualquer dia, alguém

pode requerer o terreno. Pode acontecer igual aconteceu nos Três Marias, né?

Na sua idéia Débora, você voltou para uma favela ou não? O que é favela pra você?

Ah, favela assim, pra mim, no meu modo de ver, é barraco de madeira, igual eu morava nos Três Marias mesmo. Aqui eu já acho que não. Eu acho que não.

Como é que você chama esse lugar aqui onde você mora?

Ah, o pessoal chama aqui Mirassol D'Oeste. Eu falo Rua Mirassol D'Oeste.

Ninguém fala que é favela?

Já escutei algumas pessoas falar, mas eu não sinto que estou morando numa favela.

Aqui vocês não têm nenhum tipo de documento?

Não, só o documento mesmo que fez com a pessoa...

Como é que você compara o conjunto habitacional e o lugar onde você está morando? O que é melhor em um lugar e melhor no outro, pior em um lugar e pior no outro?

Oh, o pior que eu acho aqui é essa rua que não tem um asfalto. O lixo, o lugar de colocar o lixo que eu acho... Eu não gosto muito... É no meio do mato... Aonde vem rato... Se a gente não tomar cuidado vem rato pra dentro da casa da gente.

Débora diz que o caminhão de lixo colhe o lixo, mas o que a incomoda é a forma inadequada com que os moradores colocam o lixo na rua.

Se todo mundo se reunisse podia colocar uma caçamba ali, pro lixo ser colocado mais adequadamente, de que do jeito que é ali... Fica feio, ainda mais aqui que eu acho que é em frente a minha porta, assim, em frente de

casa, fica muito... Que quando o cachorro rasga, eu sempre pego a vassoura, a pá pra juntar...é uma coisa assim, que é o lixo e a rua me incomoda muito.

E de melhor? O que tem de melhor aqui?

Ah, de melhor aqui é a tranqüilidade, de eu trancar meu portão e ninguém passar em frente a minha porta. Aqui eu poder trazer quem eu quiser, ninguém ficar olhando, reparando... Eu poder tirar lazer com meus filhos aqui mesmo, dentro da minha casa... comprar uma carne, fazer um churrasco, fazer uma festa, com liberdade total, que lá eu não tinha. Lá eu não poderia fazer essas coisas... E aqui eu já posso.

E de melhor lá? Tem alguma coisa que você acha que no conjunto habitacional é melhor?

Ah, de melhor lá na minha opinião, era assim...era que tinha documento, era uma coisa legalizada. O que eu acho lá é isso...

O que significa pra você morar com qualidade de vida?

Ah... Não entendi direito...

O que é qualidade de vida, no sentido da moradia?

Ah, eu acho que é ter tudo acabado numa casa... É minhas coisas tudo no lugar, tudo arrumado, ter documento numa casa... Acho que é isso...

Como é que você se sente morando aqui hoje?

Muito bem.

E pro futuro? O que você espera em relação à moradia? Você pretende sair daqui?

É... Ta nos meus planos...

E você iria pra onde?

Ou pra Vila Ré, perto dos Três Marias,, ou pra Artur Alvim, onde um pouco da minha família mora.

Em alguma favela?

Não, área particular mesmo, com escritura e tudo.

Segunda entrevista com dona Débora – comentários sobre as fotos (realizada em 09.01.2008)

Participaram desta entrevista Débora e sua filha Aline (14 anos). A cunhada de Débora também estava na sala, mas não participou diretamente.

Lixo: (foto 18)



[Débora]: *Essa aqui é sobre o lixo, que é uma coisa que... tá muita bagunça ali... rato entra. [Quis] mostrar esses mato que quando cresce também... ainda mais com essa onda de escorpião que tá dando.*

[Débora]: (...) *Aqui o caminhão de lixo passa (...) só que eu queria assim, que reunisse todo mundo pra pedir aquelas caçamba, que ficava até mais*

organizado o lixo aí dentro... Os cachorro rasga o saco, traz o lixo pra porta...

[Débora]: (...) esses mato aqui, eu não acho que fica muito bem na frente da casa assim... Esses matagal cheio de lixo, entulho, não fica muito bem... Fica parecendo um cortiço... Não fica muito bem não. Acho que o bairro já não é aquela maravilha, aquela lindeza... Mas acho que se cuidasse um pouco ali desses mato, acho que até a aparência ficava um pouquinho melhor. Isso é o que eu não gosto daqui...

[Aline]: do tempo que a gente tá morando aqui, falaram que aquele campo [de futebol] ali ia desativar, que ia ser uma área de lazer... até hoje nada. A prefeitura mesmo falou... veio o governador também, falou aqui que ia ser, o que tava sendo planejado, mas até hoje nada...

[Débora]: A creche, né? Num terreno baldio que tem ali... Até hoje nada... Agente tá tudo na esperança, mas a esperança é a última que morre... Um dia eu vou ver isso aí.

[Aline]: enquanto esse dia não chega, vamos aguardar...

Asfalto e “buraqueira”: (foto 19)



[Débora]: Esse aqui é o asfalto que eles fala que não pode asfaltar, então fica essa buraqueira...

Quem fala que não pode asfaltar?

[Débora]: *A Prefeitura e a Petrobrás. Falam que não pode asfaltar aqui por causa da tubulação da Petrobrás.*

O que você quis mostrar com essa foto?

[Débora]: *Ah, que poderia melhorar um pouco mais o lugar que a gente mora (...) o que o bairro precisa. Que eu vejo muitos bairros que tem asfalto, e aqui não.*

Iluminação: (foto 20)



[Débora]: *E aqui foi a iluminação da rua. O primeiro dia que colocaram a luz aqui (...). Era muito escuro.*

O que mudou na sua vida?

[Débora]: *Ah, mudou tudo. Aqui na porta de casa ficava um monte de... esses menino... Sentavam aí e ficavam conversando até de madrugada, incomodando o sono dos outro, porque era tudo escuro. Agora que tem iluminação, ficou vazia a rua agora a noite. Mas melhorou cem por cento.*

Isso foi resultado de uma solicitação que os moradores fizeram a algum órgão?

[Débora]: Diz o pessoal daqui que já tinha feito um abaixo assinado aqui, há muito tempo, pra iluminação da rua. E agora, depois de uns sete ano é que veio colocar.

Bueiro: (foto 21)



[Débora]: Aqui desse jeito que tá [o bueiro], eles jogam muita sujeira, comida, cachorro morto. As vizinhança mesmo. Eu já reclamei muito porque o cheiro vem todo aqui. Agora já não adianta mais né, porque não adianta só um brigar e o resto fazer... então, eu larquiei até de mão.

Árvore: (foto 22)



[Débora]: Eu acho que se todo mundo reunisse, cada um colocasse uma árvore igual essa assim... tipo igual essa aqui... Uma sombra... A tarde sentar, né?

“Esse aqui é o bebezinho que ela olhava”: (foto 23)



Aline afirma que cuidou de um bebê, filho da vizinha, em sua própria casa, durante dois meses. Recebia um valor por este trabalho. Aproveitei para perguntar sobre as relações entre os vizinhos: Como é o relacionamento dos vizinhos no sentido de ajuda, de alguém precisar de alguma coisa. Existe união, amizade?

[Débora]: Em partes... Aqui mesmo se ajuda em parte de doença... Quando um tá sem carro, o outro leva. Em partes que a pessoa quer procurar um serviço, vem no vizinho, pede pra olhar os filho, a gente olha também.

E quando não ajuda?

[Débora]: Quando não ajuda, eu acho que é a matéria assim, de quando a gente vai arrumar a rua ali, que vai cada um carpir, então é cada um por si. Cada um carpe sua parte. Ninguém ajuda mesmo. Nessa parte não.

Você ainda tem amizade lá nos prédios?

[Débora]: Tenho, com todo mundo! Quando eu vou [nos prédios] os vizinho desce pra conversar (...) tem aquela amizade ainda.

Ainda tem bastante gente da época dos Três Marias lá?

[Débora]: *Tem pouco agora.*

A frente da casa (foto 24)



[Débora]: *Tamo fazendo... Tentando terminar... Mas eu creio que a gente vai terminar...*

CAPÍTULO V – Significando as experiências vividas pelas mulheres no percurso de seu habitar.

1. As experiências vividas antes e durante a moradia na Favela Três Marias.

1.1. Moradias anteriores

As quatro mulheres, Nair, Lourdes, Neuza e Débora, são de origem paulistana. Foram nascidas e “criadas” na zona leste da cidade de São Paulo. Embora pesquisas demonstrem que a maioria dos moradores das favelas paulistanas seja de origem nordestina, estas mulheres representam um pequeno grupo de residentes em favela nascidos na cidade de São Paulo. Dona Nair (67 anos), dona Lourdes (52 anos), dona Neuza (48 anos), e a mais nova, dona Débora (28 anos) são cidadãs paulistanas, enraizadas á cidade.

A pesquisa FIPE (1993) apontou que 27,32% dos chefes de família moradores das favelas localizadas às margens dos córregos, alvo do PROCA II, nasceram no Estado de São Paulo, enquanto 71,83% têm origem em outros Estados da Federação, sendo estes, em sua maioria da Região Nordeste. A pesquisa não levantou, entretanto, o número de chefes de família nascidos na capital de São Paulo.

Quanto ao lugar de morar, as experiências vividas pelas quatro mulheres se enquadram no estado de empobrecimento da população, que, por não ter meios de morar de acordo com os padrões legais e regulares do mercado formal, acaba por morar na favela.

Dona Nair morou com relativa estabilidade enquanto viveu em propriedade particular que pertencia a seu pai. Depois do falecimento do mesmo e da venda da propriedade, foi morar em casa alugada. Sua renda não foi suficiente para manter-se nesse tipo de moradia por muito tempo. Quando acabou o dinheiro proveniente da venda da casa, passou a morar de forma “irregular”, ocupando um pedaço de chão em terreno particular ou público. Débora também morava com sua mãe “de aluguel” antes de morar na favela. Dona Lourdes morava em uma “casinha do BNH”, mas diz que precisou sair de lá. Foi morar com sua irmã na favela. Embora não tenha revelado o

motivo de sua saída, sabemos que não dispôs de outro meio para morar, que não fosse ocupar um espaço na favela.

Dona Neuza, por sua vez, chegou a morar na rua. Antes de morar na Favela Três Marias, morou em outra favela na Zona Norte da cidade. Apresenta uma vivência, no que diz respeito à forma de morar, marcada pela precariedade e pobreza absolutas, minorada pela favela.

De acordo com a pesquisa FIPE (1993), 31,41% dos moradores tiveram que mudar de casa de duas a três vezes. E por qual motivo? Aproximadamente 51% atribuem a razão da mudança de residência aos altos aluguéis, e 29,58% a outros motivos, dentre os quais, decisões voluntárias frente a uma situação objetiva como casamento, separação, proximidade do local de trabalho.

As experiências de dona Nair, dona Lourdes e dona Débora, bem como os dados da pesquisa FIPE representam o que nos diz Pasternak (2006) quanto à origem dos moradores de favelas em São Paulo na atualidade, ou seja, não raro, o favelado experimentou situação habitacional distinta da favela, geralmente casa alugada. Isso acontece porque está havendo uma pauperização nas condições de moradia da população de baixa renda. *“De acordo com Silva & Castro, a população está ‘saindo do aluguel (inclusive de cortiços centrais e periféricos) para a favela e para os loteamentos clandestinos formados mais recentemente na extrema periferia de São Paulo, ou para fora do município.”* (BALTRUSIS, 2000,p.57). Assim, o que leva as pessoas a morarem em favela é o empobrecimento ainda maior da população de baixa renda.²⁵

1.2 Precariedades no viver cotidiano e mudanças de moradia

Os relatos das mulheres iniciam com situações de vida anteriores à moradia na Favela Três Marias. Revelam uma experiência de vida repleta de precariedades em vários âmbitos do viver: trabalho, renda, escolarização, relações sócio-afetivas, que incidem no modo de habitar. Embora tivessem uma fonte de renda oriunda de trabalho formal ou informal, ou mesmo de uma pensão previdenciária, como é o caso de dona Nair, essa renda não era suficiente para morarem de forma segura e relativamente

²⁵ O critério de classificação de baixa renda familiar na HABI para atendimento habitacional é preferencialmente seis salários mínimos.

estável. Dona Nair, por exemplo, viveu uma seqüência de mudanças de moradia em busca da sobrevivência, desde que saiu do aluguel, por diversas razões, como: despejo de área invadida; a difícil convivência com o irmão alcoólatra; o barraco que caiu devido a enchente; novamente a difícil convivência com a colega alcoólatra que ofereceu abrigo; a casa na favela para onde a Prefeitura a levou, como atendimento de emergência, sem água e sem luz, além, de também ser atingida por enchente e de ter difícil acesso para a rua e transporte.

Em sua existência, dona Nair precisou, em vários momentos, suprir a sua necessidade de habitar e sobreviver do dia para a noite, às pressas. Situações de precariedade que a obrigaram a lutar, a resistir e ocupar um pedaço de chão, sempre junto com seu filho. A favela era sempre a alternativa possível. De uma favela para outra, de uma casinha para outra, a favela era a alternativa compatível com a sua renda, onde ocupar, trocar, vender ou aceitar o empréstimo de um barraco ou de um cômodo do barraco era o caminho mais rápido, sem burocracias, e, portanto, a única solução possível. Nesse trajeto, observamos que dona Nair sempre foi ajudada por uma amiga, uma vizinha, uma colega, de diversas formas, mostrando que os vínculos sociais estão alicerçados na ajuda mútua entre as pessoas que se encontram nas mesmas condições e que vivem no mesmo local.

Também dona Lourdes revela uma experiência de vida muito precária, difícil, escassa desde a sua infância. É analfabeta e, conforme diz trabalha catando sucata desde que se entende por gente.

Dona Neuza em seu relato, mostra que sua vida foi carregada de sofrimento e precariedades. Viveu na rua e comeu comida do lixo, como diz.

O fato de dona Neuza ter vivido com um companheiro também alcoólatra, e por isso viver muitas situações de brigas familiares, também a levou a mudar de moradia diversas vezes. Por não ter sido cadastrada pelo PROCAV II na favela Três Marias, não tinha direito a atendimento em unidade habitacional. Para não “ficar na rua” por ocasião da remoção para o conjunto habitacional, dona Neuza voltou a morar com o senhor Tarsilo e mudou-se com ele para o apartamento no conjunto Habitacional Garagem.

Dona Débora por sua vez, parou de estudar aos doze anos de idade, foi morar com um rapaz e com treze anos teve seu primeiro filho.

As dificuldades, as precariedades do viver não se restringem ao morar. Trata-se de um complexo de precariedades, de vulnerabilidades que dizem respeito à moradia, mas também à possibilidade de estudar, ao trabalho, às relações familiares.

Alcoolismo, drogas e conseqüentes brigas familiares não são problemas exclusivos dos pobres e “favelados”. São problemas sociais e de saúde pública que atingem todas as classes sociais. No entanto, percebemos nas falas de dona Nair e dona Neuza, que problemas com alcoolismo, aparecem como fatores de desagregação, fragilização e desestruturação pessoal e familiar. Associados às inseguranças provocadas pela falta de renda, intensificam a precariedade do habitar. Não é possível planejar o futuro, a necessidade de sobreviver suporta apenas ações imediatas. Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências.

Os relatos das mulheres, Nair, Lourdes, Neuza e Débora dizem respeito ao cotidiano dos pobres. Segundo Antonia Jesuíta de Lima (2003), em seu livro *As multifaces da pobreza – formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos, “na vivência radical da privação, expressam comportamentos e sentimentos que interpelam a sociedade sobre o que ela está produzindo e emitem o sentido da vida e valores contidos nas trajetórias e nos dramas individuais e coletivos.”* (p. 135). São experiências associadas a problemas mais amplos que põem em cena dilemas, lutas, e conflitos partilhados no âmbito das práticas sociais desses sujeitos.

1.3 Morando na Favela Três Marias: construindo raízes.

As quatro mulheres relatam que quando moravam na Favela Três Marias, suas casas foram atingidas por enchentes, mas para cada uma, em diferente nível de gravidade. No caso de dona Nair e dona Lourdes, parte da casa chegou a desabar.

Dados da pesquisa FIPE (1993) apontam que 85% das casas localizadas nas favelas à beira do córrego Franquinho nunca sofreram ocorrência de enchente, e 12%

sofreram enchente de uma a cinco vezes. No caso das mulheres, sujeitos da pesquisa, representam a minoria (12%) que sofreram com enchente de uma a cinco vezes.

Examinando a natureza do problema da enchente e desabamento relatado pelas mulheres, observamos que estão diretamente relacionados às precárias condições de vida dos pobres no universo urbano. Nossa abordagem, ao falar do surgimento e localização das favelas, incluiu as estratégias de sobrevivência da população pauperizada que ocupa, por falta de alternativa, as sobras dos espaços “deixados” pelos loteadores, normalmente os piores locais dos terrenos, como por exemplo, as margens de córregos e locais sujeitos a enchentes.

Muitos bairros regulares também sofrem com enchentes na cidade de São Paulo. Casas são invadidas pelas águas ou no trânsito pessoas são atingidas. Mas os transtornos vividos por essas mulheres e suas famílias na Favela Três Marias não são apenas episódios isolados que se repetem durante as chuvas de verão. Provoca na vida das pessoas que as vivenciam uma alteração de itinerários, perda de vínculos, produzem buscas e estratégias de sobrevivência.

No caso de dona Nair, por exemplo, devido a situação de risco pelo desabamento da casa onde morava, foi atendida pela Prefeitura e passou pelo constrangimento de ter que aceitar o atendimento mesmo sem saber para onde a levariam.

A família em situação de risco, pobre, ocupando irregularmente uma área pública, recebeu, no caso de dona Nair, um atendimento indigno por parte do Poder Público. Nesse sentido, Chauí (1994) nos leva a refletir sobre a sociedade brasileira enquanto uma sociedade autoritária. *“É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais).”* (p. 54).

No entanto, dona Nair não permanece passiva à intervenção da Prefeitura. Reagiu e mudou novamente sua trajetória de vida, conforme lhe convinha, primeiro trocando com um vizinho a casa onde a Prefeitura a colocou e depois vendendo onde

morava e retornando à Favela Três Marias, onde tinha vínculos sociais, mas desta vez em uma casa mais segura.

Dona Nair não rejeitou a moradia imposta pela Prefeitura, porém conforme seus valores e suas necessidades retornou para a Favela Três Marias, numa atitude de resistência. Este fato nos remete ao que Marilena Chauí (1994) aborda em relação à cultura popular brasileira. A autora enfatiza a dimensão cultural popular como mescla de conformismo e resistência. Aceitação da disciplina ou legalidade vigente ou imposta e ao mesmo tempo a resistência contra ela.

Observamos a partir dos relatos que existe um enraizamento das mulheres ao local de moradia, que se dá em três dimensões: pela origem de nascimento – cidade de São Paulo; pela região de fixação – zona leste; pelo local onde criam vínculos sociais e laços afetivos, o ‘pedaço’, a favela ‘escolhida’ para morar.

O enraizamento à cidade influi nas opções de moradia das mulheres. Observando o fato com foco no objeto da pesquisa, constatamos que para elas, a escolha de uma determinada favela para moradia não tem relação com possíveis vínculos à pessoas conhecidas que vieram de outro Estado da Federação, mas tem sim com a existência de parentes e conhecidos. A decisão de vender o apartamento e sair do conjunto habitacional também não teve relação com o desejo de retorno à cidade de origem.

Notamos que na trajetória de vida das mulheres, e especialmente no período por nós estudado, elas permanecem na mesma região da cidade, exceto dona Neuza que morou também na Zona Norte. Em sua trajetória, seus vínculos sociais de trabalho, amizade, parentesco, mantém-se na região.

Como visto no Capítulo III, a pesquisa FIPE (1993) analisou o nível de enraizamento da população moradora de favelas à beira dos córregos canalizados pelo PROCAV II. Os dados apontam que no córrego Franquinho, onde se localiza a Favela Três Marias, o tempo médio de permanência era de 6 anos. Famílias com 21 anos, ou mais, de tempo de residência foram encontradas no local. 93% dos moradores das favelas contíguas ao córrego Franquinho consideravam-se proprietários de suas casas, 51,5% das casas eram de alvenaria e 66,7% disseram que não venderiam suas casas.

Outro aspecto que favoreceu o enraizamento das famílias à Favela Três Marias é que esta assim como as outras favelas contíguas ao córrego Franquinho, tinha no entorno equipamentos e serviços próximos. Escolas de primeiro grau, escolas de ensino infantil, postos de saúde, bem com serviços de abastecimento e comunicação, como feira livre, telefone, e correio.

Assim sendo, observamos que a Favela Três Marias, era uma favela consolidada, por ser uma ocupação antiga, cujos moradores se consideravam donos de suas casas e onde as demandas por equipamentos e serviços públicos estavam, em relação à proximidade, atendidas.

Segundo Baltrusis (2000) nas favelas paulistanas, mais de 60% dos chefes de família residem na mesma favela há mais de 5 anos e 35% residem há mais de 10 anos. Esse fato aponta para uma tendência à fixação ou enraizamento residencial dos moradores de favelas.

Para este autor, tal tendência à imobilidade acontece por vários fatores: Pelo fator **econômico**, que consiste na economia que a família realiza, por possuir uma residência própria; pelo fator **social**, que consiste na segurança proporcionada pelos elos de parentesco e amizade com a vizinhança; e pelo fator **físico**, que consiste nas melhorias de habitação e da própria favela.

O fator social, enquanto um dos fatores que, explicam a tendência à imobilidade na favela, que denominamos nesta pesquisa de enraizamento, aparece nas falas das mulheres, principalmente na fala repleta de sentimentos de saudades de dona Lourdes que permaneceu mais de vinte anos na Favela Três Marias. Nesse sentido, a tendência observada a partir das experiências das mulheres, é a de que, quanto maior o tempo de permanência, maior o enraizamento. A vida naquela favela para ela é a referência de uma época em que era feliz.

Dona Lourdes chora de saudades da Favela Três Marias, mas este sentimento, como explica no final da entrevista, também inclui o filho, que morreu atropelado com 13 anos de idade quando morava no Conjunto Habitacional Garagem, inclui a época em que tinha saúde e que tinha muitos amigos no local onde morava.

A partir do choro de saudade e da fala de dona Lourdes, percebemos que a relação afetiva com o lugar tem total relação com o sentimento de felicidade vivido, com os vínculos sócio-afetivos formados, com um determinado modo de ser, estar e viver em família, vizinhos e amigos a contextura cotidiana.

2. As experiências vividas no Conjunto Habitacional Garagem

As experiências vividas no Conjunto Garagem correspondem a um processo que se inicia, desde o momento em que a Prefeitura arrolou as famílias que seriam removidas da favela e passou a exercer um controle sobre as mesmas e a determinar quem tinha direito ou não ao atendimento. Este foi o caso de dona Neuza, que por não residir na favela à época do arrolamento, não tinha direito à unidade habitacional, conforme os critérios do Programa. Ressalta-se que aproximadamente dois anos decorreu entre a realização do arrolamento das famílias até o início efetivo das remoções, sendo que neste período a favela não parou de crescer e de receber novas famílias, assim como o restante da cidade.

A remoção compulsória provocou sentimentos diversos, que podemos observar nos relatos das mulheres, como o medo de “ficar na rua” e o receio de não conseguir pagar. Dona Lourdes diz com muito ressentimento que a ‘tiraram’ da favela para ‘matar’ seu filho, atribuindo a responsabilidade da morte do menino a uma mudança forçada. Isso porque às famílias foi imposto um reassentamento em data, local, tipo de moradia (prédio) e modo de viver não desejado por elas, e ainda com um custo que antes não tinham.

A mudança para o conjunto habitacional não foi uma escolha, uma opção e sim uma atitude de resignação, de conformismo à ação imposta pelo Poder Público.

Quanto às remoções dos moradores de favela do PROCAV II, o conformismo pode estar relacionado à diversos fatores, como a interiorização da cultura dominante de que, em última instância, são invasores de terra desprovidos do direito de permanecer, e de que a autoridade pública está provendo aos pobres uma moradia digna, numa atitude paternal que não pode ser recusada. A memória de que os favelados, no limite da resistência, são removidos com força policial, também pode ser formadora do ideário de que não adianta resistir. Assim, essas famílias não se reconhecem como sujeitos de

direitos. O conformismo de suas atitudes assim o demonstra. Ressalta-se que nas favelas removidas pelo PROCAV II, os moradores não tinham uma cultura de participação em organizações populares ou comunitárias, ou em movimentos sociais de resistência.

Após a remoção, os moradores da Favela Três Marias, entre eles, as mulheres da pesquisa tiveram que reorganizar a sua vida e tentar adaptar-se ao novo modo de viver. Para alguns esta adaptação foi mais fácil do que para outros por diversos fatores.

2.1 O morar em apartamento: outro modo de viver

Mais que as outras mulheres, dona Débora dá indícios de maior valorização dos aspectos referentes à melhoria das condições concretas de habitabilidade ao mudar-se com sua família para o conjunto habitacional. Informa que no começo não gostou porque estava acostumada na Favela Três Marias. Sentia-se num lugar estranho. Mas depois se “empolgou” e achou que a vida ia melhorar porque estaria livre das enchentes e dos ratos que entravam dentro de casa na favela. Afirma: *“Eu vim para um lugar melhor do que lá”*.

Considera que no início, a vida no conjunto habitacional foi *“mil maravilhas”* porque era tudo novo pra ela e sua família. Mas com o tempo, surgem as contas pra pagar e a percepção da falta de liberdade, uma situação contrária à forma que vivia na Favela Três Marias.

Em relação à falta de liberdade, explica que havia interferência da família do marido na vida pessoal, pois os familiares moravam no mesmo prédio e havia também falta de liberdade para as crianças brincarem.

Quando a equipe que desenvolveu o trabalho social no PROCAV procurou manter no mesmo prédio aqueles que eram vizinhos e familiares na favela, tinha a intenção de preservar os vínculos sociais constituídos. Mas com o relato de dona Débora, notamos que o sentimento de falta de liberdade ocasionado pela interferência de familiares que moravam no mesmo prédio vem demonstrar o quanto os aspectos subjetivos mobilizam os diversos ‘quereres’ e desejos de mudança.

Por outro lado, afirma dona Débora que no prédio era todo mundo unido, que todos se ajudavam, e que esta realidade mudou quando os apartamentos começaram a

ser vendidos e pessoas estranhas foram morar no prédio. Observamos então o que parece ser uma contradição. Ao mesmo tempo em que existe um incômodo com a interferência de parentes que moram no mesmo prédio, também há uma valorização da união que havia enquanto o prédio era ocupado por moradores da mesma favela.

A ajuda e a união entre os vizinhos de prédio, entre os quais os familiares, a que se refere dona Débora, diz respeito à ajuda concreta, nas necessidades primárias do dia a dia. Esse aspecto nos mostra que, embora haja desentendimentos e incômodos entre vizinhos e parentes, o que é comum em qualquer classe social, os pobres urbanos oriundos de favelas e reassentados em conjuntos habitacionais ainda contam com uma rede de solidariedade e ajuda mútua, que já havia sido constituída na favela. No entanto, percebemos pelos relatos das mulheres que com o passar do tempo as relações entre os moradores no conjunto habitacional vão se acirrando devido à falta de liberdade ou de privacidade nesse tipo de moradia (prédio), e principalmente pelos desentendimentos gerados pela necessidade de pagamento das contas comuns. As normas e regulamentos impostos pela Prefeitura também geram tensões, uma vez que alguns cumprem e outros não. Como diz o dito popular, ‘se eu não posso, ninguém pode’.

Dona Débora morou durante quatro anos no Conjunto Garagem, e seus três filhos estudaram e continuam estudando nas escolas construídas dentro do conjunto, já que a favela onde reside atualmente é bem próxima a este. Considera que a ida para o conjunto habitacional foi uma oportunidade para melhorar a vida de sua família. Ela diz: *“deu um empurrão pra melhorar a vida da gente”*.

Percebemos que das quatro mulheres, dona Débora é a que tem uma vida sócio-econômica mais estabilizada e mais estruturada. Embora sua renda familiar seja baixa, seu marido tem vínculo empregatício como coletor de lixo, e, portanto uma renda mais estável que as demais mulheres. Ela nunca precisou trabalhar fora, pois a renda do marido tem suprido as necessidades básicas da família. Também percebemos uma preocupação especial quanto à educação escolar das crianças. Observamos que dona Débora e sua família não estão, assim como as outras mulheres, numa situação tão precária como a de ter de ‘lutar’ a cada dia para conseguir o básico que é a alimentação. Dona Débora tem expectativas diferentes das demais. Suas dificuldades no conjunto habitacional não estavam relacionadas às dificuldades básicas de sobrevivência, mas sim de não adaptação à tipologia habitacional.

Dona Neuza viveu outro dilema. Por não ter sido a titular do apartamento, o tempo todo teve que conviver com a questão de não ter o direito àquela moradia, primeiramente pelos critérios da Prefeitura e depois pelos interesses da família do companheiro. Dona Neuza estima que ficou no apartamento de 1997 a 2003, aproximadamente seis anos, “bastante tempo” para ela. Quanto ao modo de viver no conjunto habitacional, dona Neuza relata que havia brigas de vez em quando por causa das crianças que subiam e desciam correndo as escadas do prédio tocando as campainhas, mas que morar lá era bom.

Para dona Neuza, pagar a taxa referente ao Termo de Permissão de Uso foi possível enquanto trabalhava fazendo faxina e ganhava por dia. Quando passou a trabalhar em limpadora e ganhar apenas o salário, começou a atrasar o pagamento do TPU para pagar itens referentes às suas necessidades básicas, como alimentação. Mas ainda assim considera que foi para uma condição de vida melhor no conjunto e que se dependesse dela, estaria lá até hoje.

Para dona Lourdes percebemos que a vida no conjunto habitacional foi bem mais difícil do que para as outras mulheres. Tão difícil que, ao relatar os lugares onde já morou, cita todas as favelas e exclui o conjunto habitacional. Dona Lourdes conta que o trabalho com sucata rendia muito pouco naquele lugar e por isso não conseguia arcar com os custos da moradia, inclusive as taxas condominiais. O que levava dona Lourdes a um sentimento de humilhação perante os outros moradores.

É muito comum encontrarmos entre os moradores de favelas, um número considerável de famílias que sobrevivem da sucata - coleta de material reciclável – assim como dona Lourdes. A coleta e venda de materiais recicláveis é a única fonte de renda para muitas famílias. Quando removidos das favelas, e reassentados em conjuntos habitacionais esses catadores perdem sua principal fonte de renda se não encontrarem meios para armazenar o material coletado. No entanto, os projetos de arquitetura dos conjuntos habitacionais não têm levado em consideração esta realidade social e ao serem os catadores reassentados, para continuarem a desenvolver seu trabalho, ocupam uma área condominial, ou de uso comum, ou até utilizam a área do próprio apartamento, ferindo as normas de ocupação, atraindo ratos e baratas e incomodando os demais moradores do prédio. Impedidos pela Prefeitura e pressionados pelos outros moradores,

os catadores além de encontrarem dificuldades para desenvolver o trabalho que sempre lhes garantiu a sobrevivência, ainda têm outros custos sob sua responsabilidade, referentes à moradia.

Dona Lourdes relata que no conjunto habitacional todos os custos ficavam a seu cargo. O custo era superior ao valor ganho com o trabalho de catadora. Também relaciona ao lugar a inexistência de material reciclável disponível.

Dona Nair por sua vez, repetiu inúmeras vezes durante a entrevista que morar no prédio era muito bom, era muito gostoso. Comenta que lá residiu por volta de cinco anos. Para ela, no apartamento vivia com melhor qualidade de vida. Mas teve mesmo que sair porque não conseguia pagar. Inclusive não teve recursos para fazer melhorias no apartamento, como a colocação de piso.

Relata dona Nair que havia muita “confusão” no prédio devido à conta de água ser única para vinte famílias, sendo que todos pagavam o mesmo valor, independente do número pessoas na família. Para dona Nair a dificuldade de morar no conjunto habitacional, também está relacionada com o fato de que naquele local seu filho não conseguia trabalho e as contas ficavam todas sob sua responsabilidade.

As taxas condominiais são motivo de conflito e tensões entre os moradores. Nas relações entre eles os ânimos são acirrados, uma vez que alguns arcam com todas as despesas, e outros, por diferentes causas, deixam de pagar pelos encargos.

A vida no conjunto habitacional determinou que seus moradores arcassem com despesas, tais como as taxas de água, luz, gás. Parte dos moradores da Favela Três Marias reassentados no Garagem tinham dificuldades em assumir os encargos, mais o valor das despesas com as áreas comuns do prédio (condomínio), em razão dos baixos rendimentos. Conforme pesquisa da FIPE, a renda familiar dos moradores do córrego Franquinho menor que 1 salário mínimo era de 15,15%. A maior incidência estava entre 1 a 3 salários mínimos (42,4%), sendo que a porcentagem de desempregados era de 16,1%.

Nos condomínios de classe média e alta, quando uma ou algumas famílias deixam de pagar as taxas condominiais, os demais moradores conseguem manter ao

menos os custos básicos do prédio, como água, energia elétrica, entre outros. Nos empreendimentos para a população de baixíssima renda, os moradores não têm condições de ‘cobrir’ o déficit de pagamento de outro morador. Se considerarmos que 15,15% da renda familiar dos moradores do córrego Franquinho era menor que um salário mínimo, fica evidente que o não pagamento das taxas por parte de algumas famílias tem relação com a incompatibilidade dos custos da moradia no tocante à capacidade de pagamento destas. Apesar de ser um fator importante, o aspecto econômico-financeiro não é único. Existem outras razões, como a discordância do valor das taxas por parte de moradores, a desconfiança que têm do síndico, a presença de moradores que absolutamente não correspondem à tentativa de organização do restante do grupo, entre outras.

Os moradores do Conjunto Habitacional Garagem são permissionários do apartamento, ou seja, eles têm apenas uma permissão de uso da Prefeitura para fins de moradia. Portanto, não são proprietários. Isso ocorre devido à regularização fundiária e comercial do empreendimento ainda não ter ocorrido. Juridicamente os moradores não podem formar o condomínio, pois a propriedade ainda é da Prefeitura. Esse fato os torna vulneráveis a tudo o que se refere à gestão do prédio, inclusive às cobranças das taxas. Não podem, também, abrir uma conta bancária em nome do condomínio, o que dificulta o controle do dinheiro arrecadado para pagamento das contas, facilitando o uso indevido do mesmo.

Os baixos salários e instabilidade em relação ao mercado de trabalho são fatores que dificultam a possibilidade de muitas famílias assumirem determinados tipos de despesas. Enquanto moradores de favelas arcavam individualmente com algumas contas dos serviços de água e luz, sendo que na favela as cobranças são pela taxa mínima. Em muitos casos, as ligações eram clandestinas. Assim, os gastos com a moradia na favela eram menores e mais estáveis.

Quanto à falta de liberdade, esta pode estar relacionada tanto à falta de privacidade pela própria tipologia da moradia em prédio, quanto à imposição de regras e normas. O reassentamento em conjunto habitacional do PROCAV obrigou as famílias a acatarem o regulamento interno e as normas de convivência estabelecidas pela Prefeitura. Conforme a assistente social Tânia Elias que pesquisou sobre a *Remoção e reassentamento compulsórios: O caso da favela Santa Luzia e do Conjunto*

Habitacional Garagem (2001), “algumas normas impostas ferem costumes e hábitos do cotidiano de suas vidas, especialmente no tocante ao direito á privacidade; por outro lado, quando descumpridas por algum morador, geram desentendimentos e desavenças entre eles.” (p.118)

A Prefeitura impõe normas aos moradores dos conjuntos habitacionais que dizem respeito à conservação da moradia e á organização dos moradores, por prédio, para a manutenção da limpeza e controle do pagamento das despesas comuns. Conforme cláusula do TPU, os moradores devem, inclusive, pedir autorização à Prefeitura a respeito de qualquer alteração que se pretenda fazer tanto interna, dos apartamentos, quanto das áreas externas, de uso comum.

Para Elias (2001), “muitas regras visavam modelar a vida dos sujeitos removidos para o novo padrão de moradia, atingindo, por vezes, a privacidade dos moradores. (...) os modos de vida destes foram atingidos em seus valores, hábitos, comportamentos e cotidiano de sociabilidade” (p.125).

Do ponto de vista institucional, a Prefeitura estava provendo a melhoria da qualidade de vida, a moradia digna, o padrão urbano moderno de moradia da classe média – apartamento com dois dormitórios – subsidiado para famílias de baixa renda. Assim, os sujeitos deveriam aceitá-la sem contestações.

Ao mesmo tempo em que os moradores se incomodavam com as imposições, eram dependentes da Prefeitura para resolverem quaisquer assuntos referentes à organização e gestão dos prédios, como demonstram os trechos de uma carta enviada por um ‘síndico’ de prédio do Garagem.

75

ABAIXO ASSINADO.

OS MORADORES DO BLOCO C.9 CONJUNTO
HABITACIONAL GARAGEM VEM POR
ESTE ABAIXO ASSINADO PEDIR AOS
RESPONSÁVEIS PELO PROJETO QUE
TOMEM PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO
A MORADORA DO APARTAMENTO Nº 31

POIS ESTA SENHORA DESDE QUE
 VÍO MORAR NO NOSSO PRÉDIO
 NÃO PAGA AS CONTAS, E VEM
 CAUSANDO A REVOLTA DOS MORADORES.
 ESTAMOS CORRENDO O RISCO DE FICAR
 SEM A EVA, LU2 E GAS, POIS OS
 MORADORES SE RECUSAM A PAGAR AS
 CONTAS ENQUANTO ESTA SENHORA
 ESTIVER MORANDO NO PRÉDIO, E NÃO
 PAGA AS SUAS CONTAS.
 POIS A SENHORA LUCENI ESTA
 COM UMA DÍVIDA DE = R\$ 400,00

OBS = PEDIMOS PROVIDÊNCIAS URGENTE
 ASSINATURA DOS MORADORES

11
 11
 12 Antonio Wilson Vieira
 12 Raissa Lianani
 13 Casimiro
 13
 14 João Carlos dos
 14 Marjorie
 21 Sulemna Mendes Lins
 21. LINDARFI

Apesar da remoção compulsória e dos problemas vivenciados, as mulheres declaram que morar no conjunto habitacional é ‘bom’ e atribuem este adjetivo em razão da melhoria das condições concretas de habitabilidade como: ter documento, ser uma coisa “legalizada”, ou o fato de não ter enchente, rato e não chover dentro da casa.

Mesmo com a reconhecida melhoria nas condições físicas de moradia, algumas famílias decidem sair do conjunto habitacional. Os relatos das mulheres apontam diferentes motivações para tal decisão.

2.2 Motivações para a venda do apartamento ou por troca com casa na favela

Para dona Nair, o motivo principal que a levou a sair do conjunto habitacional foi o medo de ser despejada pela Prefeitura devido aos atrasos na “prestação” do apartamento.

Dona Nair analisa a sua vivência no conjunto habitacional, e conclui que “*pra morar lá, tem que ter família que tem cinco trabalhando. Um paga uma coisa, outro paga outra*”.

Dona Nair afirma que se fosse ‘casinha’ em vez do apartamento, não teria saído, porque na ‘casinha’ a conta é de cada morador. Porém, os programas habitacionais de interesse social da SEHAB/HABI, tendem para a verticalização das moradias para

maior aproveitamento da gleba e atendimento de maior número de famílias. No PROCAV II, houve a implantação de casas térreas ou de sobrados nas áreas remanescentes de favela que foram urbanizadas e também um pequeno número nos conjuntos City Jaraguá e Inácio Monteiro. No conjunto Garagem não houve essa tipologia habitacional.

Nota-se que ela não diz que a renda do responsável, teria que ser maior. Possivelmente porque acredita que esta possibilidade seja muito remota ou impossível para ela e para outras pessoas na mesma condição. Para dona Nair, a somatória dos rendimentos dos membros de uma família maior é que possibilita que esta tenha possibilidade de arcar com os custos da moradia no conjunto habitacional.

Para dona Lourdes a decisão de sair também se deve ao fato de não conseguir pagar. As taxas condominiais pesavam muito para ela, que sozinha procurava manter as contas. Dona Lourdes emite sua opinião a respeito da moradia em prédio, atribuindo à classe média tal possibilidade. Para ela o pobre não pode pagar, mesmo que seja um empreendimento habitacional do PROCAV.

Além deste, também o problema do filho que tinha o hábito de beber e causar problemas foram fatores que motivaram dona Lourdes a sair do conjunto habitacional.

Diferente de dona Nair e dona Lourdes, dona Neuza traz outros motivos.

Além da pressão da família do seu companheiro titular do apartamento para que o desocupasse, houve também problemas de envolvimento do filho com algo que dona Neuza não disse explicitamente no momento da entrevista.

Débora por sua vez, afirma que o motivo principal de terem saído foi a falta de liberdade.

Nesse estudo ficou evidente que a necessidade econômica é fator que conduz as pessoas a saírem do conjunto habitacional, mas não é este o único elemento. Se fosse considerada a questão econômica como a única e principal causa da venda das casas, seria ignorada toda a subjetividade presente nas narrações das pessoas.

2.3 A comercialização das unidades habitacionais e a permuta com casa na favela

O Termo de Permissão de Uso proíbe a cessão, venda, aluguel, empréstimo ou transferência, de qualquer forma, do imóvel a terceiros, no todo ou em parte. No trabalho de preparação das famílias para o reassentamento esta informação era exaustivamente passada aos moradores pelas assistentes sociais do PROCAV II e nos dois primeiros anos havia de fato um controle da equipe social sobre esse aspecto, como mostra a figura extraída de uma “cartilha” utilizada para explicar as normas do Termo de Permissão de Uso e regulamento interno.



No entanto, os moradores que por várias razões decidiam não mais aceitar a moradia propiciada pelo Poder Público, como não dispunham de recursos para aquisição de um novo lugar para viver, começaram a vender os apartamentos ou trocá-los por casa na favela.

Em 2002 a HABI realizou uma pesquisa censitária nas unidades habitacionais – apartamentos e casas - construídas pelos Programas PROVER (Programa Cingapura) e PROCAV II, num total de 41 Conjuntos Habitacionais e 18.145 unidades, ocupadas a partir de 1995 até 2002, com a finalidade de localizar, quantificar e caracterizar as ocupações irregulares²⁶ nestes empreendimentos. A pesquisa detectou um total de 3.028 unidades nesta situação, aproximadamente 17%. No conjunto Habitacional Garagem a porcentagem de ocupação irregular ficou um pouco acima da média, com 19,3%.

A 1ª fase da pesquisa possibilitou quantificar e localizar todas as unidades ocupadas irregularmente, além de todos os casos de mudança de titularidade, permutas não regularizadas e imóveis vazios. Numa 2ª fase, todas as famílias que ocupavam irregularmente a unidade habitacional foram entrevistadas com a finalidade de obter-se as informações necessárias para nortear a regularização ou não de suas ocupações, de acordo com os critérios definidos pela HABI, quais sejam: comprovação de renda familiar até dez salários mínimos; utilização da unidade habitacional exclusivamente para fins de moradia; não possuir imóvel próprio; não ter sido atendido anteriormente em programas habitacionais da PMSP, e possuir comprovação de que a ocupação ocorreu com a anuência do permissionário oficial.

Conforme relatório da pesquisa, estes cuidados foram tomados pela HABI visando evitar a regularização nos casos de invasão, bem como garantir que as unidades continuassem a atender a necessidade de moradia de famílias de baixa renda, não descaracterizando os objetivos dos programas.

Os técnicos da área social da HABI analisaram todos os casos irregulares, e verificaram que a maioria destes se encontrava dentro dos critérios para regularização. As famílias que ‘arriscaram’ a compra do apartamento tinham uma situação sócio-econômica um pouco melhor que as famílias reassentadas pela Prefeitura, originárias de favela, e eram procedentes, na maioria dos casos, de moradia alugada.

Os motivos que levaram os titulares originais a deixarem ou transferirem suas unidades não foi possível levantar nesta pesquisa, mas em pesquisa de monitoramento

²⁶ Ocupações irregulares são aquelas cujo morador não é permissionário, ou seja, não assinou o Termo de Permissão de Uso.

do PROVER, realizada também em 2002, 40% das famílias entrevistadas disseram que venderiam suas unidades se fosse permitido.

Em seu estudo sobre “*A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista*”, Nelson Baltrusis (2000) apresenta importantes referências sobre a comercialização de imóveis na favela.

Utilizamos algumas dessas referências para analisar a questão da venda das unidades habitacionais dos empreendimentos citados na pesquisa da Prefeitura, uma vez que tais empreendimentos, não foram, em sua grande maioria, regularizados do ponto de vista fundiário e comercial, estando então localizados em área de domínio da Prefeitura. Dessa forma, a comercialização dos imóveis nos empreendimentos habitacionais não faz parte do mercado imobiliário formal. Trata-se de comercialização irregular, que não garante a posse ou propriedade ao comprador.

O autor afirma que, embora o valor de uso tenha predominado na apropriação da terra invadida, tanto os lotes como as casas, são também mercadorias. Há estruturas “formais” de comercialização de unidades habitacionais, sobretudo nas favelas maiores. Assim também ocorre em relação aos apartamentos dos empreendimentos da Prefeitura. Já existem imobiliárias intermediando as vendas no Conjunto Garagem.

O funcionamento do mercado informal imobiliário nas favelas se assemelha, em alguns aspectos, ao mercado formal, como por exemplo, a hierarquização dos preços dos imóveis baseados na qualidade, tipologia e localização. Isso pôde ser constatado na pesquisa realizada em 2002 pela HABI a respeito das ocupações irregulares. Os preços pagos pelos compradores pelos apartamentos variavam enormemente conforme a localização e estado de conservação dos empreendimentos, e conforme a ‘pressa’ ou necessidade da venda. No ano de 2002 estas variações estavam entre R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).²⁷

²⁷ Cabe esclarecer que alguns dados da pesquisa não foram inseridos em banco, mas foram colhidos com a finalidade de subsidiar os estudos de caso realizados pelas equipes de trabalho social. Assim, o conhecimento adquirido a respeito da renda, procedência e valor pago pelas unidades habitacionais pelos novos moradores deve-se à leitura de todas as entrevistas dos casos de ocupação irregular por parte da pesquisadora, enquanto assistente social vinculada à HABI.

O mercado imobiliário informal em favelas [e em empreendimentos da Prefeitura] cresce à medida que não existem políticas habitacionais suficientes para atender a demanda. E por outro lado, à medida que a população encontra, por meio dele, a possibilidade de adquirir uma moradia a um custo acessível e sem burocracias.

Em síntese, nos fala Nelson Baltrusis que “o mercado informal acaba por substituir o Estado, na sua função de prover moradia para a população de baixa renda. Esse fato acaba por ocultar a falta de políticas para o setor, pois diminui a pressão da demanda.” (BALTRUSIS, 2000, p. 151). Porém, o mercado imobiliário informal, atende não atendendo, ou seja, por um lado ele dá respostas rápidas às necessidades de moradia da população de baixa renda. Por outro lado, não existe a garantia da posse da terra e essa questão traz insegurança para os moradores, o que ocorre também em relação às compras das unidades habitacionais sem anuência da Prefeitura.

Duas das quatro mulheres mencionam que das pessoas da Favela Três Marias reassentadas no conjunto habitacional, poucas ficaram e que muitas delas estão morando em favela novamente. Para dona Nair, isso se deu por causa da impossibilidade das famílias pagarem as contas do apartamento.

As mulheres relatam que residiram no conjunto habitacional por aproximadamente cinco anos. Tempo suficiente para acumular experiências no que se refere a: tentativas de organização, construção de vínculos, uso dos equipamentos e serviços do entorno, adaptação ao novo espaço, convivência com novos vizinhos e, tempo suficiente para saber quanto é necessário ganhar para poder pagar as contas. Desta forma, a decisão de sair do conjunto habitacional teve base em experiências solidificadas. Para essas mulheres, a decisão de vender o apartamento ou fazer permuta com casa na favela, e a decisão de conquistar um novo espaço se relaciona com a necessidade e a possibilidade de transformação da vida pessoal.

No caso das mulheres entrevistadas que venderam o apartamento, dona Neuza e dona Débora, não identificamos a intenção de “fazer negócio” para ganho de um dinheiro extra. Sabemos que essa situação também existe, mas essa transação visando ganhos pessoais não diminui a importância do fato da mudança de um espaço estar

relacionada com a necessidade de recomeçar um estágio novo de vida ou resolver algum problema concreto.

RAMOS (1997) em seu estudo “Minha casa não é minha; nem é meu este lugar- Um estudo sobre a relação do homem com a moradia na ocupação do Condomínio Centreville em Santo André” afirma: *“Milhares de pesquisadores preocupam-se com a urbanização das favelas e com o grande número de pessoas que, depois que essa se efetiva vendem suas casas. Eles planejam as mais variadas formas de fixar esses indivíduos em determinados lugares, como se eles não tivessem nenhuma condição e nem o poder de decidir ou mesmo de escolher o que querem fazer de suas vidas”*. (p. 116)

No caso de dona Nair e dona Lourdes que fizeram permuta do apartamento com casa na favela temos outras questões a analisar. A permuta é uma forma mais institucionalizada para solucionar a questão da moradia, ou seja, ela foi utilizada enquanto uma das alternativas habitacionais do PROCAV II na época da remoção, para aquelas famílias que não desejavam ir para o conjunto habitacional. Esta alternativa foi disponibilizada pela HABI no ano 2000 às famílias reassentadas nos conjuntos habitacionais do PROCAV II, em razão das inúmeras solicitações dos moradores que chegavam ao plantão social ou via carta. As famílias justificavam a solicitação de permuta do apartamento com casa na favela principalmente pela situação financeira em que se encontravam, por motivo de desemprego ou baixos salários, não estando em condições de arcar com as despesas comuns dos blocos de apartamentos em que residiam, bem como com a taxa de retribuição do TPU.

Nos arquivos da HABI localizamos 38 cartas de moradores do Conjunto Garagem solicitando permutas de apartamento com casa na favela. Dessas, 29 justificavam o pedido em razão da impossibilidade de pagamento das taxas condominiais e da taxa de retribuição do TPU, normalmente em razão de desemprego ou baixo salário, conforme exemplificamos abaixo.

São Paulo, 22 de fevereiro 2.000

Eu maria jose sou uma mulher sozinha com tres filhos Devo no predio não tenho com. Dificões de pagar ~~o~~ devo também as carnes. eu encontrei uma troca no apartamento por uma casa com 2 comodos e banheiro no jardim noronha. em Sto amaro Motivo desta troca eu não trabalho Estou gestati eu recebo uma Pensão de 100 Reais para eu comer Pagar o predio e as carnes e talém Sou sozinha aqui não tenho ninguém Aqui e lá no noronha eu tenho minha familia que pode me ajudar e Eu gostari que vocês fizeste esta troca o mais rapido possivel

Neste caso, observamos que a mulher chefe de família com filhos pequenos está em situação de maior vulnerabilidade, sendo que a opção de ir para a favela dá-se em razão da proximidade à família que poderá ajudá-la, minimizando a precariedade sócio-econômica em que vive.

O fragmento de carta abaixo disposto demonstra que, para algumas famílias a favela oferece melhores condições de se cuidar e sustentar a família pela eliminação dos gastos com “prestação” e condomínio

Por motivo de estar desempregado a 3 anos, não pude arcar com os pagamentos das prestações do apartamento mencionado acima, e estando passando por uma situação muito difícil, com mulher e tres filhos para sustentar, não tendo nem mesmo condições de pagar o condomínio do prédio. Por esses motivos resolvi "trocar" o meu apartamento em uma casa situada a Rua São João Batista no 547, Vila Santa Inês, São Paulo, cujo o terreno é da prefeitura e me oferece melhores condições de cuidar e sustentar minha familia, pois não tenho gastos com prestações e nem com condomínio.

Muitas vezes as famílias expõem a situação de desespero em que vivem, quando as dívidas no condomínio geram desavenças entre a família e os demais moradores do prédio, numa circunstância em que não há ao menos os recursos financeiros para prover o alimento.

Por tanto não consigo pagar o condomínio, não só o fato de ser um devedor e utilizar a água e a luz e gás dos pagadores, está sendo desavença na minha casa com minha família e com os moradores do prédio. Jáco este pedido porque eu estou decidindo para mudar e porque a minha situação não se encontra boa, já não estou tendo dinheiro para comprar alimentos estamos vivendo por doações de pessoas. Adicionalmente pedindo sair logo porque as minhas contas estão se agravando a cada mês que passa. Obrigada pela atenção.

Observamos com a carta abaixo que a situação de renda familiar é instável, e demonstra que estar ou não empregado é fator que possibilita ou não a permanência da família de baixa renda no conjunto habitacional.

motivo qual eu quero troca quando eu vim para este condomínio eu tinha condições de pagar mas agora estou desempregada tem quase 2 anos. E o meu marido ficou muito doente e não consegue mais fazer bico e o pouco que ganha só dá para comprar comida e eu só consigo pagar o gás quando a minha família ajuda e agora as contas alimentares muito ficou muito mas difícil

Somados ao fator econômico-financeiro, também fatores de maior vulnerabilidade social justificam os pedidos de permuta, como demonstrado na carta,

enviada por um morador idoso e deficiente. Tal situação leva-nos a crer que este tipo de alternativa habitacional não é viável para famílias e em situação de maior vulnerabilidade social.

que Tenho mais de 64 ANOS e sou deficiente Físico ganho um SALÁRIO mínimo MAL ESTÁ dando PARA Comer. Por isso Tenho grande Necessidade A fazer uma permuta e sou Aposentado por inválidos, NÃO Tenho MAIS condições A CONTINUAR pagando minhas Obrigações junto A este Órgão Público por isto pedindo AOS SR que Compriem A minha SITUAÇÃO e Aceite ESTA permuta. NÃO quero ficar CAUSANDO problemas NO Condomínio e demais moradores do prédio DURANTE Todo este Tempo Venho eu Recebendo Ajuda PARA PAGAR AS despesas e prestações do APARTAMENTO.

Pesso AOS SR: que Compriem minha SITUAÇÃO e Darme ESTA liberação e passar meu lugar PARA OUTRA pessoa que Tenha mais condições. Se For Atendido desde JA eu Agradeço de CORAÇÃO NADA MAIS A

Os próximos trechos de cartas demonstram que existem ainda outras justificativas para as solicitações de permuta como, ameaça de morte, impossibilidade de dormir por causa do barulho das crianças do prédio, distância do trabalho, entre outros.

Eu Dora Lucia Maria da Silva declaro que gostaria de fazer uma troca de meu apartamento por uma casa por motivo de distância, o apartamento que moro e muito longe fica em São Miguel Paulista.

É a casa que pretendo ir fica na Sapopemba perto do meu trabalho.

São Paulo 03 de outubro 1999.

A Assistência Social.

Venho por meio desta, comunicar-lhes o motivo pela qual necessito de fazer a troca de meu apto. Primeiro porque minha filha tem uma deficiência com a Síndrome, e por meio desta briga eu é que fiquei com problemas de saúde, pois tenho problemas de circulação, e de lá para cá não estou mais bem de saúde. Segundo porque meu genitor ~~meu~~ está preso na Detenção e provavelmente ele sairá no fim de outubro começo de novembro. E já mandou cartas ameaçando minha filha e eu, por ela ter terminado o relacionamento dela com ele. Devido a estes motivos eu conversei com uma

São Paulo

14-03-2000

O motivo desta pouca linha é para resalve o meu problema que eu já pedi uma vez para trocar por causa do trabalho do meu marido, que é horário noturno e então ele não consegue dormir por causa do barulho de Sam de criança fica correndo nas escada e gritando. Por favor o mais rápido possível, porque ele está com problema de saúde não dorme nem de dia e nem a noite a Sam não dá não tem quem resista

O último trecho de carta selecionado demonstra o ‘não’ arrependimento pela troca e a adaptação à favela escolhida para morar, onde os filhos frequentam a escola e o marido consegue sustentar a família com o seu trabalho.

Estou ciente e não me arrependo da troca, já me habituei ao local, meus filhos estão estudando no local e meu marido com que ganha está mantendo sua família, sendo o

A partir do relato de dona Nair, notamos que a troca de moradia é um recurso utilizado pelos moradores da favela para acomodar interesses e necessidades pessoais. No caso da permuta de apartamento com casa na favela, ela normalmente requer além da troca pelo valor de uso, que o novo morador quite as dívidas do anterior.

Dona Nair relata que queria vender o apartamento, mas acabou optando pela permuta porque as pessoas interessadas não pagavam o que pedia e queriam pagar aos poucos. *“Sabe de uma coisa, acho que eu vou trocar, elas por elas mesmo.”*

A permuta tem valor de uso, no entanto, dona Nair não trocou o apartamento por uma casa de madeira. Aceitou a troca por uma casa de alvenaria, com dois dormitórios. Assim, a interessada pela troca derrubou a casa de madeira onde morava e construiu no lugar uma de alvenaria, dentro de um padrão aproximado ao do apartamento, com quintal e murada. Assim, o apartamento possibilitou à dona Nair uma melhoria no padrão de moradia em relação ao que vivia na Favela Três Marias.

Observamos que o mesmo ocorreu com dona Débora, cuja venda do apartamento possibilitou a compra de uma casa de alvenaria, longe do córrego, melhorando o padrão de moradia em relação à Favela Três Marias.

Nos relatos de dona Nair e de dona Neuza, capturamos duas falas que demonstram certo pesar por terem saído do conjunto habitacional. Dona Nair diz *“... eu gosto muito daqui. Gosto sim. Mas mesmo eu gostando muito daqui, se eu pudesse, eu ficava lá”* e *“por mim mesmo, eu tava lá até hoje”*. No entanto, entendemos que esse

pesar se deve, no caso a dona Nair, a uma condição sócio-econômica que ela gostaria de ter e assim poder manter-se numa situação melhor de moradia. No caso de dona Neuza, a decisão de sair não se deu por sua vontade. No aspecto condições de habitabilidade estava melhor no conjunto habitacional longe do lixo e dos ratos da favela. No entanto, não percebemos nos relatos uma intenção de construir raízes no conjunto habitacional

Sair do conjunto habitacional foi resultado de uma ‘decisão’ individual ou familiar devido a necessidades materiais ou subjetivas de mudar, de transformar a vida pessoal. Voltar para a favela foi a solução possível, mas também uma opção. A opção pelo conhecido, pelo familiar, pelo próximo. Não percebemos em nenhum dos relatos arrependimento por terem voltado à situação de moradia em favela.

3. As experiências vividas nas favelas de retorno

3.1 Diversidades inter e intra favela

As experiências vividas e a nós relatadas sobre o retorno à moradia em favela demonstram que ao conquistar um novo espaço, as mulheres conquistam também uma nova possibilidade de reconstruir-se internamente e de reconstruir a relação com seu mundo. No entanto, verificamos que não serve qualquer favela, não serve qualquer lugar de uma favela ou qualquer casa. As mulheres diferenciam as favelas entre si, assim como as casas. Descartam algumas e elegem outras. Essas diferenças estão relacionadas tanto a aspectos físicos, quanto a aspectos sociais. As experiências relatadas nos mostram que há diversidades entre as favelas bem como diversidades internas, ou seja, as favelas não são homogêneas. Têm diversidades dentro e entre si. Dona Débora não considera que mora em favela. Para ela, favela é barraco de madeira.

A esse respeito, Pasternak (2006) esclarece que a homogeneidade das favelas é um mito. Existem aspectos comuns, mas há também diferenças nos aspectos físicos e sociais, sendo os primeiros mais facilmente identificáveis. Segundo a autora, raramente têm se estudado a heterogeneidade e a diversidade social dentro e entre favelas.

Cabe notar que dona Lourdes “abandonou” a casa na Favela Cangaíba. Não se sentiu segura “no meio de tanta coisa que não conhecia”. Em sua opinião, para morar

naquela favela, tem que saber sair e saber entrar. Ela não criou identidade com este modo de vida.

A favela passa a ser considerada como espaço próprio somente “*quando os símbolos, as normas, os valores, as experiências, as vivências, permitem reconhecer as pessoas, estabelecer laços de convivência e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla.*” (Chauí, 1994, p.70).

3.2 O que é bom e o que não é bom na favela

Para as mulheres a escolha da favela de moradia foi uma opção, em razão dos vínculos sociais e afetivos. Vínculos relacionados às suas raízes na região, de trabalho, de amigos e de família. Contudo, durante as entrevistas, falaram sobre os ganhos e os aspectos positivos como também sobre os aspectos negativos do viver em favela.

Quanto aos aspectos negativos, dona Nair aponta o problema da ‘discriminação’ aos moradores de favela. Chamados pela sociedade de ‘favelados’, são discriminados por não terem endereço certo.

‘Favelado’ é adjetivo. A sociedade tem incorporado, desde sempre, que favelado é antes de tudo sinônimo de pobre, e que a favela é o lócus da pobreza e da marginalidade.

Kowarick (1983) nos leva a refletir a respeito dos diversos tipos de preconceitos da classe dominante ao pobre, rotulado como vagabundo, acomodado, violento. Preconceito que atinge profundamente os habitantes das favelas, estigmatizados não só pelas classes média e dominante, mas pelos próprios dominados.

“Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram diferenciar-se dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública.”(Kowarick, 1983, pp. 92-93).

Para dona Nair, na favela tem muita gente ‘boa’ e ‘trabalhadora’. Valoriza inclusive o trabalho árduo dos ‘catadores’ que na favela residem.

A sociedade de fora da favela também sabe que lá existem tanto ‘trabalhadores’ como ‘bandidos’, mas a imagem negativa passada principalmente pela imprensa é forte formadora de opinião do senso comum e acaba por generalizar a situação. No entanto, sabemos que lá na favela essa diferença entre ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’ é tratada de outra forma. Há discriminação, mas também há identidades. Identidades formadas no cotidiano do ‘pedaço’ onde vivem os moradores.

Outro aspecto negativo detectado na fala das mulheres foi a ‘insegurança’ de não estarem num lugar próprio, de viverem com a preocupação de um dia serem novamente removidas pelo Poder Público. Mesmo dona Nair que possui o título de Concessão de Uso Especial para fins de moradia não sente segurança sobre o futuro.

Em geral os aspectos negativos se referem à problemas relacionados às condições de habitabilidade mais concretas e materiais, como não ter a ‘escritura’ da moradia que lhes garanta a permanência no local, ou o problema do lixo, dos ratos, e da rua não asfaltada. Quando se referem à morar com qualidade de vida também relacionam à questões mais concretas de habitabilidade, em contraposição aos aspectos negativos mencionados.

Observamos na fala das mulheres certa resignação aos aspectos negativos do viver na favela. A respeito do modo de viver e interpretar as privações e as vulnerabilidades, Lima (2003), ao tratar das expressões dos pobres urbanos afirma: *“Sem perspectiva de modificação do padrão socioeconômico, pelo menos imediatamente, buscam logo estabelecer uma relação positiva e generosa com as condições permitidas, sentimento este que se expressa em frases sempre presentes no seu universo simbólico, como ‘é o jeito se conformar’.* (p. 141)

Problemas também são apontados em relação à convivência entre vizinhos, mas como afirma dona Neuza, *“tem que agüentar”.*

Diferente do conjunto habitacional, na favela não existem regras e normas pré-estabelecidas e expressas sobre o modo de viver, definidas por uma instituição externa. Como afirma dona Neuza, na favela existe outra lei. Leis próprias não escritas, mas compreendidas, assimiladas e vividas pelos moradores do local. Observamos que a forma de lidar com a lei ou a falta de lei dentro da favela é relacional, momentânea, e como afirma dona Lourdes, “*cada um toma conta de si*”.

Neste aspecto insere-se a questão da ‘liberdade’ do viver na favela, enquanto aspecto positivo, em contraposição ao conjunto habitacional. Na favela estão longe dos olhares que vigiam, disciplinam, punem e controlam todos os atos. Este aspecto foi enfatizado por dona Lourdes, incluindo a liberdade em poder trabalhar com materiais recicláveis. Dona Neuza fala também da liberdade de fazer festas de aniversário e churrascos à vontade. Fala também que morar na favela é ‘divertido’. Todos se divertem na rua aos finais de semana. Diz: “*Favela é a porta do mundo*”. Interpretando a metáfora de dona Neuza, entendemos que para ela, a favela é a porta do ‘seu’ mundo, onde se sente livre para ser o que é e viver conforme aprendeu a viver, convivendo com as pessoas que a reconhecem, e a aceitam, com as quais se identifica.. O mundo que lhe pertence. Como diz Heidegger, habitar permanece para a experiência cotidiana do homem aquilo que é ‘habitual’.

Dona Nair afirma com ênfase que se dá muito bem com os vizinhos na atual favela onde mora, a Esperantinópolis, havendo uma espécie de contraste com o que vivera no conjunto habitacional. Mas relaciona o fato de se dar bem com os vizinhos devido a atitude de não se envolver, não se importar e não fazer comentários a respeito daquilo que vê. O bom relacionamento depende de que cada um cuide da sua vida.

Lima (2003) ao analisar as figuras e expressões do cotidiano dos pobres afirma que “*as relações com o seu igual, mesmo fundadas numa identidade de valores, práticas e necessidades, são estabelecidas com uma dose de cautela como exige o modo de vida urbano. Por isso, guardar um certo distanciamento e indiferenças ao que se passa fora dos limites do espaço privado é um código que rege as relações, como medida de bom convívio e sobrevivência.*” (p. 141)

No entanto, apesar da distância necessária ao que se passa fora dos limites do espaço privado, há um aspecto que se destaca frente a todos os outros, que é a amizade e a solidariedade entre os vizinhos e amigos. Conforme Lima (2003), *“na cidade, lugar de prevalência dos valores de mercado, onde tudo se compra e tudo se vende, os pobres das vilas e favelas ancoram as esperanças nos fios de solidariedade com que tecem a rede de relações no núcleo familiar e com outros grupos, de forma a construir vínculos com pessoas que assegurem o apoio afetivo, o suporte financeiro para o sustento e a reconstrução de sua auto-referência.”* (p. 139)

A sobrevivência depende, fundamentalmente, de práticas de sociabilidade entre o grupo familiar, vizinhos e amigos. A solidariedade é, assim, uma característica da vida cotidiana. Embora apareça nos relatos das mulheres os problemas de convivência e críticas aos vizinhos, também transparece nas suas falas a forte presença de relações de reciprocidade, de ajuda mútua, que se efetivam no âmbito do espaço local, denominado por Magnani (1984) de ‘pedaço’. Nesse sentido, observamos nos relatos situações de cooperação para construção ou reforma da moradia, para cuidar dos filhos de uma vizinha que foi procurar emprego, para conseguir trabalho, socorro em situações de emergência, entre muitos outros. A sociabilidade também envolve o lazer, a recreação, o como o bate papo e as festas. Tais relações possibilitam o sentimento de pertencimento ao espaço, e o enraizamento neste.

Nas fotografias das favelas tiradas pelas mulheres percebemos que houve uma tendência a ‘mostrar’ os aspectos que consideram positivos. De modo geral, fotografaram o que consideram bonito e bom, sempre para mostrar que a favela não é tão feia e ruim como pensa.

Dona Nair nos mostra a praça próxima à Favela Esperantinópolis, onde as crianças brincam no parquinho e os homens jogam dominó. A partir das fotos **‘Parquinho’** (foto 01) e **‘Dominó’** (foto 02) percebemos aspectos do cotidiano do viver na favela, no que se refere ao lazer das crianças e dos homens. Dona Nair coloca o jogo de dominó praticado por desempregados e por aposentados como uma possibilidade de lazer aos homens que *“não bebem em porta de bar”*.

Com a fotografia 14 **‘Aniversário’**, percebemos o quanto as festas fazem parte do cotidiano e da sociabilidade dos moradores da Favela da Vila União. Mas, *“não é*

com todo mundo”, afirma dona Neuza. No que se refere às festas, a sociabilidade ocorre entre as pessoas que tem maior amizade. Da mesma forma, com a fotografia 16 **‘A rua lá em cima’**- dona Neuza também expressa a alegria, a espontaneidade, a diversão que existe na favela. Assim, verificamos que a sociabilidade entre os moradores do ‘pedaço’ está presente nos momentos de lazer, seja no jogo de dominó, no bar, na rua, nas festas.

O trabalho dos catadores na favela aparece na fotografia 03 **‘Reciclável’** de dona Nair e fotografia 6 **‘Esse aqui é meu lixinho que eu amo de paixão’** de dona Lourdes. É um trabalho que ocorre nas áreas de uso comum, vielas, entre as casas. A fotografia 3 mostra que o material é ensacado em frente a casa de dona Nair, mas ela afirma que isso não a incomoda.. Notamos que é comum o fato das vielas serem particularmente utilizadas por alguns moradores, e que há aceitação e tolerância quanto a isso por tratar-se de um trabalho, um meio de sobrevivência. Diferente do conjunto habitacional onde as normas do regulamento interno dos prédios não permitiam o uso privado dos espaços comuns, de nenhuma forma, por nenhuma razão, tal como as normas que regulam o restante da cidade, como a proibição de estacionar veículo em determinados locais, a proibição de vender qualquer coisa em espaços públicos sem expressa autorização do Poder Público, entre outras.

As mulheres fotografaram lugares ou paisagens de locais que consideram bonitos, como as fotos 04 **‘Sobrado’** e 05 **‘É bonito o lugar’**, tiradas por dona Nair para mostrar que na favela também tem sobrados bonitos, como em outros lugares. Da mesma forma a foto 08 **‘Entrada da favela’**, tirada por dona Lourdes. Ao tirarem essas fotos, entendemos que a intenção das duas mulheres foi mostrar para as pessoas de fora da favela que a favela não é tão diferente dos outros lugares, numa tentativa de minimizar a discriminação.

Dona Lourdes mostra a escola próxima de sua casa, freqüentada por suas netas. Pela expressão de admiração que fez quando viu a fotografia revelada, (foto 07), percebemos o quanto valoriza o equipamento público, inclusive por oferecer atividades para as crianças também aos finais de semana.

Se por um lado os moradores ocupam as vielas de maneira particular, com coisas próprias ou com o trabalho, como no caso dos materiais recicláveis, também há a situação da ocupação dos espaços comuns por indivíduos que querem construir ou

ampliar a casa. A fotografia número 09 **‘Buraco’** mostra essa situação típica. Mas não há regras, normas pré-estabelecidas para a ocupação, ficando a critério do bom senso de cada um ou de acordos individualizados. Segundo Lima (2003), *“a assimetria das construções e os limites indefinidos dos territórios indicam que as fronteiras se estabelecem de acordo com as necessidades dos ocupantes. Alguns moradores constroem proteções ao redor das casas, outros ampliam os quintais, ao tempo em que limitam a área que, simbolicamente, deveria destinar-se ao espaço coletivo (...)”* (p. 146).

Pelos relatos das mulheres, observamos que não existe na favela um nível de organização, ou associação que viabilize a discussão sobre a ocupação do espaço de modo coletivo, ou que envolvam a comunidade em discussões para conquistas de melhorias. As associações, quando existem, ou mesmo as lideranças independentes, em geral reivindicam as melhorias nos órgãos públicos de maneira individualizada, ou no máximo em pequeno grupo. Na Favela Esperantinópolis, por exemplo, já foram executadas melhorias pela Prefeitura e implantada a regularização fundiária em parte dela. Mas as mulheres entrevistadas não sabem como essas melhorias foram conquistadas. A visão de dona Lourdes sobre associação de moradores é a de distribuidora de cestas básicas, e ainda de maneira injusta, já que em sua opinião, não ‘ajuda os mais pobres’.

A fotografia número 10 **‘Parte de Baixo’** remete ao que Magnani (1984) entende como ‘pedaço’, ou seja, aquele espaço intermediário entre a casa e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais significativa do que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade. A simples vista do espaço possibilita o sentimento de estar em casa.

A ‘solidariedade’ existente na favela é partilhada também com o Sem Terra (foto 11), o cachorrinho sem um dono, mas com muitos donos, pois a favela inteira ajuda a cuidar dele. Esta prática não é vista normalmente pelos bairros de classe média. A individualidade do mundo moderno se expressa inclusive na individualidade do cuidado. *“Eu cuido do que é meu”*. Na favela o cachorrinho Sem Terra também ganhou

uma casa, ocupou um pedacinho de chão em terreno da Prefeitura. O cuidado não foi dirigido ao telefone público, mas o cachorrinho recebe o cuidado de todos.

A fotografia número 12 **‘Campo dos caprichosos’**, tirada por dona Neuza também mostra aquilo que pros moradores do local é motivo de prazer. O campo de futebol não é utilizado apenas pelos ‘meninos’ da favela como por outros times de fora. É um espaço onde ocorrem as festas de ano novo, quando toda a favela participa. Assim, o campo de futebol é um espaço público ‘apropriado’ pelos moradores, utilizado, cuidado, sentido como seu, mas também utilizado pelos outros de fora da favela.

A respeito da apropriação do espaço público, Oscar Sobarzo (2006) afirma que o espaço público urbano exprime a relação entre ‘dominação’ e ‘apropriação’. *Constitui-se como um campo moldado pelas ações do Estado e dos extratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, mas que também permite a apropriação definida pelo uso no processo da reprodução da sociedade, expresso na vida cotidiana e capaz de criar novas possibilidades.*” (p. 105).

O estudo de Sobarzo (2006) nos mostra que no nível da realização da vida humana, o foco da ‘dominação’ pode deslocar-se para a ‘apropriação’ do espaço, ou seja, *“para as relações socioespaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas.”* (p. 103)

Sobre as condições de habitabilidade na favela, dona Neuza nos mostra com a fotografia número 13 **‘Ninguém vem, ninguém vai’** o problema de enchentes vivido por famílias que construíram suas casas sobre o córrego, e a ação paliativa do Poder Público. Com o valor ‘distribuído’ pela Prefeitura, não existe possibilidade de resolução da necessidade de moradia em local seguro e salubre, mesmo em outra favela.

A foto do corredor, número 15 **‘Corredor’**, retrata o que dissemos anteriormente a respeito das diversidades internas existentes na favela, nos aspectos físico e sociais. Como explica dona Neuza, mora em um ‘corredor’ da favela, mas gostaria de negociar a casa e comprar na rua principal para vender os quitutes que faz e aumentar a renda. No entanto, explica que não consegue vender sua casa, pois ninguém quer morar no

corredor. Como diz, nesse espaço ‘acontece de tudo’, tem lixo e tem ratos. O comentário de dona Neuza sobre a fotografia 16 ‘**A rua lá em cima**’ mostra uma característica de favela. Até a realização desta pesquisa, esta favela não era identificada no cadastro da Prefeitura. Os moradores desta favela ainda não têm endereço, o correio não chega. Assim, mais uma vez aparece a sociabilidade dos vizinhos que moram na área da Prefeitura, do outro lado do córrego, cedendo o endereço para aqueles que não têm.

Os comentários de dona Neuza a respeito da fotografia número 17 ‘**Trabalhadores**’ reforçam também o aspecto da sociabilidade expressos na ajuda mútua para construir ou reformar as casas.

Débora por sua vez priorizou mostrar com as fotos 18, 19, 20, 21, 22, os aspectos da infra-estrutura urbana existente no local, as necessidades e as conquistas. Formula queixas convertidas em denúncias. Mas novamente notamos que as queixas não se transformam em reivindicações coletivas, ficando a esperança de um dia serem atendidos em suas necessidades. Percebemos na fala de dona Débora a necessidade de conquista de melhorias ao bairro para que possam se desvencilhar da marca que os discrimina e os torna ‘desiguais’ na sociedade. Ao mesmo tempo, as queixas se voltam à falta de união entre os moradores para a solução dos problemas concretos. Contudo, notamos que ali também a ajuda mútua está presente, como observamos nos comentários da fotografia número 23 ‘**Esse aqui é o bebezinho que ela olhava**’ não para resolver questões de interesse coletivo, mas para auxiliar os vizinhos e amigos em suas necessidades individuais ou familiares.

A última fotografia, número 24 ‘**A frente da casa**’ demonstra um cenário comum nas favelas. Como diz Pasternak (2006), a aparência de eterno canteiro de obras. Cenário de casas em construção, ampliações, batimentos de laje para poder ampliar na vertical quando o adensamento da favela não permite ampliar para os lados, frente, ou fundo. Casas sendo melhoradas ao longo de anos, uma vez que os recursos são escassos, ficando o acabamento na maioria das casas, por ser a parte mais onerosa, sem possibilidade de ser realizado.

A partir dos relatos e dos comentários das fotografias, identificamos e analisamos significados do viver em conjunto habitacional e do viver em favela, e

compreendemos que, o retorno à favela tem significados múltiplos, compreendendo dimensões inter-relacionadas de subjetividade e de condições concretas de vida. A favela, diferente do conjunto habitacional, é um espaço apropriado pelos moradores, onde constroem com maior liberdade não só a moradia como o modo de viver.

Considerações finais

A liberdade de transitar e a liberdade de permanecer são conquistas de qualquer cidadão, como diz Milton Santos (1993). Mas a política habitacional de nossa sociedade tem negado esses direitos. Ora a população é impedida de ficar, ora é impedida de sair. Mas a população tem resistido e tem procurado habitar de acordo com suas necessidades econômicas, e principalmente subjetivas.

Conforme Sawaia (1995, p.21) *“A cidade, a rua, o prédio, a porta, representam modelos de subjetividade enquanto portadores de história, desejos, carências, conflitos. Cada cidade, bairro, rua, até mesmo cada casa, tem um clima que não advém, exclusivamente, do planejamento urbano e da geografia, mas do encontro de identidades em processo, identidades de homens e de espaço”*.

Embora as mulheres entrevistadas reconheçam a melhoria das condições concretas de moradia no conjunto habitacional, expressam o sentimento de ‘gostar da favela’. Tal sentimento significa que, retornado à favela elas voltaram à suas raízes, não na mesma favela de origem, mas no modo de viver em liberdade de ser e estar. Como afirmam as mulheres, o conjunto habitacional é ‘bom’, mas da favela ‘eu gosto’, na favela ‘eu sou feliz’. O ‘bom’ envolve os aspectos concretos das condições de moradia. Mas o habitar requer mais que aspectos concretos, habitar requer construir a própria identidade em um espaço. Voltar para a favela e conquistar novamente uma moradia constitui-se num processo de reconstrução da identidade e do sentimento de pertencimento a um local. No conjunto habitacional não foi possível cultivar esse sentimento, embora os vizinhos originais fossem os mesmos da favela, pois nele a identidade foi quebrada.

Ao voltarem para a favela, as famílias imprimem a mudança social na história. Numa atitude de resistência passiva, individualizada, dirigem suas vidas conforme suas necessidades, possibilidades, e vontades. Segundo Paul Thompson (1992), embora a mudança social quase sempre seja descrita em termos de pressões coletivas e institucionais e não de pressões pessoais, o efeito cumulativo da pressão individual pela mudança que emerge imediatamente através das histórias de vida: as decisões tomadas pelos indivíduos como mudar de casa ou deixar uma comunidade e migrar para outra,

possui tanta ou mais importância para a mudança social quanto às ações dos políticos que constituem habitualmente a substância da história.

Assim, as famílias que vendem ou trocam os apartamentos onde foram colocadas pelo Poder Público e voltam para a favela o fazem de modo individualizado, não organizado, mas com esta atitude, deixam sua marca na história, provocam uma mudança social e fazem os governantes repensarem suas políticas habitacionais porque, ao voltarem para a favela as mulheres dizem: “esse programa não serviu para mim”. Elas mostram ainda que para elas não existe alternativa habitacional ‘definitiva’ como quer determinar o Poder Público.

Embora haja uma diversidade de motivos para se voltar a morar em favela, ficou evidente que um dos principais é a incompatibilidade do tipo de moradia com a capacidade de pagar dos moradores mais pobres. Nesse tocante, cabe mencionar a importância da coexistência de Políticas Habitacionais de provisão habitacional e urbanização de favelas, com diversidade de alternativas habitacionais condizentes à capacidade de endividamento dessas famílias. Se os mais pobres dentre os pobres não podem pagar uma moradia em apartamento popular, a família em condições sócio-econômicas um pouco melhor comprará o seu direito de uso naquele apartamento, já que esta também não tem acesso a financiamentos no mercado imobiliário formal, e o primeiro retornará à favela, retomando o ciclo. Levando-se em conta a existência de um considerável número de pessoas em situação de alta vulnerabilidade econômica e social morando em favelas, torna-se importante a integração de políticas de urbanização, de geração de renda e de assistência, visando ampliar a melhoria das condições concretas de moradia, sem que os mais pobres sejam obrigados a migrar para lugares piores. No entanto, para Ramos, (1997, p. 117) essa população “*só exercerá uma cidadania plena quando lhe forem oferecidas condições de trabalho e de educação para que possam escolher, de acordo com seu desejo, independente de tutelas de governos, o seu lugar ou os seus lugares no mundo...*”

Entretanto, um dos aspectos mais importantes que este estudo aponta, é que, de modo geral, as pessoas tendem a se sentirem mais felizes em um espaço onde possam construir e desenvolver sua identidade cultural, viver em liberdade, e sentirem-se pertencendo a um lugar. Esse sentimento de pertencimento ou a ausência dele leva as pessoas à ‘fincarem raízes’ ou, ao contrário, a se mudarem para outro espaço onde

possam desenvolver uma sociabilidade básica, situar-se numa rede de parentesco, vizinhança, procedência e amizades onde haja identidade, afeição e segurança.

Na favela as mulheres retomam o sentimento de pertença a um grupo e a um espaço, com práticas culturais comuns e reconstróem o processo de formação de identidade social, de modo que se reconheçam nos percalços, nas lutas, e nos prazeres do viver cotidiano.

O trabalho social no PROCAV II, realizado dentro do espaço institucional, um espaço contraditório em si, ao mesmo tempo em que, por desenvolver-se em contato direto com a população e conhecer suas necessidades e reivindicações conquistou garantias de direitos à mesma, em muitos momentos teve que adequar-se às diretrizes do Programa, que priorizava as obras de canalização e viário. Assim, no cotidiano de trabalho a concretização dos direitos sociais foi um constante desafio. Foi um trabalho de muita complexidade por lidar com vidas em mudanças, pressões institucionais e interesses diversos, mas que não se estagnou. Ao longo do tempo foi sendo revisto e reinventado pelos assistentes sociais, como por exemplo, a própria implantação da sistemática de permuta para as famílias reassentadas que desejavam retornar à favela. Entre os limites e possibilidades institucionais, os assistentes sociais foram reconstruindo a sua prática, muitas vezes contraditória, mas comprometida com as famílias no sentido de 'sempre' encaminhar aos gestores do Programa as suas demandas e de manter um posicionamento, em muitos momentos, contrário à supremacia das obras em relação ao bem estar e aos direitos das famílias.

Considerando-se que uma pesquisa jamais esgota o tema estudado, entendemos que este estudo poderá servir como referência para outros que virão, bem como poderá ser revisto, ampliado ou aprofundado. Nesse sentido, seria enriquecedor ao tema que fossem estudadas experiências de remoção e reassentamento efetivadas em outros Programas, onde fossem identificados fatores que favoreceram a criação de vínculos e enraizamento em conjuntos habitacionais, o que seria muito importante para referendar outros modos de se fazer políticas de reassentamento.

Bibliografia

LIVROS:

- ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Ribeiro Lins de. **Qualidade de vida do idoso: a assistência domiciliar faz a diferença?** São Paulo: Casa do Psicólogo CEDECIS, 2003.
- BLANES, Denise. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio-assistenciais. In: Acosta, A.R. e Vitale, M.A.F., organizadores. **Família: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: IEE / PUC-SP, 2002.
- BONDUKI, Nabil Georges. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: Barreira, M.C.R.N. e Carvalho, M.C.B., organizadores. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE / PUC-SP, 2001.
- _____ . **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Trad. B. Medina. São Paulo: Boi Tempo, 2006.
- DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói. O estudo de caso - suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: Martinelli, M.L., organizadora. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências.** Título original: Vorträge und Aufsätze. Trad. E.C. Leão, G. Fogel, M.S.C. Schuback. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. (Coleção Pensamento Humano).
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____ . **Escritos urbanos.** São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos.** Teresina (PI): Halley, 2003.
- MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

- MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.
- MARTINELLI, Maria Lucia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo - novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, Jane Souto de, e MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. In: Zaluar, A. e Alvito, M., organizadores. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Trad. C. Georgetti, T. Lourenço. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a Geografia).
- ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. In: Martinelli, M.L., organizadora. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza 1890-1915**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 1998.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Título original: *The Poverty of Theory* (1978). Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Título original: *Customs in Common* (1991). São Paulo: Companhia das letras, 1998.

- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. L.L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa - análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed. e org..) et al. **Hexapolis - desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova York, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo**. São Paulo: EDUC, 2004.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel / EDUC, 2000. (Coleção cidade aberta).
- ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PERIÓDICOS e REVISTAS:

- CASSAB, Latif A. História oral: metodologia de pesquisa qualitativa. **Revista Serviço Social Hospitalar**. São Paulo: Coordenadoria de Atividades do Serviço Social do Hospital das Clínicas - FMUSP. v. 6- 7, 1999/2000.
- MARQUES, Luciana Fernandes. Qualidade de vida, uma aproximação conceitual. **Periódico 4PSICO**. v. 27, n. 2, p. 49-62. 1996.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ABEPSS, ano V, n. 9, p, 117-129. jan.- jun. 2005.
- PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas favelas. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. São Paulo: v. 27, p. 176-197. 2006.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente. **Projeto História n. 14: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Maria Antonieta Antonacci / EDUC, p. 7-39. fev. 1997.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **Revista Ciência e Cultura**. # 39, 1987.
- SAWAIA, Bader Burihan. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 9, n. 2, p. 20-24. abril-jun. 1995.
- SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo: n. 19, p. 93-111, 2006.

TEXTOS:

- MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos**. Texto de apoio elaborado para o curso Qualidade de Vida: um debate contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, set. 2004.

TEXTOS RETIRADOS DA INTERNET:

- JACOBI, Pedro e KECK, Margaret. **A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, São Paulo - 2001**. Relatórios Preliminares 2001. Projeto Marca d' Água, abril 2002.
<http://www.marcadagua.org.br/www.comiteat.sp.gov.br>
- MARICATO, Ermínia. Artigo publicado no jornal O Valor em 24/11/2005. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/>
- TRAVASSOS, Luciana Rodrigues Fagnoni Costa e GROSTEIN, Marta Dora. **A ocupação de fundos de vale urbanos em São Paulo e sua dimensão sócio-ambiental**. Belo Horizonte: Artigo apresentado no X ENA / Anpur, 2003.
http://lume.fau.usp.br/tiwiwiki/tiki-download_wiki_attachment.php?attId=81

DISSERTAÇÕES E TESES:

- BALTRUSIS, Nelson. **A dinâmica no mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - PUC-Campinas, Campinas
- ELIAS, Tânia. **Remoção e reassentamento compulsórios: o caso da favela Santa Luzia e do Conjunto Habitacional Garagem - São Paulo 1997/1998**. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - PUC-SP, São Paulo

- MOURA, Lucyvanda Amorim. **Projeto Cingapura - o sentido da casa e do morar na interface exclusão/inclusão social**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC-SP, São Paulo
- PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais**. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) - PUC-SP, São Paulo
- RAMOS, Silvana Pirillo. **Minha casa não é minha; nem é meu este lugar. Um estudo sobre a relação do homem com a moradia na ocupação do Condomínio Centreville em Santo André** 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo

RETORNO À FAVELA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR MULHERES
REMOVIDAS E REASSENTADAS EM UM CONJUNTO HABITACIONAL DA
CIDADE DE SÃO PAULO 1997 / 2007
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
Heloisa Pires de Lucca

Complementação bibliográfica:

DOCUMENTOS OFICIAIS:

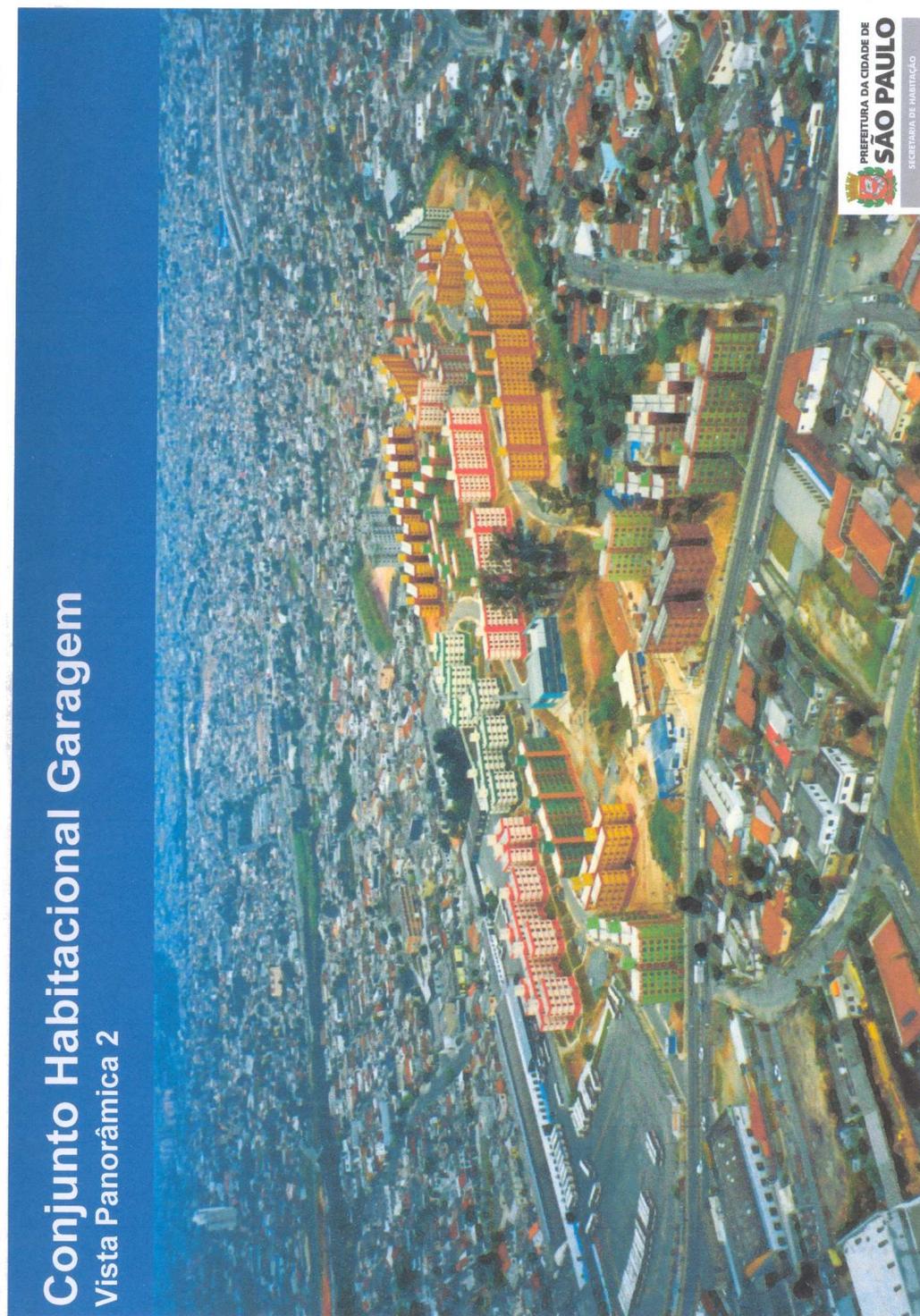
- Plano Diretor de Reassentamento – PDR - do PROCAV II (1995);
- Portaria nº. 324/SEHAB. G/1994;
- Relatório Especial das Favelas e Córregos (Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa – FIPE - da USP), 1993;
- Decreto 36.629/96 – dispõe sobre o Termo de Permissão de Uso;
- Cartilha sobre as normas do Termo de Permissão de Uso e Regulamento Interno.
- Relatório de Término de Projeto – Seminário de Avaliação do PROCAV II – Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras da Prefeitura da Cidade de São Paulo, São Paulo, abril de (2007).

Anexos

Roteiro de entrevista

1. Conte um pouco sobre sua vida, sua história, seu nome, onde nasceu, onde cresceu sua idade, família, trabalho, locais onde morou, enfim, conte um pouco de você...
2. Como era sua vida e de sua família antes de se mudarem para o conjunto habitacional?
3. Como, a senhora e sua família passaram a viver a partir do momento que foram morar no conjunto habitacional?
4. A mudança para o conjunto habitacional interferiu em sua(s) vida(s)? Como?
5. Por que a senhora saiu do Conjunto Habitacional?
6. Por que e como a senhora e sua família vieram para este lugar?
7. Na sua concepção, a senhora voltou para uma favela? Por quê? O que é uma favela?
8. O que é para a senhora morar com qualidade de vida?
9. Como a senhora compara a sua qualidade de vida no conjunto e aqui onde está morando? O que é melhor e o que é pior nos dois lugares?
10. Como a senhora está se sentindo agora?
11. Em relação à moradia, o que a senhora espera para o futuro?

Foto aérea Conjunto Habitacional Garagem



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)